

ANPUH-PB em contexto da pandemia (2020-2022)

Keliene Christina da Silva
Priscilla Gontijo Leite
Organizadoras





ANPUH-PB
em contexto
da pandemia
(2020-2022)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES

REITOR

Valdiney Veloso Gouveia

VICE-REITORA

Liana Filgueira Calvacante



DIRETOR

Ulisses Carvalho da Silva

VICE-DIRETORA

Fabiana Cardoso Siqueira



CONSELHO EDITORIAL

Ulisses Carvalho da Silva

Carlos José Cartaxo

Magno Alexon Bezerra Seabra

José Francisco de Melo Neto

José David Campos Fernandes

Marcílio Fagner Onofre

SECRETÁRIO DO CONSELHO EDITORIAL

Paulo Vieira

LABORATÓRIO DE JORNALISMO E EDITORAÇÃO

COORDERNADOR

Pedro Nunes Filho

ANPUH-PB em contexto da pandemia (2020-2022)

**Keliene Christina da Silva
Priscilla Gontijo Leite**
Organizadoras

João Pessoa
Editora do CCTA
2023

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Millena Luzia Carvalho do Carmo

ARTE DA CAPA
Isaias Luis dos Santos Junior
Keliene Christina da Silva
Millena Luzia Carvalho do Carmo

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AOS AUTORES

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Ficha catalográfica elaborada na Biblioteca Setorial do CCTA da Universidade Federal da Paraíba

A612 ANPUH-PB em contexto da pandemia (2020-2022)[recurso eletrônico] / Organizaçã
Keline Christina da Silva, Priscilla Gontijo Leite. - João Pessoa: Editora do CCTA,
2023.

Recurso digital (19,6 MB)

Formato: ePDF

Requisito do Sistema: Adobe Acrobat Reader

ISBN: ISBN: 978-65-5621-349-1

1. História - Ensino. 2. ANPUH-PB - Pandemia. 3. Ensino - Público e privado. I. Silva,
Keline Christina da. II. Leite, Priscilla Gontijo

UFPB/BS-CCTA

CDU: 94:37

Elaborada por: Susiquine R. Silva CRB 15/653

Sumário

Introdução	7
A liberdade de ensino e os seus condicionantes: entre o público e o privado	
Thiago Luis Cavalcanti Calabria	12
Liberdades e ensino de história	
Margarida Maria Dias de Oliveira	23
Mulheres negras e os passos por direitos	
Ivonildes da Silva Fonseca	34
<i>Nas encruzilhadas de Clio: as comemorações da abolição na Paraíba e o ensino de história</i>	
Lucian Souza da Silva	44
200 anos de independência: a constrangedora celebração do silenciamento histórico de mulheridades e feminilidades no Brasil	
Marta Gouveia de Oliveira Rovai	56
Visões de uma <i>Era Nova</i>: imprensa e modernismos na Paraíba (1921-1926)	
Alômia Abrantes	68
O PCB e os impasses da Revolução Nacional	
Eurelino Coelho	87
Ana Paula Palamartchuk: uma estrela entre a foice e o martelo	
Damião de Lima	103
Sobre as organizadoras	107
Sobre as autoras e os autores	108

Introdução

“Tempos difíceis para sonhadores”: os Encontros Estaduais de História da ANPUH-PB no contexto da pandemia de covid-19

Em meados de março de 2020, as primeiras cidades brasileiras começaram a decretar medidas de controle ao novo coronavírus e, ainda sem qualquer vacina ou mesmo remédio, o principal mecanismo para de proteção contra a doença foi o isolamento social. Drasticamente nossa rotina foi afetada, e várias atividades do cotidiano foram suspensas e algumas passaram para a modalidade remota. O ambiente de ensino, um dos mais afetados, num primeiro momento teve suas ações suspensas, mas logo, às presas, docentes tiveram que aprender recursos para mitigar os prejuízos do fechamento das escolas. Assim, a sala de aula se tornou um espaço virtual, mediado por aplicativos, quando possível, já que a desigualdade se potencializou durante a pandemia. Portanto, nos últimos três anos o ambiente de aprendizagem se deu em formato remoto, híbrido e presencial, o último se deu devido a segurança proporcionada pela ampla vacinação.

Não é demais lembrar que a pandemia ceifou mais de 700 mil vidas e, portanto, as medidas adotadas, sobretudo, o distanciamento social, foram de extrema importância. Hoje, em 2023, ainda estamos avaliando os impactos da pandemia nos diversos setores da sociedade, e, certamente, ainda levaremos alguns anos para recuperar o que tínhamos antes, se é que irá acontecer algum dia, pois no rio da História, a pandemia de 2020 deixou marcas profundas.

Diante do cenário incerto da pandemia mundial e para resguardar a vida e a saúde de todos, a ANPUH-PB decidiu suspender a realização XIX Encontro Estadual de História, prevista para agosto de 2020. Entretanto, durante toda sua trajetória, a entidade nunca deixou de realizar seus encontros bianuais, constituindo-se uma das poucas regionais que mantêm a regularidade dos encontros desde sua fundação em 1967. Acrescenta-se a essa trajetória a organização de dois Simpósios nacionais (1981 e 2003). Nessas décadas, a ANPUH-PB engajou pela defesa da democracia, a difusão do conhecimento histórico e a do reconhecimento do historiador. Atenta às mudanças sociais e as diferentes demandas da

categoria, a entidade busca a plena integração de profissionais e estudantes de História de todos os níveis de ensino em suas atividades. As ações culminam nos encontros estaduais, momento singular para debate e fortalecimento da atividade de historiadores na Paraíba.

Consequente, para evitar que o XIX Encontro Estadual não fosse realizado, a diretoria optou por sua realização no formato remoto, uma experiência inédita para a entidade e que se mostrava a mais acertada para a ocasião. O encontro foi realizado entre os dias 25 e 27 de novembro de 2020, com a realização de Simpósios Temáticos e Minicursos em salas virtuais e as conferências e mesas redondas transmitidas ao vivo no canal do Youtube na ANPUH-PB (@associacaonacionaldehistor9895), ainda disponíveis para visualização. O tema do evento foi *História: Liberdades e Direitos*, decidido por assembleia realizada no evento anterior. A escolha desse tema se deve a profusão de discussões (e de ações) do cerceamento da liberdade, a exemplo do debate sobre a Escola sem Partido e a liberdade de cátedra. Acrescenta-se o cenário de perda contínua de vários direitos sociais decorrentes do plano de reformas realizado pelo governo desde de 2017, que contempla a reforma trabalhista, reforma da previdência e a reforma do Ensino Médio. A longo prazo, vê-se um processo de precarização do trabalho e, sobretudo, o alargamento do abismo social, tudo a que nos opomos. Assim, era urgente e imediato esse debate, que a partir de 2020, ganhou mais uma palavra de ordem: o direito à vida, diante de todo um discurso negacionista que minimizava a importância das medidas restritivas e se colocava contra um amplo plano de vacinação. Neste encontro foi discutida a relação entre direitos sociais e individuais, os diversos significados da democracia, o crescimento alarmante dos discursos autoritários e a preocupante defesa de regimes autocráticos. Outros temas de discussão do evento foram as políticas de inclusão e exclusão social, as estratégias de poder e as práticas cotidianas e a diversidade de formas de resistência. Com esta edição do Encontro Estadual de História buscou-se defender o Estado Democrático, prontamente afeito à pauta dos direitos e das liberdades. No evento também foi decidido o tema do XX Encontro Estadual de História, previsto para 2022.

O tema escolhido foi Independências, Revoluções e Modernismo, por ser o ano de 2022 marcado por efemérides: ano do bicentenário da independência do Brasil, 100 da criação do Partido Comunista do Brasil e igualmente 100 anos da Semana de Arte Moderna de 1922. A discussão em torno desses temas é de grande importância por serem questões substanciais de nossa formação histórica, bem como da nossa identidade enquanto brasileiros. Esses temas tão importantes são prontamente alvo de disputas na construção das narrativas históricas, no qual facilmente se percebe a construção de um projeto de país excludente, por ter dificuldade em dar vozes aos feitos de mulheres, negros, indígenas e populações tradicionais e camponesas.

Em 2022, depois de lidar com 2 anos de pandemia, o cenário estava um pouco mais favorável, mas não totalmente seguro, pois no início do ano ainda nem toda a população tinha recebido a vacina. O uso de máscaras ainda era frequente e recomendava-se evitar espaços com aglomerações. Como os últimos eventos da ANPUH-PB (mesmo o que se deu em formato remoto) têm em torno de 300 participantes, e temerosos de que o encontro presencial

poderia desencadear contágio, a diretoria optou prudentemente pela realização, novamente, do encontro estadual em formato remoto. O XX Encontro Estadual de História ocorreu nos dias 30 de agosto a 02 de setembro, nas voltas da comemoração do bicentenário no dia 7 de setembro. Assim como no encontro anterior, os Simpósios Temáticos e os Minicursos foram em salas virtuais e as conferências e mesas redondas no canal do Youtube.

O presente livro é a reunião das conferências e mesas redondas proferidas nos XIX e XX Encontro Estadual de História, em consonância com a tradição da ANPUH-PB em publicar um livro com essas falas após o evento, bem como os Anais Eletrônicos com o conjunto de comunicações apresentadas nos simpósios temáticos.

O capítulo intitulado “A Liberdade de ensino e seus condicionantes: entre o público e o privado” de Thiago Luis Cavalcante Calabria discute a condição docente nas escolas públicas e particulares e os impactos diretos nas relações patronais na prática docente. Tiago nos alerta que a maior censura que existe para o professor é o medo de estar com seu emprego em risco. O tom persecutório dos anos de 2019 a 2021 pela atuação da Escola Sem Partido e de parlamentares, que se auto caracterizam como conservadores, também prejudicaram o livre exercício do docente nas escolas da educação básica. Portanto, a liberdade de ensino é uma realidade frágil para professores que, infelizmente, podem se tornar vítimas de perseguição política. Entretanto, a mobilização foi maior que o medo e num esforço coletivo, que reuniu membros de associações políticas, sociais e sindicais, o estado da Paraíba estabeleceu a lei Lei nº 11.230, de 10 de dezembro de 2018, conhecida como a de Liberdade de Cátedra, o que garante uma segurança mínima para o professor. Tiago nos demonstra a importância da liberdade para a promoção de uma educação de qualidade.

A liberdade como construção de autonomia é o tema central do capítulo de Margarida Maria Dias de Oliveira, cujo título é “Liberdades e ensino de história”. A autora relembra sua trajetória enquanto docente na UFPB e, num exercício de reflexão, a liga com sua atual prática docente enquanto professora da UFRN, fazendo interconexões de sua vivência enquanto aluna e professora. Demonstra a importância de uma institucionalização do saber histórico, sobretudo na área acadêmica. A partir do relato de uma experiência em sala de aula para pensar os locais de atuação do historiador, a autora constrói uma reflexão sobre a atuação do profissional de História, sobretudo, a importância de estar junto e a constante necessidade do historiador de bem fundamentar suas escolhas, exercendo assim sua autonomia e liberdade.

O capítulo de Ivonildes da Silva Fonseca (UEPB/CH), “Mulheres Negras e os passos por direitos”, apresenta detalhes da organização do movimento negro feminista no decorrer da década de 1970 até os dias mais recentes. No capítulo, a autora demonstra as variadas articulações do movimento feminista negro com outros movimentos sociais que culmina com a Marchas das Mulheres Negras. Assim, o capítulo demonstra como o movimento negro feminista combate o rascimo e outras formas de violência, promovendo uma política de Bem Viver que deve ser agregada à diversas políticas públicas para que o Brasil viva um novo marco civilizatório.

Lucian Souza da Silva, sob os auspícios de *Exu*, nos guia pelos caminhos do ensino de história e das comemorações da abolição da escravatura. No capítulo “ Nas encruzilhadas de Clio: as comemorações da abolição na Paraíba e o ensino de História”, o autor, utilizando de um rico conjunto de fontes provenientes dos jornais do século XIX, demonstra como se deu na Paraíba o prolongamento dos festejos realizados na Corte por ocasião da escravidão. Com um olhar sensível, o historiador demonstra a reação de diferentes segmentos da sociedade, sobretudo das populações negras, frente a celebração desta efeméride e como resgate dessa memória está intrinsecamente relacionado à liberdade e promoção de uma educação que não se esqueça das populações negras. Que *Exu* continue nos auxiliando no bom combate pela História.

Por sua vez, em “200 anos de independência: a constrangedora celebração do silenciamento histórico de mulheridades e feminilidades no Brasil”, Marta Gouveia de Oliveira Rovai, a partir da efeméride da comemoração do bicentenário da independência, promove uma reflexão acerca da diferença e seus impactos na docência e na pesquisa no que tange a temática sobre as mulheres. Pensar aspectos ligados à diferença, sobretudo, na questão de gênero - em toda sua multiplicidade - é fundamental para combater o heteroterrorismo naturalizador de uma posição que sempre privilegia a história branca masculina como sendo a universal. A partir do conceito de Lugone de “viajar entre mundos”, a autora destaca como o ensino de história deve estar atento a outras experiências, em particular para destacar as experiências de mulheres negras, indígenas e LGBTQIA+, que muitas vezes são relegadas ao esquecimento.

Na sequência, a efeméride do centenário da semana de Arte Moderna é objeto de análise de Alômia Abrantes. Em “Visões de uma Era Nova: imprensa e modernismos na Paraíba (1921-1926)”, a autora discute os impactos do modernismo na imprensa paraibana na virada do século XIX para o XX. Seu foco são as revistas das primeiras décadas do século XX, em especial, na revista *Era Nova*, um marco da imprensa paraibana que circulou entre 1921 a 1926 com um arrojado projeto gráfico, mantendo um caráter literário, noticioso e fotográfico. A partir da imprensa é possível perceber que as revistas movimentaram a vida intelectual e literária e tinham fortes ligações com as elites locais. Ademais, a partir de *Era Nova* nota-se a presença de mulheres e uma edição comemorativa do centenário da independência, que movimentou bastante a revista.

Acrescenta-se um capítulo dedicado à comemoração do centenário do Partido Comunista do Brasil escrito por Eurelino Coelho. Em “O PCB e os impasses da Revolução Nacional” o autor descreve o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a partir do que o PCB denomina de “questão nacional”. Dividido em três partes, o capítulo discute as referências internacionais do debate comunista sobre revolução nacional, como em meados do século XX o PCB lidou com a questão nacional e, por fim, como os comunistas lidaram com as políticas desenvolvimentistas da década de 1950 e 1960 e passaram, em alguns momentos, a defender a acumulação de capital contra uma perspectiva considerada imperialista e feudal. Sobressai a importância dos comunistas e do PCB em toda política econômica brasileira ao longo do século XX.

O livro encerra com a homenagem póstuma a Ana Paula Palamartchuk que participou da mesa redonda “Brasil: lutas sociais e políticas em 100 anos do PCB”, em parceria com Eurelino Coelho Enquanto estávamos na tratativa deste livro, de súbito, fomos surpreendidos pela notícia de seu falecimento que deixou uma lacuna sem tamanho em toda a comunidade de historiadores. Damião de Lima escreveu uma bela homenagem a ela intitulada “Ana Paula Palamartchuk: uma estrela entre a foice e o martelo”. Esta foi a forma que a ANPUH-PB encontrou para agradecer pelo carinho e atenção ao XX Encontro Estadual de História. Que sua trajetória sirva de inspiração a muitas e muitas gerações pelo brilhantismo acadêmico e a força aguerrida de lutar contra as injustiças sociais. Por isso, encerramos nosso texto, evocando: Paula, Presente!

João Pessoa, maio de 2023

*Keliene Christina da Silva
Priscilla Gontijo Leite*

A liberdade de ensino e os seus condicionantes: entre o público e o privado

Thiago Luis Cavalcanti Calabria¹

*Pois paz sem voz paz sem voz
Não é paz, é medo
Às vezes eu falo com a vida
Às vezes é ela quem diz
Qual a paz que eu não quero
Conservar para tentar ser feliz
Minha alma – O Rappa*

Qual é o limite da liberdade para a prática docente? Podemos considerar a nossa liberdade como um valor último e absoluto ou a liberdade se constrói de maneira negociada entre os sujeitos e entre os sujeitos e as instituições? A liberdade do professor da rede pública é a mesma liberdade da professora da rede privada?² Bem, essas são algumas questões que irão orientar nosso diálogo nesta manhã³.

Em 2021, completei dezesseis anos de atuação como professor e, ao longo desse tempo, trabalhei em diferentes contextos. Transitei entre a rede privada e a pública, entre a educação básica e o ensino superior, entre o ensino formal e o informal. Experimentei liberdades diferentes e testei limites. Tive acertos e erros. Já trabalhei ao mesmo tempo em três cidades diferentes, em turnos diferentes, fui estagiário regente, professor bolsista,

1 Professor de História na SEECT/PB.

2 No decorrer do texto, iremos alternar entre os gêneros masculino e feminino para tentar ampliar os caminhos de diálogos entre os leitores e as leitoras.

3 O presente texto é resultado da minha participação na reunião da Anpuh/PB do GT de Ensino de História. Fui convidado para falar sobre o tema na mesa de abertura, no dia 25/11/2020, do XIX Encontro Estadual da Anpuh, com tema "História: Liberdades e Direitos".

professor efetivo, professor de cursinho... Enfim, tive a oportunidade de viver vínculos empregatícios diversos. Nessa caminhada, fui demitido, já sobrevivi com recursos do seguro desemprego, já pedi demissão, já fui contratado e, por fim, fui nomeado para o cargo em que estou. Sempre fui associado aos sindicatos da minha categoria e, sempre que possível, ia para as assembleias e nunca me furtei a falar sobre política nos meus locais de trabalho. Isso inclui falar com os estudantes e com meus colegas de trabalho também. Hoje, sou professor da rede pública estadual da Paraíba, estou trabalhando em uma escola técnica em tempo integral. Sou responsável pelas disciplinas de História e Pós-Médio⁴.

O que pretendo discutir nas próximas linhas é sobre essa experiência. Não pretendo aprofundar a discussão teórica sobre a liberdade; pretendo falar sobre a liberdade docente a partir da perspectiva de um professor da educação básica. Informo também que irei organizar minha parte do meu discurso a partir da análise por contraste. Falarei sobre a rede pública – dando ênfase ao contexto dos prestadores e dos concursados – e sobre a rede privada de ensino. Por meio desse recurso, poderemos compreender quais são essas liberdades e, principalmente, quais são os seus principais condicionantes. Por fim, falarei sobre a Lei de Liberdade de Cátedra da Paraíba.

Vínculo, estabilidade e as formas de ingresso na profissão

Quando falamos sobre vínculo, devemos levar em consideração que existem diferentes formas de relação, de instituições e de sujeitos. Sobre os sujeitos, delimitamos docentes com graduação em licenciatura ou que estão cursando a graduação. Sabemos também que existem aquelas que são formadas em outro tipo de graduação (bacharelado) e que atuam nas escolas. Por questões de tempo e espaço, irei concentrar meus comentários apenas sobre as licenciadas e/ou licenciandos. Contudo, a inserção de bacharéis no âmbito escolar é um assunto necessário e deve ser discutido com a devida atenção e calma.

Sobre as instituições, compreendemos que existem as que são públicas, privadas e comunitárias. Iremos tratar das unidades escolares públicas, de responsabilidade do estado, que são conhecidas como “escolas públicas estaduais” e as unidades privadas com fins lucrativos, que são conhecidas como “escolas particulares”.

A respeito do vínculo, reconhecemos a existência de diferentes tipos; contudo, trataremos daqueles que estabelecem as regras individuais e coletivas de trabalho a partir da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e daqueles que estão submetidos à Constituição do Estado da Paraíba e de seus subsequentes estatutos.

A condição de servidor público garante uma relação de trabalho diferente do vínculo empregatício regido pela CLT e, por isso, temos um nível de estabilidade, autonomia e segurança

4 A disciplina em questão é parte da Base Diversificada do modelo da Escola da Escolha, elaborada pelo Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE). O objetivo da disciplina é trabalhar temas como “preparação para o mundo do trabalho”, universidade, carreira militar e empreendedorismo.

maior do que é vivenciado em outros contextos docentes. Na Paraíba, somos regidos pela Lei Complementar de nº 58 de 30 de dezembro de 2003 (Estatuto dos Servidores) e pela Lei de nº 7.419, de 15 de outubro de 2003 (Estatuto do Magistério). Sendo assim, os servidores públicos que exercem a função de professores ingressam na carreira apenas através de um concurso público. Cabe à administração pública garantir iguais condições para a concorrência e, a partir desse processo, contratar aquelas que são mais aptas para desempenhar a função. Os princípios de impessoalidade, eficiência e igualdade devem orientar todo o processo de escolha dos candidatos, assim como durante todo o exercício do serviço público.

De acordo com a Resolução nº 1/SEAD, de 29 de junho de 2015, o servidor público tem direito à estabilidade após mil e noventa e cinco dias de efetivo exercício, avaliação de desempenho individual e posterior publicação em diário oficial do fim do período de estágio probatório.

Geralmente, a seleção ocorre com duas etapas: um exame de múltipla escolha, de caráter classificatório e eliminatório; e uma prova de títulos, de caráter classificatório. Existem três tipos de conteúdo que constam nos exames: língua portuguesa, conhecimentos pedagógicos e conhecimentos específicos das disciplinas. Os conteúdos são parecidos com os que são cobrados no Exame Nacional do Ensino Médio no que diz respeito à complexidade, por exemplo. Poderíamos questionar se o professor que tem mais acertos em uma prova de múltipla escolha pode ser considerado o mais apto a exercer a docência; contudo, esse não é foco do nosso diálogo.

Na Paraíba, apesar dos últimos concursos públicos realizados nas gestões de Ricardo Coutinho (PSB) e João Azevedo (CIDADANIA), ainda temos um número expressivo de professores que trabalham como prestadores de serviço contratados pelo estado. Atualmente, temos 9.743 professores efetivos e 7.543 professores prestadores de serviço⁵. Nossos colegas têm as mesmas obrigações e a mesma carga horária de trabalho, mas recebem como remuneração um pouco mais da metade do vencimento dos professores concursados. É fundamental também destacar que no contracheque dos prestadores não existe a palavra “professor” (Fig. 1)⁶, assim como não está presente o tipo de vínculo que rege as relações de trabalho entre a administração pública e os trabalhadores. Por conta disso, os professores prestadores de serviço são vítimas de um vínculo precário, pois existe uma “zona cinza” entre as leis trabalhistas e o estatuto do servidor do estado da Paraíba, na qual se inserem esses trabalhadores.

5 Dado disponível em: https://sagres.tce.pb.gov.br/estado_pessoal06.php?poder=1&ano=2021&competencia=042021&descricao=Abril&secretaria=SEC.EST.EDUC.CIENTECNOLOGIA. Acesso em: 27 jun. 2021.

6 A imagem foi alterada para garantir o anonimato da fonte.

 Governo da Paraíba Secretaria da Administração Contracheque	Órgão: SEC.EST.EDUCACAO
	Nome:
	Matrícula:
	Cargo: PRESTACAO DE SERVICO
	Classe Funcional: 10021
	Unid.Trabalho:
	T.S.Apos.:
	Regime: SEM VINCULO
	Lotação: SEC.EST.EDUCACAO
	Mês/Ano: ADIANT. 130 DE 2021

Fig. 1: Contracheque de professor prestador de serviço da SEECT/PB.

Fonte: Autor.

Não se tem notícias de um processo seletivo simplificado para a contratação de prestadores, na condição de professores, para a rede pública estadual. Diante dessa ausência, o ingresso na profissão ocorre através de um processo de indicação, mediado por uma rede de agentes políticos, que é um forte condicionante no desenvolvimento profissional das professoras. Carvalho (2002) indica que o poder legislativo, no Brasil, se caracteriza, em certo sentido, como um elemento de troca de favores entre eleitores e eleitos. Um vínculo frágil, do ponto de vista da permanência, associado à indicação vinculada à política de troca de favores, promove uma situação de instabilidade, pois qualquer postura crítica em relação aos agentes políticos que ocupam o poder pode resultar na demissão do professor. É nesse ponto que o período eleitoral se torna um momento delicado na vida profissional dos prestadores e das prestadoras de serviço. Durante as últimas eleições, por exemplo, diversos casos de assédio moral e eleitoral foram denunciados pelo sindicato dos professores⁷, sendo os/as prestadores/as as principais vítimas dessas situações.

Vivemos em um país autoritário, marcado pelo mandonismo, pelo patrimonialismo, pelo racismo, pela corrupção, pela violência de gênero e pela desigualdade social (SCHWARCZ, 2019). Esse contexto político fragiliza qualquer vínculo empregatício, e quando estamos pensando em um vínculo que já é frágil desde de sua origem, os problemas se intensificam. Logo, os professores prestadores se veem impedidos de exercer sua liberdade ao tratar, por exemplo, de questões relativas às gestões dos bens públicos ou até mesmo discutir as eleições nas cidades em que residem e/ou trabalham. Que tipo de cidadania podemos fomentar com os nossos estudantes quando a prática docente de nossos colegas prestadores e prestadoras é ameaçada periodicamente por conta dos arranjos políticos promovidos pela eleição? Infelizmente, a fragilidade do vínculo empregatício não é algo restrito à rede pública estadual: podemos também identificar a presença desse condicionante na rede privada de ensino.

As unidades escolares da rede privada possuem processos de seleção diferentes entre si. Cada instituição tem seus próprios critérios e etapas. Inclusive, algumas instituições não

7 O caso em questão serve como exemplo de como o processo eleitoral pode promover situação de assédio aos trabalhadores com vínculos de trabalho precário. Disponível em: <https://www.sintep.pb.com.br/noticias/visualizar/sintep-critica-secretaria-de-educacao-por-crimes-eleitorais-459>. Acesso em: 22 jun. 2021.

exigem o diploma de graduação em licenciatura como pré-requisito para a contratação dos profissionais. A informalidade é outro aspecto, relativo ao vínculo empregatício, que fragiliza nossa prática docente. Na condição de professor em começo de carreira, participei de alguns processos seletivos. Já fiz redação, prova de múltipla escolha e ministrei aulas práticas, contudo tive minhas primeiras oportunidades de emprego na área sendo indicado por um colega professor que era amigo meu.

Essa forma de ingresso, algo comum na nossa área, pode ser compreendida como um processo de indicação mediado por professoras que já são da “casa” e apresentam um outro profissional conhecido para ingressar na instituição. Esse processo, diferente do concurso público, tem um caráter pessoal, pois tem como princípio as relações prévias de trabalho e, por vezes, pessoal entre os docentes. Uma rede de contatos, nesse caso, é fundamental para ingressar na unidade escolar. Uma consequência desse processo é a responsabilidade tácita de quem indica. Quem apresenta geralmente é responsável por quem indicou.

A manutenção do nosso emprego na rede privada é um motivo de aflição quando se aproxima o fim do ano. Existe sempre um clima tenso no ar na sala dos professores quando estamos fechando as últimas notas, preenchendo as cadernetas e pensando sobre as férias. A tensão é tão grande que o silêncio sobre o assunto se faz presente. Ninguém fala sobre quem vai sair ou ficar, mas a ameaça sempre nos assombra. É impossível ter paz de espírito com a perspectiva de um futuro desemprego batendo à nossa porta. Vale lembrar que uma parcela considerável dos acordos coletivos que regulamentam as relações de trabalho entre docentes e donos de escolas possui uma janela temporal, no último mês do ano, garantindo demissões com menos custos para os empregadores. Por isso, o final do ano geralmente é um momento de mudanças e incertezas entre a categoria.

Outro fator que agrava a situação é o caráter de imprevisibilidade que permeia a nossa permanência nas escolas privadas nas quais estamos trabalhando. Destaco que usei “escolas” no plural, pois uma das nossas estratégias para ter mais segurança é estar vinculado a mais de uma instituição, pois, em caso de demissão, temos outros vínculos. Não existe um critério objetivo que determine nossa permanência. Podemos agradar aos “clientes”, podemos terminar o livro didático/apostilas, podemos não ter atrasos e faltas no decorrer do ano e, mesmo assim, a demissão pode acontecer. Quem decide sobre a nossa permanência é o patronato. Logo, toda professora sabe que desagradar, em qualquer sentido, o dono da escola é algo perigoso e geralmente resulta em demissão. É nessa questão que reside um dos limites da nossa liberdade na rede privada. Professores que não estão atentos aos posicionamentos políticos e pedagógicos das escolas em que trabalham podem navegar em um oceano de instabilidades profissionais. Então, como nós professores/as temos acesso aos princípios políticos e pedagógicos que orientam o funcionamento das escolas a que estamos vinculados? Como fica a autonomia docente nessa questão?

O Projeto Pedagógico (PP) ou o antigo Projeto Político Pedagógico deveria cumprir esse papel de anunciar quais são esses princípios. Entretanto, você professora já teve acesso a esse documento? Sabemos que não é comum ter acesso, apesar de ser um documento obrigatório para as unidades escolares. Nas poucas vezes que temos acesso ao documento, ele é “frio”,

pois tem pouca ou nenhuma relação com o chão da escola. Esse problema é comum tanto na rede pública como na rede privada.

O próprio processo de elaboração do PP, geralmente delegado a terceiros, é sintomático em relação ao seu pouco pertencimento à comunidade escolar. Espera-se que um PP seja construído pela comunidade escolar, de forma coletiva e dialogada, e que sua revisão seja anual. Infelizmente, essa prática de escrita coletiva não é comum, principalmente quando se trata da rede privada. Reflitam comigo: se os princípios não são evidentes, se eles não são construídos coletivamente e não são revisados anualmente, como podemos pensar em autonomia docente na rede privada? Quando os princípios são definidos de forma vertical e por poucos sujeitos, eles perdem a legitimidade para orientar um trabalho coletivo.

Diante do que foi apresentado, podemos afirmar que o tipo de vínculo empregatício é um dos condicionantes da nossa liberdade. Logo, enquanto fator condicionante, ele é promotor de um tipo de liberdade diferente. Sendo assim, o professor da rede privada é livre para trabalhar determinados assuntos durante suas aulas; contudo, se suas escolhas pedagógicas e políticas desagradarem os donos da escola, é provável que seu emprego fique em risco. Semelhantemente, o prestador de serviço, contratado pelo estado, é livre para promover aulas que tratem sobre a qualidade da educação ofertada pelo governo; contudo, se suas críticas desagradarem aqueles que o indicaram, é bem provável que o seu emprego fique em risco.

Liberdade de cátedra na Paraíba

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu 26º artigo, estabelece a educação enquanto um direito e, em nível elementar, como algo obrigatório. A educação deve ser orientada pelo “respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais”. Por meio desse artigo, podemos compreender que existe uma relação entre a educação e a liberdade. Entretanto, destacamos que não se trata de qualquer liberdade, mas sim a liberdade enquanto um direito fundamental. Dentre essas liberdades fundamentais, destacamos a liberdade de pensamento.

Vasconcelos(2015) compreende que essa liberdade se define pelo direito à exteriorização do pensamento, pelo direito ao pensamento íntimo e pelo direito ao silêncio. Os direitos citados possuem uma relação estreita com o que é vivenciado no chão da escola. É nela, por exemplo, que desenvolvemos as capacidades cognitivas de expressar aquilo que pensamos e, por isso, por se tratar de um ambiente coletivo, entramos em contato também com outras opiniões. A filosofia, a história e a sociologia nos apresentam ideias que foram construídas ao longo do tempo e é através desses contatos que construímos aquilo que pensamos. Portanto, compreendemos que a pluralidade de ideias e de opiniões é fundamental para o desenvolvimento de uma consciência crítica da realidade (FREIRE, 1980).

A Constituição Federal, aprovada em 1988, em seu art. 206, inciso III, prevê que o ensino será ministrado com base no princípio do “pluralismo de idéias e de concepções

pedagógicas [...]”. Outro inciso fundamental é o II, que indica que o ensino também deve ter como princípio a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”. Portanto, o artigo em tela e seus respectivos incisos permite a nós professores e aos estudantes a liberdade de vivenciar diferentes métodos de ensino e de conhecer diferentes perspectivas teóricas sobre os mais variados assuntos. Por sua vez, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) amplia a lista de princípios que servem como base ao ensino, ao apresentar, em seu art. 3º, o inciso “IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância”.

Contudo, mesmo diante da objetividade dos artigos supracitados, diversos Projetos de Lei sobre os princípios que deveriam orientar o ensino nas escolas foram colocados em discussão em diferentes estados e municípios, e outros foram aprovados. Muitos desses projetos partem da premissa de que os docentes estariam fazendo uso das garantias constitucionais para promover doutrinação ideológica, proselitismos partidários ou qualquer outra forma de “contaminação político-ideológica” ou “monopolização política das escolas”⁸. Um dos principais articuladores dessa rede ultraconservadora é o movimento Escola Sem Partido (ESP) ou, como aponta Frigotto (2007), a escola do partido da intolerância. Mesmo apresentando inconsistências teóricas e jurídicas, o movimento ganhou uma projeção nacional e correligionários em diferentes estados.

Na Paraíba, o movimento foi confrontado e, em certo sentido, refreado pela aprovação da Lei nº 11.230, de 10 de dezembro de 2018, conhecida como a de Liberdade de Cátedra, de autoria do então governador do estado da Paraíba Ricardo Coutinho (PSB). A lei em questão fundamenta-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Constituição Federal e na LDB. Na seção de justificativa do Projeto de Lei, que deu origem à Lei de Liberdade de Cátedra, existe a defesa da pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas enquanto um pré-requisito para promoção da educação.

Vale salientar também que a lei assume uma postura de garantia da liberdade de pensamento para toda a comunidade escolar, ao propor no seu 1º artigo que “todos os professores, estudantes e funcionários são livres para expressar seus pensamentos e suas opiniões no ambiente escolar”. O uso dos termos “estudantes” e “funcionários” reforça o caráter de respeito às diferentes vozes que convivem no chão da escola. É possível também encontrar no texto as vedações referentes a toda e qualquer forma de censura e cerceamento de opiniões dentro das unidades escolares. Outro ponto que merece destaque e que, infelizmente, não tem sido respeitado pela Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia (SEECT/PB) é a afixação de cartazes nas escolas públicas com os seguintes dizeres: “A escola é território aberto do conhecimento e livre de censura: repressão ideológica não é legal. Lei estadual de nº 11.230, de 2018”.

Entretanto, os limites para o gozo do direito à liberdade de expressão na sociedade e também no âmbito escolar são condicionados ao texto constitucional, aos direitos humanos e ao Código Penal. Faz parte do senso comum considerar o direito de expressão enquanto

8 Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/perguntas-e-respostas/>. Acesso em: 27 jun. 2021.

um direito absoluto. Contudo, o direito de expressão é relativo aos limites estabelecidos pela Constituição Federal por meio do superprincípio da dignidade humana e dos princípios da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, como afirma Vasconcelos (2015). Nossa Constituição não prevê controle prévio das manifestações de opinião, mas sim um “controle” posterior em casos de violação dos princípios citados.

Podemos traçar um paralelo entre a liberdade de expressão e a liberdade de ensinar. Em ambas as situações, não deveria existir um controle prévio, mas sim um controle posterior. Contudo, se avaliarmos com calma o contexto político em que vivemos, no qual professoras universitárias são vítimas de inquéritos movidos pela Polícia Federal, militantes são presos por chamar o Presidente de genocida e webcelebridades são perseguidas, imaginem nós, professores? Além desses aspectos, também temos colegas que não possuem estabilidade e, por isso, vivem fazendo escolhas difíceis para manter o seu emprego.

No ano de 2019, passei por uma situação que nos serve de exemplo para compreender como os segmentos conservadores atuam no cerceamento da nossa liberdade e quais estratégias podemos utilizar para nos defender desse tipo de situação.

Minha escola entrou no radar dos grupos conservadores quando um vídeo, no qual o antigo coordenador pedagógico e um ex-aluno estavam dançando em um evento em outra escola, foi publicado, sem autorização dos participantes, na página do *Facebook* do Escola Sem Partido (ESP). Acho fundamental salientar que as pessoas podem dançar nas escolas, e isso não é crime, não constitui um ato obsceno. A dança, quer seja individual, quer seja coletiva, é uma linguagem artística. Faz parte de quem somos, faz parte da nossa liberdade de expressão. Garantir oportunidades de aprendizagem através das artes não pode ser restrito a sua apreciação; é necessário compreender sua história e, principalmente, vivenciar o fazer artístico (BARBOSA, 1985). No caso em questão, é necessário dançar para aprender através da dança. Saliento também que, na Proposta Curricular do Ensino Médio da Paraíba BNCC, a dança tem uma parte específica com métodos, conteúdos, teorias e objetivos próprios. Logo, existe um espaço garantido através de documentos oficiais para a dança.

Os vereadores, os deputados, os membros do Movimento Brasil Livre (MBL) e a mídia local começaram a fiscalizar as atividades realizadas na nossa escola. Nossas provas, nossas atividades, nossas fotos, nossos nomes foram entregues para essa rede conservadora, e as denúncias começaram a ser feitas nas respectivas casas legislativas e no Ministério Público. Alguns parlamentares começaram a discursar em sessões ordinárias denunciando supostos casos de doutrinação marxista, de perseguição a alunos de direita, brigas dentro da escola, *bullying*, transferência de alunos, uso de drogas e conduta inadequada dos professores.

Sou professor do Ensino Médio e, em uma das minhas turmas da 3ª série, resolvi trabalhar a história do Brasil contemporâneo através da interpretação das letras de algumas canções da MPB. Selecionei as músicas, imprimi as letras e fui trabalhar a atividade em sala. O objetivo da atividade era identificar as características do contexto político do Brasil a partir das letras das músicas. Meu papel enquanto professor foi de mediar as discussões sobre a relação entre as letras e as características identificadas. Entre as músicas selecionadas, resolvi trabalhar

a música “Pedrada”, de Chico César. Durante a aula, tudo transcorreu bem. Me senti satisfeito com a atividade.

No outro dia pela manhã, um parlamentar resolveu comentar minha atividade durante a sessão ordinária da Câmara Municipal e fui acusado por ele de incentivar os estudantes a fazer protestos, de promover doutrinação ideológica e fui acusado também de criticar o Presidente da República. Não satisfeito, o parlamentar ainda procurou o Ministério Público Estadual e fez uma denúncia de notícia de fato que foi acolhida e se transformou em Processo Administrativo.

Diante dos ataques, tivemos que reagir e, nesse processo, contamos com o apoio Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado da Paraíba (SINTEP-PB), da Defensoria Pública do Estado (DPE-PB), do Ministério Público Federal (MPF-PB) e de parlamentares como Sandra Marrocos (PT), Tibério Limeira (CIDADANIA), Marcos Henriques (PT) e Estela Bezerra (PSB). Após diversas reuniões, construímos o consenso de que era necessário realizarmos uma audiência pública⁹, sediada na nossa escola, convocada pelo Ministério Público Federal da Paraíba com a participação de toda a comunidade escolar, com as instituições supracitadas e com os parlamentares interessados pelo tema para discutirmos a liberdade de cátedra nas escolas públicas e privadas do estado da Paraíba.

No dia 13 de dezembro de 2019, realizamos a audiência pública. O evento contou com o cerimonial do curso técnico em eventos da Escola Cidadã Integral Técnica João Goulart, e participaram da audiência a Ordem dos Advogados do Brasil (PB), o Conselho Tutelar de João Pessoa, a Defensoria Pública do Estado, o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual, o SINTEP(PB) e a Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia.

A audiência pública foi um momento no qual nossa comunidade escolar pôde opinar sobre o tema, assim como os representantes de diversas entidades, a sociedade civil e os parlamentares, inclusive aqueles que apresentaram as denúncias. Enquanto professor, tive a satisfação de ouvir meus estudantes, em sua maioria moradores do Timbó, falarem sobre o que sentem e pensam sobre a educação pública e como a nossa escola funciona. É importante salientar que falar em público pode ser algo simples para algumas pessoas; contudo, para jovens negros e moradores de periferia, pode ser um desafio pegar no microfone e falar para uma platéia formada por promotores, procuradores, secretários e parlamentares.

Para além das conquistas pedagógicas, é importante citar que foi elaborado um documento no qual os participantes, e suas respectivas instituições, se comprometem a assegurar a liberdade de cátedra e garantir que não haja nenhum tipo de assédio moral aos professores e às professoras no ambiente escolar.

Atualmente, em 2021, apenas um dos procedimentos administrativos permanece ativo e está em fase final de investigação, e a ação coordenada pela rede conservadora de fiscalização da prática docente diminuiu.

9 Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pb/sala-de-imprensa/noticias-pb/orgaos-convocam-audiencia-publica-sobre-liberdade-de-catedra-na-pb>. Acesso em: 5 ago. 2021.

Considerações finais

A ameaça do desemprego está no horizonte de todo e qualquer trabalhador assalariado. Nós que somos trabalhadores vivemos exclusivamente do nosso trabalho. Perder o emprego, por qualquer motivo que seja, é um risco real e concreto para nossa sobrevivência e das nossas famílias. Durante minhas experiências na rede privada, o medo do desemprego era mais constante e intenso. Na rede pública, o medo da exoneração existe, é algo que sempre está no meu horizonte, porém o risco de desemprego é menor. Contudo, esse medo promove uma espécie de autocensura. Isso, por si só, já é uma pressão enorme sobre como devemos trabalhar. Esse talvez seja um dos maiores condicionantes para nossa prática docente. Por mais que existam leis, documentos curriculares e projetos políticos pedagógicos que garantam nossa liberdade de cátedra, que nos estimulem a trabalhar certos assuntos, é preciso ter consciência de que, apesar da existência de garantias legais, a nossa liberdade ou nossas liberdades se dão a partir de um contexto de conflito de interesses.

A educação tradicional, ou como Freire (1980) denomina, "bancária", é um ato de depósito de narrativas. É um momento onde uma única fonte faz comunicados, emite verdades, transfere informações, enquanto os demais recebem, gravam, logo, são educados. As posições são fixas e é negado aos envolvidos o direito de compreender o conhecimento enquanto uma busca, como um processo.

Quando nós professores resolvemos romper com essa concepção tradicional, quando pensamos a educação enquanto uma ação libertadora como ato político revolucionário e que deve ser feita com os educandos, estamos assumindo riscos. Ao assumir essa postura e também ao convidarmos todos aqueles que estão juntos nesse momento, estamos rompendo com o que está estabelecido, estamos gerando desconforto e estamos desafiando a ordem vigente. Isso traz custos e, nesse caso, estamos testando os limites da nossa atuação. Estamos testando nossa liberdade.

Apesar de os limites serem evidentes nas leis e nos documentos curriculares, eles tornam-se nebulosos quando estamos no chão da escola. Vale salientar que quando estamos observando o contexto da rede privada os limites são menos evidentes, algo que torna tudo mais complicado. Além disso, acredito que cada unidade escolar tenha seus limites, e cabe ao professor tomar conhecimento de quais são. Por isso, podemos falar em liberdades de ensino que variam de acordo com lugar e com a época que estamos falando. Ninguém é obrigado a testar os limites da nossa liberdade de ensino; contudo, fica a dúvida: é possível promover uma educação de qualidade sem correr risco?

Referências

BARBOSA, Ana Mae. **Teoria e prática da educação artística**. São Paulo: Editora Cultrix, 1975.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 4 ago. 2021.

BRASIL. [LDB]. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Senado Federal, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 18 jan. 2021.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 36. ed. Rio de Janeiro: Edições Paz e Terra, 2003.

FRIGOTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro : UERJ; LPP, 2017.

PARAÍBA. **Proposta Curricular do Ensino Médio**. João Pessoa: SEECT, 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

VASCONCELOS, Clever. A livre manifestação do pensamento e sua responsabilidade. [S. l.]: **Conjur**, 5 fev. 2015. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2015-fev-05/clever-vasconcelos-livre-manifestacao-responsabilidade>. Acesso em: 3 jul. 2021.

Liberdades e ensino de história¹

Margarida Maria Dias de Oliveira²

A organização do evento nos deu o tema “Liberdade e Ensino de História”, e diante da composição da mesa – com colegas que são atuantes na formação de professores e na educação básica – vi que minha contribuição seria positiva se me propusesse a retomar o que considero ter sido fundante no meu aprendizado como aluna da Universidade Federal da Paraíba, que sintetizo na construção da autonomia como profissional docente.³

O que aprendi nos meus anos de graduação entre 1983 e 1988, e depois na pós-graduação em Sociologia, foi ser autônoma como docente, e isso é constituidor de liberdade: nós aprendemos a justificar o que estamos fazendo como docentes, nossas seleções de temas de livros, de atividades a serem realizadas, as escolhas pelas formas de avaliações, entre outras tantas, que executamos nas tarefas constituintes do exercício docente (planejamento, execução, avaliação).

Portanto, foi nesse sentido que optei por falar sobre liberdade, liberdade como construção de autonomia e de espaços de atuação, como possibilidade de mais empregos, mais influência do conhecimento histórico crítico na sociedade e mais participação nas políticas públicas de preservação da memória e do patrimônio cultural, incluindo o arquivístico.

Foi na UFPB que eu aprendi a refletir e produzir ações sobre como é possível construir

1 O presente texto é fruto da minha participação na Mesa-redonda intitulada Liberdades e Ensino de História composta pelos professores Arnaldo Martin Szlachta Junior e Tiago Calábria no XIX Encontro Estadual de História da ANPUH/PB.

2 Professora Titular do Departamento de História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – CCHLA/UFRN.

3 Agradeço o convite da ANPUH/PB e reitero esse espaço também como de formação. Minhas homenagens e reconhecimento aos colegas que comigo compuseram o “Fazendo História”, foi na militância do nosso grupo de movimento estudantil e no trabalho cotidiano dos arquivos com as professoras Laura Helena Bracuchy Amorim e Irene Rodrigues Fernandes, foi na análise acurada com a professora Rosa Godoy sobre os espaços de atuação do profissional de História, foi na convivência fraterna, mas também de muitas polêmicas, com amigos e amigas como Josineide Bezerra, Ângelo Pessoa, Regina Behar, Monique Cittaino, Luciano Candeia, Josenildo Feitosa, Sergio Murilo Ribeiro e tantos outros que aprendi a pensar e agir de forma autônoma.

espaços de atuação para o profissional de História. Uma lei como a que regulamenta a profissão do historiador⁴, garante isso? Não, não garante. Ela assegura em parte, sobretudo, o instrumento legal para que os cidadãos e os operadores do Direito possam acionar sempre que necessário, mas o grande movimento é a nossa luta por essa construção, por engendrar esses espaços, por ocupá-los, e é nesse sentido que pretendo desenvolver minhas considerações, pois entendo que essa também é uma reflexão importante para que nós inventemos o novo, para que nós partamos do que os nossos antecessores construíram, mas que possamos trabalhar novos espaços para atuação do profissional de História e discutir suas necessidades de formação.

Com essa base, tenho tentado ao longo do meu exercício docente, sobretudo nos últimos dezoito anos como professora da UFRN, na qual é minha obrigação profissional atuar no ensino, pesquisa e extensão de forma integrada, criar situações de ensino-aprendizagem que venham apoiar a formação de profissionais de História nas habilitações Licenciatura e Bacharelado, capazes de refletir e atuar em todos os espaços em que a produção do conhecimento histórico seja requerida, conforme a variedade de públicos e objetivos.

No ano de 2020, açodados pela pandemia causada pela Covid-19, entendi que os componentes – sobretudo graduandos e pós-graduandos – do grupo Espaços, Poder, Práticas Sociais⁵, do qual sou coordenadora de uma das Linhas de Pesquisa, necessitavam de um espaço remoto para que mantivéssemos contato e, com a justificativa de nos encontrarmos para debater situações profissionais, constituir-se como meio de nos ajudar mutuamente, proporcionando momentos de desconcentração e, se necessário, outros encaminhamentos.

Como estratégia para nos manter juntos, dentro do isolamento social, estipulei a leitura de um texto escrito com o prof. Dr. Itamar Freitas, intitulado “Formação do profissional de História na contemporaneidade”⁶, cujo objetivo é fazer uma reflexão sobre como se dá a formação do profissional de História e quais são os espaços possíveis para a atuação desse profissional. Nesse texto, elaboramos uma série de Diagramas (transcrevemos dois dos sete constantes no artigo) sobre quais seriam os saberes necessários para o profissional de História atuar em espaços como arquivos, museus, assessorias de todos os tipos e tantos outros espaços de atuação, de forma a pautar essa discussão, como já dito, sobre as necessidades de formação nas graduações em História.

4 Me refiro aqui a Lei Nº 14.038, publicada no Diário Oficial da União de 18 de agosto de 2020, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Historiador e dá outras providências, e foi resultado de uma longa e ampla mobilização executada pelo movimento estudantil de História e pela Associação Nacional de História – ANPUH/BR.

5 O grupo Espaço, Poder, Práticas Sociais é coordenado pelo prof. Dr. Francisco das Chagas Fernandes Santiago Junior, e é composto por três Linhas de Pesquisa: Cultura visual, espaços e poder; História e espaços do ensino e História social, historiografia e identidades sociais. O grupo está cadastrado no CNPq e na UFRN. Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/595907>. Acesso em: 04 jan. 2022.

6 OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; FREITAS, Itamar. Formação do profissional de história na contemporaneidade. *Mouseion (UniLasalle)*, v. 19, p. 109-125, 2014. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/1835>. Acesso em: 02 jan. 2022.

O importante, nesse momento, a observar nos gráficos é que todos eles partem da apropriação da forma de produção do conhecimento histórico. Ou seja, o que está na base de qualquer atuação do profissional de História é a prática historiadora regulada pela constituição do ofício ao longo da sua institucionalização como saber acadêmico. Além desse princípio fundante, nossa assertiva de que esse saber deve se constituir pelo exercício no decorrer da graduação, se possível, diversificando públicos e objetivos que na prática das nossas sociedades requerem a produção do saber histórico para algum fim.

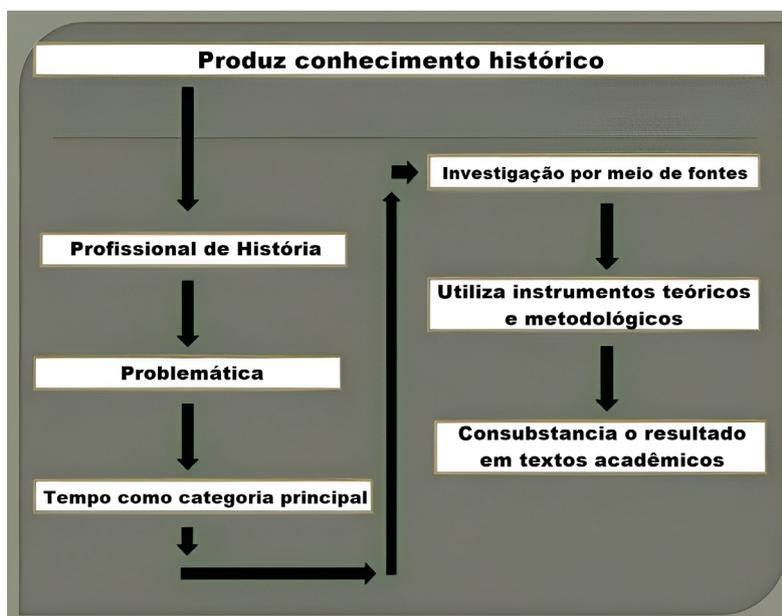


Diagrama 1: Produção do conhecimento histórico na pesquisa.
 Fonte: OLIVEIRA; FREITAS, 2014.

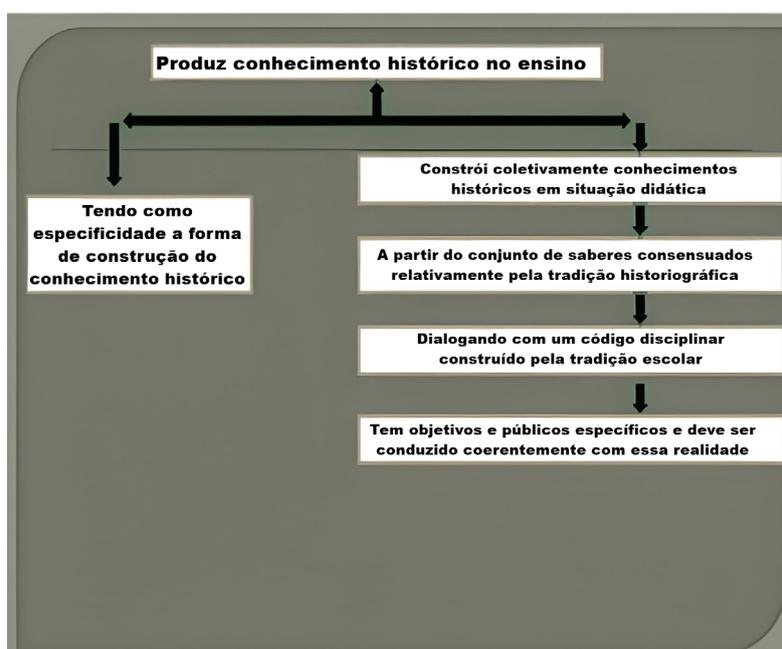


Diagrama 2: Produção do conhecimento histórico no ensino.
 Fonte: OLIVEIRA; FREITAS, 2014.

O exercício sistemático tutorado pelo docente possibilita, além da prática, a reflexão sobre desafios, saberes, interlocuções e função social da prática historiadora.

No intuito de provocar essas discussões, o texto recomendado para leitura e discussão procura respostas dos leitores, anseia por complementações, por réplicas, por críticas e por aprofundamentos. Foi com esse objetivo que propus seu debate pelos componentes do grupo Espaços, Poder, Práticas Sociais.

Para iniciar o debate, pedi que lessem o texto referenciado e formassem grupos menores para diálogos e, em seguida, distribuí um problema para eles, que foi estipulado para cada grupo, acompanhado do que denominei de equipamento cultural (onde há demanda de profissional de História e sua expertise) diferenciado para que cada grupo desenvolvesse reflexões e, posteriormente, proposta sobre o funcionamento de tal equipamento e das tarefas profissionais que seriam concernentes ao graduado em História.

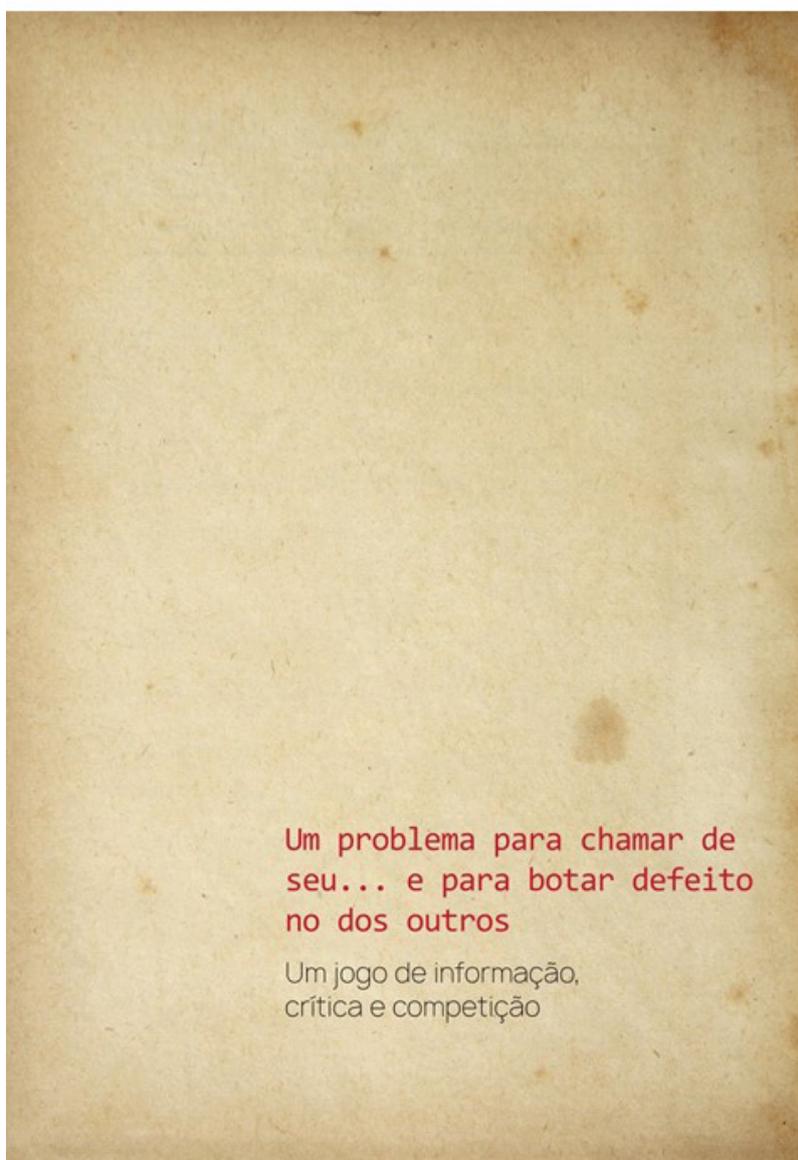


Fig. 1: Apresentação do "jogo".
Fonte: Autora, 2020.

Objetivo: Apresentar o equipamento cultural da forma mais completa possível e criticar as inadequações do equipamento cultural das outras equipes.

Observação: quanto mais sua equipe estiver informada sobre as possibilidades de componentes dos equipamentos culturais das outras equipes mais vocês terão possibilidade de vitória.

Ganha o jogo a equipe que permanecer com os 100 pontos iniciais do jogo ou perder menos pontos.

Todas as equipes têm 100 pontos ao início do jogo.

Cada equipe deverá apresentar seu equipamento cultural com os setores que ele tem internamente e com as equipes de profissionais necessárias para funcionamento do mesmo. O profissional que deve ter seus saberes mais esmiuçados é o **PROFISSIONAL DE HISTÓRIA**. Os outros profissionais devem ser explicitados, mas suas atividades não precisam ser esmiuçadas.

Tabela de perda de pontuação:

Setores de equipamento cultural	Cada setor apontado (faltantes) pela equipe opositora	- 0,5
Saberes do profissional de História	Cada saber apontado (faltantes) pela equipe opositora	- 1,0
Outros profissionais trabalhadores no equipamento cultural	Cada saber apontado (faltantes) pela equipe opositora	- 0,5

Parabéns a sua equipe!

Vocês acabam de receber um equipamento cultural da sua cidade.

Para o funcionamento adequado deste equipamento cultural vocês devem prever todos os setores internos e suas funções, os profissionais necessários para formar uma equipe adequada para fazer o equipamento funcionar da forma mais eficiente possível.

No equipamento cultural também há necessidade de um profissional de história. Por isso, sua equipe precisa justificar a necessidade deste profissional elencando as atividades que ele desenvolverá (ou mais de um se for necessário), os saberes específicos da História concernentes as atividades e os motivos da especificidade dele(s), ou seja, por que outros profissionais não podem substituí-lo(s).

Lembrem-se! Quanto mais completo, menos possibilidade de vocês serem cancelados pelas equipes opositoras e quanto mais informados sobre os possíveis saberes, funções e setores necessários dos equipamentos das equipes opositoras mais possibilidades de criticá-las e fazê-las perder pontos.

Pesquem, se informem e, vamos à luta por equipamentos culturais com profissionais de História qualificados.

Fig. 2: Regras e demandas para o “jogo” que se instaurou após a leitura do texto.

Fonte: Autora, 2020.

De acordo com a leitura do texto, os grupos deveriam pensar quais seriam os saberes necessários ao profissional de História para atuar em um desses espaços, então teriam que formular quais seriam esses saberes. Os espaços de atuação imaginados, a partir de experiências e demandas conhecidas, foram: um arquivo escolar; uma empresa de assessoria; um centro de pesquisas; uma editora de livros didáticos; uma empresa de jogos; uma escola; um memorial; um museu; uma produtora de audiovisual e uma revista de divulgação científica. Junto com as regras da atividade foi “entregue” um equipamento cultural a cada grupo.



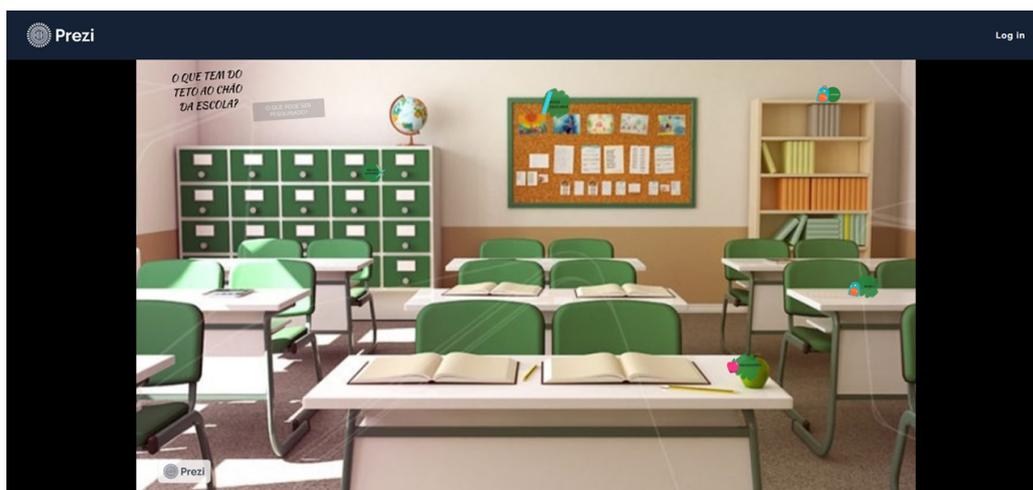
<p>CENTRO DE PESQUISAS HISTÓRIA COM COSTO</p> 	<p>EDITORA DE LIVROS DIDÁTICOS VIVENDO E APRENDENDO</p> 
<p>ESCOLA APRENDER COM ALEGRIA</p> 	<p>EMPRESA DE JOGOS BRINCANDO SE APRENDE HISTÓRIA</p> 
<p>MEMORIAL DA ALEGRIA</p> 	<p>REVISTA PARA OS QUE GOSTAM DE HISTÓRIA</p> 
<p>MUSEU DOS OBJETOS IMPORTANTES</p> 	<p>PRODUTORA DE AUDIOVISUAIS SÓ VERDADES</p> 

Fig. 3: Representações dos equipamentos culturais distribuídos para os grupos de alunos.

Fonte: Autora, 2020.

Para não cansar o leitor, mas para apontar algumas positivities do exercício realizado, trago dois exemplos dos resultados apresentados. O primeiro, do grupo⁷ que trabalhou a questão do arquivo escolar, e o segundo grupo⁸ que se dedicou a refletir sobre a inserção de um profissional de História na equipe de trabalhadores em um museu.

O primeiro grupo apresentou o material por meio do software *Prezzi*, descrevendo o quê que teria esse arquivo, qual seria a estrutura composta por setores e os profissionais necessários. Então, além de pensar no profissional de História, é essencial pensar, sobretudo, no diálogo com essa equipe interdisciplinar.



Figs. 4 e 5: Aspectos do conteúdo apresentado por meio do *Prezzi*.

Fonte: Autoria do primeiro grupo citado no texto, 2020.

7 O grupo foi formado pelas, então, graduandas: Maria Luiza Dantas Lins, Ysabelle Oliveira e Maria Beatriz a quem agradeço a disposição para execução da tarefa, o compartilhamento, as reflexões efetivadas e os conhecimentos construídos.

8 O grupo foi formado pelos seguintes componentes: João Victor Marinho, Iriudsana Costa, Vivian Pereira, Viviane Nunes, Isabela Ferreira e Sabrina Oliveira. Agradeço o trabalho coletivo que demonstra o compromisso com a função social da História.

O segundo grupo, que se dedicou a refletir sobre a atuação do profissional de História, usou o *PowerPoint* para apresentar sua proposta denominada “Museu das Coisas Desimportantes”. Com graça, leveza e poesia apresentaram uma proposta que, da mesma forma que o grupo anterior, refletia sobre a estrutura do equipamento, sua composição com recursos humanos e as interlocuções necessárias para o profissional de História.

Reproduzo a seguir alguns dos *slides* apresentados pelo grupo de estudantes e que partem de um poema de Manoel de Barros para brincar com a denominação dada ao equipamento cultural a ser trabalhado – Museu das Coisas Importantes. Ao inverter a denominação, os componentes propuseram também uma reflexão sobre o que pode ou deve ser musealizado. Além disso, pensaram em um possível calendário de atividades e estrutura para pautar a questão da equipe de trabalhadores que seriam necessários a tal equipamento e a forma ideal de inserção do profissional de História.

O Apanhador de Desperdícios (*Manoel de Barros*)

Dou respeito às coisas desimportantes
e aos seres desimportantes.
Prezo insetos mais que aviões.
Prezo a velocidade
das tartarugas mais que a dos mísseis.
Tenho em mim um atraso de nascença.
Eu fui aparelhado
para gostar de passarinhos.
Tenho abundância de ser feliz por isso.

Meu quintal é maior do que o mundo.
Sou um apanhador de desperdícios:
Amo os restos
como as boas moscas.
Queria que a minha voz tivesse um
formato
de canto.
Porque eu não sou da informática:
eu sou da invencionática.
Só uso a palavra para compor meus
silêncios.

Museu de Desimportâncias

Oi, eu sou o museu do cotidiano. Museu das coisas que não aparecem nos outros museus mas que estão nas nossas vidas. Como era a colher da vovó? E o sapatinho do papai? Esses objetos foram os que fizeram eles chegarem até aqui e a gente não dá importância a eles...não dava. Esse é o espaço das presilhas, dos brinquedos, do banco da praça e do pedal da bicicleta, do relógio e da bengala, esse é o espaço da gente.

Fico em uma antiga escola, de frente para uma praça, de onde vejo a minha vida acontecer. As minhas salas são de todos que já passaram por aqui, e dos que ainda vão passar também.

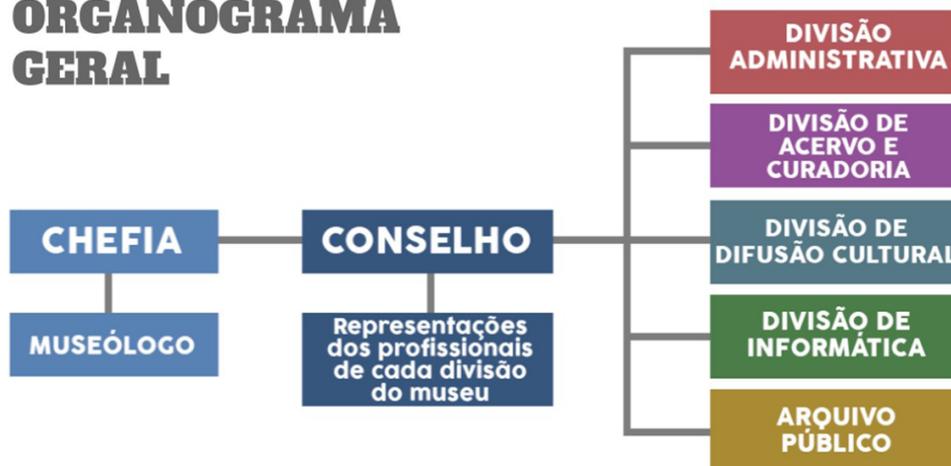
Então, deixe as preocupações na bolsa, fiquem livres, e vamos dar importância...

Calendário

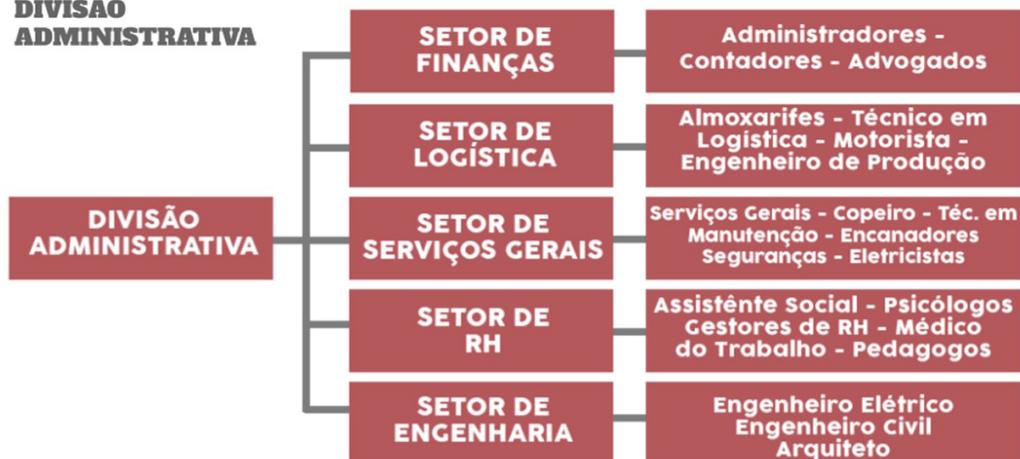


Janeiro	“De férias com o Museu”
Fevereiro	“Frevando”
Março	“Importância Lilás”
Abril	“Abril do Sul”
Mai	“Caixa de Ferramentas”
Junho	“Noite estrelada”
Julho	“Na cadeira de balanço”
Agosto	“O Museu vai à escola”
Setembro	“Flores de Primavera”
Outubro	“Cores do Brasil”
Novembro	“Uma Kizomba no museu”
Dezembro	“Ciranda”

ORGANOGRAMA GERAL



ORGANOGRAMA DIVISÃO ADMINISTRATIVA



A complexidade e raridade dessa discussão, realizada por graduandos e pós-graduandos em História, nos motivou a continuá-la de outra forma. O grupo Espaços, Poder, Práticas Sociais, de forma colaborativa, passou a confeccionar vídeos que sistematizam e sintetizam essas reflexões e divulgá-los, por meio das redes sociais e no canal⁹ do grupo no *YouTube*, como forma de continuar pautando a discussão sobre a necessidade de alterações na forma como se efetivam as graduações em História. O objetivo de divulgação desse conteúdo, seja em vídeo, artigo ou através das discussões no grupo, é dialogar sobre o papel das graduações em História em atender demandas sociais contemporâneas das práticas historiadoras em consonância com o que foi construído pelas gerações de profissionais e diversas instituições, como o nosso saber profissional, contemplando assim, as práticas sociais.

Mas um princípio perpassa todas as reflexões: o profissional de História não trabalha sozinho. Portanto, a ênfase foi em refletir em que equipe nós trabalhamos, com quais saberes nós dialogamos, o que nós temos que aprender na nossa formação inicial e o que nós temos que continuar dialogando com outros profissionais.

O trabalho colaborativo e, sobretudo, protagonizado pelos graduandos, demonstra minhas afirmações iniciais sobre a importância de saber justificar escolhas e utilizar o espaço das salas de aula e outros – igualmente formativos – para construção de autonomia do futuro profissional de História.

Não posso deixar de tecer algumas considerações sobre a importância em um momento de crise como vivenciamos, desde março de 2020, com a pandemia da Covid-19, da permanência do espaço escolar – mesmo que virtual – para manutenção da rede de sociabilidades e de apoio. Com essas atividades, a despeito de todas as dificuldades, considero que conseguimos demonstrar a capacidade de mudanças em momentos difíceis. Não era possível fazer as atividades do grupo de pesquisa da mesma forma que fazíamos presencialmente. Era necessário pensar nos trabalhos remotos e a resposta, nesse caso, foi a melhor possível. Os estudantes se viram construindo um material, e por mais que as atividades presenciais já trabalhassem com metodologias ativas, era necessário um novo formato. Eles se viram também construindo conhecimento, instituindo novas reflexões e desnaturalizando ideias estabelecidas sobre a atuação do profissional de História, em geral, dicotômica: ou o profissional de História atua na pesquisa ou no ensino.

Isso também os motivou a pensar sobre a sua instituição formadora e o curso de História que oferece duas habilitações (Licenciatura e Bacharelado). Foi uma forma também de trabalhar com os alunos sobre a necessidade de, em momentos tão difíceis como o que nós estamos vivendo, aproveitarmos a situação como um espaço de reflexão para sua alteração. Mesmo que não sejam modificações tão gerais como gostaríamos, é importante aproveitar esses momentos de crises, esses momentos de inflexão para que nós possamos também discutir possibilidades de mudança.

9 Conteúdo completo – total de 9 vídeos – no canal Grupo EPPS no *YouTube*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gAz4Pc8bNyQ&list=PLvRnjWWxsBx5F99D4_sl7aFt7_sAWoEf-&index=6. Acesso em: 05 jan. 2022.

Meu interesse em compartilhar essa experiência¹⁰ foi não só para honrar, não só para lembrar que todo esse fundamento foi me dado pela UFPB e pelos companheiros que estão hoje na ANPUH/Paraíba, mas para dizer que esse momento – apesar de todas as dificuldades, como todas as lutas da classe trabalhadora brasileira –, é um momento também de nós tentarmos modificar o que não nos ajuda mais, o que já diagnosticamos há muito tempo que precisa mudar e, sem dúvida, a formação dos profissionais de História é uma delas.

10 Participação no evento em dezembro de 2020 e escrita do texto em dezembro de 2021.

Mulheres negras e os passos por direitos

Ivonildes da Silva Fonseca¹

No atípico ano de 2021, quando da realização do XIX *Encontro Estadual de História: Liberdades e direitos*, de 25 a 27 de novembro, promovido pela Associação Nacional de História – ANPUH-PB, a mesa redonda “História e movimentos sociais: saberes e afetos” fez parte da programação e nela a abordagem sobre parte do processo desenvolvido por mulheres negras visando a visibilizar as suas pautas, historicamente silenciadas, tornou-se apropriada, pois na plataforma dos direitos, as vidas negras são necessidades desde o nascimento do Brasil. Assim, no caminho por direitos é reforçada a afirmação de que os afetos sempre foram exercitados nos caminhos das negras e sempre foram ausentes entre os que oprimem as pessoas negras e indígenas.

Na década de 1970, novas formas organizativas são assumidas, mesmo com o Brasil submetido ao repugnável regime de Ditadura Militar, iniciado nos anos de 1960. O movimento negro vem para a cena socio-reivindicativa e igual direção toma o movimento feminista e, nesse sentido, de forma bastante didática, Dimambro (2019, p. 165) coloca a importância de vários fatores para esse fenômeno:

O primeiro fator é o Ano Internacional da Mulher, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1975,² que traz à tona discussões sobre a condição feminina a partir de uma grande instituição com perspectiva global. Um segundo fator é a modernização pela qual o Brasil vinha passando desde os anos 1950, com a massificação do ensino público e a expansão do mercado

1 Professora do Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/CH/Campus III).

2 “Na conferência do Ano Internacional da mulher, ocorrida no México, com a participação de duas mil mulheres do mundo inteiro, foi aprovada a moção em prol da anistia, encaminhada pela brasileira Terezinha Zerbini, uma das principais lideranças desse movimento. [...] Graças ao desempenho das mulheres, 1975 tornou-se de fato o marco histórico para o avanço das ideias feministas no Brasil. Sob uma ditadura militar, mas com o apoio da ONU, a mulher brasileira passou, então, a ser protagonista de sua própria história, em que a luta por seus direitos específicos se fundia com as questões gerais” (TELES, 2017, p. 93-95).

de trabalho. O país é afetado, em seu contexto específico de ditadura militar, pela revolução comportamental que se dá no hemisfério norte, com as primeiras lutas feministas nos Estados Unidos, ao lado do movimento negro encabeçado pelos Black Panthers, do movimento pacifista de contestação à guerra do Vietnã e do surgimento da pílula anticoncepcional. Uma terceira circunstância nessa complexa conjuntura de surgimento de um movimento feminista organizado no Brasil refere-se ao próprio contexto militante, pois o cenário de lutas contra o governo autoritário a partir de 1964 propicia a emergência de críticas e questionamentos acerca do papel social da mulher na sociedade brasileira, de forte herança patriarcal. [...] É muito difícil, portanto, dissociar o feminismo brasileiro da década de 1970 de uma abordagem interseccional, principalmente no tocante às relações entre gênero e classe.

É importante enfatizar que interseccionar gênero e classe evidencia a invisibilidade social das mulheres negras e, portanto, é fundamental realçar a proposta feita por Lélia Gonzalez, mulher incansável por aliar “raça, classe e sexo”. Dessa forma, vê-se que as alianças feitas em prol da “legitimidade política” das pautas negras tem a contribuição de pesquisadores, de outros movimentos, dos quais o feminista e a emergente mobilização dos homossexuais’ (RATS, A.; RIOS, F. 2010 apud RIOS, 2012, p. 47).

Na história do Brasil contemporâneo, conforme escreve Flávia Rios (2012, p. 42), temos um repertório de protesto que assume formas diversas, das quais “[...] marchas, passeatas, paradas, ocupações e desfiles pelas ruas[...]”. Em se tratando de movimento negro, essa variedade pode ser constatada e alguns eventos ganharam a posição de marcos, a exemplo da reivindicação do movimento negro, em 7 de junho 1978, nas escadarias do Teatro Municipal em São Paulo que denunciou a discriminação racial, reivindicando a democracia racial no seu significado real. Este marco fundante é seguido pelo Centenário da Abolição de 1988 e, em 1990, pelo Tricentenário de Zumbi dos Palmares (RIOS, 2012, p. 55).

Assim, movimento feminista e movimento negro têm participação fundamental na movimentação do Brasil, embora o primeiro evidenciava pautas das mulheres que estavam no mercado de trabalho e também questões relacionadas à previdência. As mulheres negras estavam no trabalho desvalorizado, muitas vezes, desenvolvido nos lares das mulheres feministas e, em outras, exerciam as atividades dentro das próprias casas, como “lavadeira de ganho”.

O trabalho desvalorizado das mulheres negras é um dado revelador da invisibilidade de seus lugares sociais ocupados. Os relatos biográficos das que nos anos de 1980 em diante ingressaram nas universidades, demonstram as ocupações profissionais das mães negras que eram lavadeiras e empregadas domésticas.

A década de 1970, foi o tempo da construção do terreno de visibilidade para assuntos que ficaram “abafados” na privacidade, principalmente, dos lares e, assim, “aprisonavam” as mulheres, como o que mostra o provérbio: “em briga de marido e mulher, não se mete a colher”.

A partir dos movimentos das mulheres, assuntos nocivos que eram consentidos e justificados socialmente foram deslocados do pessoal para o político, colocando em

evidência as opressões e os tabus sociais, tornando as mulheres representantes de pautas que habitavam o privado, dentre elas a violência.

Todavia, por força das perversidades sociais que acometiam as mulheres negras, estas continuavam nos seus devidos “lugares” de invisibilidade social. Os olhos, as reflexões e os sentimentos traduzidos nas reivindicações de que se manifestavam no movimento feminista não alcançavam as mulheres negras e, assim, as pautas negras não apareciam. Dessa maneira consolidava a afirmação de que o modelo feminista representava a mulher como tendo semelhanças nos seus anseios e necessidades. Era o modelo da mulher universal³ e, então, era incompleto ao não trazer uma parte das questões de uma parcela da sociedade formada por mulheres negras. Sueli Carneiro afirma:

[...] em conformidade com outros movimentos sociais progressistas da sociedade brasileira, o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. (CARNEIRO, 2003, p. 118)

A pauta do movimento feminista deixou invisíveis as especificidades das mulheres negras, ignorou as tensões sociais causadas por diferenças de etnia e classe social. Uma crítica ao feminino universal que também pode ser encontrada em solo estadunidense se

3 O resumo da agenda comentada dos Encontros Feministas na perspectiva nacional feito pela CFMEA, diz: “Engajadas no processo de redemocratização do País as mulheres, organizadas em torno do feminismo contemporâneo, desenvolveram a prática de realizar encontros locais, regionais e nacionais. Eram espaços para debate de ideias, troca de experiências, articulação política e sensibilização de mais mulheres para aderirem ao movimento. Entre 1979 e 1985 as reuniões anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) - cada vez mais concorridas - abrigaram o Encontro Nacional Feminista, convocado por militantes que aproveitavam o espaço acadêmico para promover este intercâmbio.” [...] “A partir de 1986 o ENF passou a ser realizado fora do âmbito da SBPC com novos formatos, público mais diversificado, espaço mais amplo de discussão e integração entre as participantes. O movimento teve fôlego para sustentar esses encontros, com periodicidade, até 2004.” Disponível em: https://www.cfmea.org.br/plataforma25anos/_anos/1979.php?iframe=1_o_enf_fortaleza_ce Acesso em: 20 de novembro de 2020

1979 - I Encontro Nacional Feminista - Fortaleza, Ceará

1980 - II Encontro Nacional Feminista - Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

1981 - III Encontro Nacional Feminista - Salvador, Bahia

1982 - IV Encontro Nacional Feminista - Campinas, São Paulo

1983 - V Encontro Nacional Feminista - Brasília, Distrito Federal

1984 - VI Encontro Nacional Feminista - São Paulo, São Paulo

1985 - VII Encontro Nacional Feminista - Belo Horizonte, Minas Gerais

1986 - VIII Encontro Nacional Feminista - Nogueira, Rio de Janeiro

1987 - IX Encontro Nacional Feminista - Garanhuns, Pernambuco

1989 - X Encontro Nacional Feminista - Bertioga, São Paulo

1991 - XI Encontro Nacional Feminista - Caldas Novas, Goiás

1997 - XII Encontro Nacional Feminista - Salvador, Bahia

2000 - XIII Encontro Nacional Feminista - João Pessoa, Paraíba

2004 - XIV Encontro Nacional Feminista - Porto Alegre - Rio Grande do Sul

dirige ao livro “A Mística feminina” de Betty Friedan, publicado pela primeira vez em 1963. Considerado a obra que abriu o caminho para o feminismo contemporâneo, não se referiu ao fato de que as mulheres não se reduzem ao modelo ali descrito.⁴

A feminista negra estadunidense Bell Hooks talvez tenha sido uma das principais críticas ao texto e observou que aquilo que Friedan apresenta como “o problema que não tem nome”, para descrever a condição das mulheres, se reduz “à situação de um seletivo grupo de mulheres brancas casadas, com formação universitária, de classe média e alta – donas de casa entediadas com o lazer, a casa, os filhos, as compras, que queriam mais da vida” (Hooks, 2015, p. 194). Querer algo mais da vida, significou, segundo Hooks, sair da esfera doméstica, se lançar no mercado de trabalho, sem que, no entanto, se colocasse a questão sobre quem iria substituí-las nas tarefas domésticas. Friedan nada mencionou sobre as “necessidades das mulheres sem homem, sem filhos, sem lar, ignorou a existência de todas as mulheres não brancas e das brancas pobres” (HOOKS, 2015, p. 119).

Nos anos de 1980, um marco ocorreu no campo das discussões feministas com a inserção de assuntos relacionados às diferenças, alteridades, diversidades. Em setembro de 1987, a cidade de Garanhuns/PE, sediou o IX Encontro Nacional Feminista e neste as mulheres negras presentes, esperaram ter visibilidade política e voz.

A participação das mulheres negras em Garanhuns/PE, em 1987, foi decorrente das discussões prévias acontecidas em encontros locais e estaduais nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo e também por estarem iniciando a organização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras. Ao participarem do encontro em Garanhuns, constataram a ausência das pautas das mulheres negras e ao voltarem para o Rio de Janeiro, retomaram os preparativos do Encontro e, superando as enormes dificuldades, conseguem realizar, marcando de forma profícua na história dos movimentos sociais/feministas, a organização do movimento de mulheres negras brasileiras.⁵

Considera-se que Valença contribuiu para impulsionar o movimento contemporâneo de mulheres negras, ao permitir um exercício de identificação da urgência em ultrapassar as fronteiras do feminismo através de uma articulação da questão racial com as questões de gênero e classe. Foi reafirmado o papel das mulheres negras como sujeito central no processo de reivindicação por uma sociedade justa, igualitária e sem discriminação, a partir de seus próprios referenciais. (CFEMEA, 1988)

O I Encontro Nacional de Mulheres Negras, do ano de 1988 – ano carregado de enorme simbologia, pois muita movimentação aconteceu em torno do Centenário da Abolição e da Constituinte – ocorreu no que ficou denominado como “terceira onda” do feminismo, quando o movimento feminista avançava, consolidando as suas pautas. Assim, nos anos de 1980, aconteceu entre os dias 02 a 04 de dezembro, na cidade de Valença no Rio de Janeiro, o I

4 Betty Friedan lançou o seu livro no Brasil em 1971 a convite de Rose Marie Muraro (DIMAMBRO, 2019, p. 163).

5 Este processo está bem documentado em Silva (2014, p.13-39).

Encontro Nacional de Mulheres Negras com a participação de 450 mulheres negras de 19 estados⁶.

De 1980, as mulheres negras tiveram um crescimento de organizações em todo o Brasil e esse movimento ganhou uma notoriedade em 2015, momento da realização da Marcha das Mulheres:

A repercussão local, nacional e mundial da Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver, realizada no dia 18 de novembro de 2015, foi resultado dos esforços coletivos das milhões de mulheres negras que, durante três anos e em lugares diferentes do País e do mundo, acreditaram na construção de um momento político que revelaria e visibilizaria a luta, a resistência, as denúncias, as angústias e as vozes das 50 milhões de mulheres negras brasileiras. (Articulação das Mulheres Negras Brasileiras - AMNB)⁷

A Marcha das Mulheres Negras, de 2015, foi idealizada por Nilma Bentes, uma das fundadoras do Centro de Estudo e Defesa do Negro-Belem/Pará - Cedenpa (BELIEVE EARTH; OMS, 2018). Em diálogo com outras mulheres, Nilma lembra que estava em estado de reflexão, quando teve uma ideia e a compartilhou: “e se a gente fizesse uma marcha?” E da reflexão, Nilma parte para a interlocução ampla, para as alianças e apoios e a proposta foi apresentada, em 2011 no Afro XXI - Encontro Ibero-Americano do Ano Internacional dos Afrodescendentes, que aconteceu na cidade de Salvador/BA⁸. O lançamento da Marcha foi no ano de 2013, “durante o ato das Mulheres Negras realizado na III Conferência de Promoção da Igualdade Racial - III CONAPIR⁹ e coloca o Nordeste brasileiro como a região em que, em 2013, foi dado o primeiro passo na mobilização rumo à Marcha.

6 Parte da movimentação do **I Encontro Nacional de Mulheres Negras**, especialmente a fala de uma ativista que demarca a posição política deste segmento, pode ser assistido neste endereço eletrônico <https://www.youtube.com/watch?v=VLib9atLXW0>.

7 O e-book é umas das publicações mais completas sobre a 1ª Marcha das Mulheres Negras de 2015. Disponível em: <http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/01/e-bookMMnegras200916.pdf>. Acessado em 20 de outubro de 2020.

8 O Encontro Ibero-Americano teve na abertura a presença do Governador Jacques Wagner, da ministra de Promoção da Igualdade, Luiza Bairros, do secretário-geral da Ibero-América, Enrique Iglesias, e das Sras. Epsy Campbell e Rita Bárbara, representantes dos países ibero-americanos e da população brasileira, respectivamente. A participação do segmento religioso esteve com a Makota Valdina Pinto, do terreiro Tanury Junçara, que fez oração na língua quicongo. A afirmação do governador aponta para necessidade do fortalecimento de políticas institucionais: “É preciso devolver ao continente africano o sacrifício dos seus filhos, que foram espalhados pelo mundo, na condição de escravos, para construir outros países. Precisamos agora criar tratados de cooperação e oferecer o que temos de melhor, como políticas de geração de emprego e tecnologia”, destacou o governador.

Wagner aproveitou, ainda, para mandar um conselho para a presidente Dilma Rousseff. “Presidente, a Seppir (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) não pode virar apenas um braço da pasta de Direitos Humanos. A luta de promoção da igualdade é por direitos, que em alguns momentos nem existiram. Aqui na Bahia, acreditei que poderia unir a luta da igualdade racial e de gênero, e os movimentos me cobraram a separação. E só agora é que percebi que deveria criar os dois órgãos. Mas reconheço que o mando de campo é da senhora e estou apenas enviando o meu palpite”, brincou.

9 Sobre a CONAPIR: Fala de Luiza Bairros, à época Ministra da Igualdade racial <https://www.youtube.com/watch?v=SdptuNifpCO>

Saindo do plano dos eventos nacional e internacional e indo para o cotidiano da atuação política das mulheres negras, em Recife aconteceu o Seminário “Tecendo a Rede de Mulheres Negras do Nordeste”, nos dias 27 e 28 de abril, cujo objetivo e organização podem ser apreciados:

No intuito de lançar o projeto de articulação e construção da Rede de Mulheres Negras do Nordeste, o Odara – Instituto da Mulher Negra realizará nos dias 27 e 28 de abril, em Recife, o seminário “Tecendo a Rede de Mulheres Negras do Nordeste” com representantes de 25 organizações de mulheres negras da região nordeste do país. [...] A abertura do seminário terá a presença da coordenadora executiva do Odara, Valdecir Nascimento, da assessora de projetos da Coordenadoria Ecumênica de Serviços (Cese), Rosana Fernandes, da coordenadora do Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará (CEDENPA), Nilma Bentes, de representantes das organizações de mulheres negras dos estados do Maranhão, Alagoas, Piauí, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Paraíba, Bahia e da Articulação Nacional de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB).” O seminário é a primeira atividade do ciclo de ações previstas na agenda de mobilização que serão realizadas este ano com o apoio institucional da Fundação Ford, Cese e do UNFPA. (INSTITUTO ODARA, 2013)

No desenrolar do Seminário foi afirmada a criação da rede de mulheres negras do nordeste e a decisão em trabalhar pela realização da Marcha das Mulheres Negras e, assim, publicaram um documento, denominado de “Carta de Recife: Compromisso com a marcha das Mulheres Negras Brasileiras”¹⁰ para divulgação em todos os estados do Brasil. A partir de então, o trabalho coletivo foi abraçado por milhares de mulheres negras em todos os estados do país, e, durante os três anos, atuaram na construção de um momento político que expôs

10 *Carta de Recife: Compromisso com a marcha das Mulheres Negras Brasileiras*

Nós, mulheres negras do Nordeste do Brasil, reunidas no Seminário Tecendo a Rede de Mulheres Negras do Nordeste, realizado nos dias 27 e 28 de abril de 2013, em Recife, Pernambuco, declaramos nosso reconhecimento e nosso compromisso com o processo de construção da Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo e Pelo Bem Viver.

Consideramos de extrema importância essa iniciativa da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras no atual contexto de persistência das desigualdades raciais e de gênero na sociedade brasileira, de avanço dos fundamentalismos, de crescente criminalização dos movimentos sociais e retrocessos em direitos já conquistados.

O Estado não tem sido capaz de dar respostas efetivas que alterem significativamente esse quadro. Apesar de alguns avanços no marco legal, sendo o Brasil signatário de diversos instrumentos internacionais de proteção de direitos das mulheres e da população negra, temos assistido com preocupação a sistemática violação dos direitos das mulheres negras, o que é agravado no Nordeste pelas desigualdades regionais e pelas marcas deixadas pelo poder exercido pelas oligarquias na nossa região.

Reconhecemos a luta da nossa história, mulheres negras contra o racismo e o sexismo, protagonizadas desde o período da escravidão no Brasil, nos quilombos, mocambos, terreiros e irmandades, e é com a força dessa ancestralidade que seguimos resistindo e nos organizando para enfrentar coletivamente as diversas formas de violência, discriminação, subordinação e opressão que nos atingem.

Entendemos que o momento exige uma demonstração contundente da nossa indignação, em caráter nacional, e por isso chamamos cada mulher negra nordestina a se envolver na organização da Marcha, contribuindo para que a ela reflita o conjunto das realidades, contextos e reivindicações das mulheres negras do nosso país.

Recife, 28 de abril de 2013

para toda a sociedade a luta, as demandas sociais e raciais, a resistência e, pela primeira vez, a ação política protagonizada por mulheres negras.

O ato político que inaugura a cena, na qual Mulheres negras de todo o país, coesas, unidas em forma de Marcha nacional, denominada Marcha das Mulheres Negras, ocorreu em 18 de novembro de 2015, em que quase 100 mil mulheres em articulação com os movimentos, apoio de Sindicatos, parlamentares e diversas organizações da sociedade civil se acostaram ao *slogan* do evento: Pelo fim do racismo e da violência e pelo Bem Viver. Isso, ao mesmo tempo, era denunciativo e propositivo. Quase 100 mil mulheres negras pediam o fim do racismo e da violência e apontavam que a saída era a adoção da política pelo Bem Viver. Ampliando o *slogan* central, faixas e cartazes com as mais diversas afirmações, ostentavam as reivindicações históricas que, pela primeira vez, formavam o conjunto. Alguns exemplos são: “Pela afirmação e liberdade das Mulheres Negras, bote banca e exija respeito”; “Pelo fim do racismo religioso”; “Contra o genocídio do povo negro”.



Fig.1

Fonte: <https://cedaps.org.br/noticias/mulheres-negras-marcham-em-brasilia-contra-o-racismo-e-a-violencia/>



Fig. 2: Marcha das Mulheres Negras em Brasília, 2015

Fonte: BRAZÃO, Analba Disponível em: <https://soscorpo.org/?p=363>

Nós, mulheres negras do Brasil, irmanadas com as mulheres do mundo afetadas pelo racismo, sexismo, lesbofobia, transfobia e outras formas de discriminação, estamos em marcha. Inspiradas em nossa ancestralidade somos portadoras de um legado que afirma um novo pacto civilizatório.

Somos meninas, adolescentes, jovens, adultas, idosas, heterossexuais, lésbicas, transexuais, transgêneros, quilombolas, rurais, mulheres negras das florestas e das águas, moradoras das favelas, dos bairros periféricos, das palafitas, sem teto, em situação de rua.

Somos trabalhadoras domésticas, prostitutas/profissionais do sexo, artistas, profissionais liberais, trabalhadoras rurais, extrativistas do campo e da floresta, marisqueiras, pescadoras, ribeirinhas, empreendedoras, culinárias, intelectuais, artesãs, catadoras de materiais recicláveis, yalorixás, pastoras, agentes de pastorais, estudantes, comunicadoras, ativistas, parlamentares, professoras, gestoras e muitas mais. (MARCHA CONTRA O RACISMO, A VIOLÊNCIA E PELO BEM VIVER, 2015, p. 16)

A Marcha das Mulheres Negras de 2015, conforme atesta a sua Carta, propõe uma transformação da sociedade, visível nos eixos elencados: Violência e Racismo; Violência estrutural e simbólica; Invisibilidade e reconhecimento: disputa pelos espaços de poder. Enfatizando a importância da figura do Estado brasileiro para as resoluções, a Carta traz o entendimento sobre a atuação do Estado, mantendo e reforçando a situação de injustiça social:

[...] o papel do Estado brasileiro para equacionar esta questão é central. No entanto, temos visto como a presença do Estado acirra, ao invés de eliminar, os padrões de desigualdade e discriminação. Antes de ser um agente ausente, como se costuma acreditar e dizer, o Estado opera com uma presença assombrosa em práticas que criam e reforçam discriminações e desigualdades. [...](MARCHA DAS MULHERES NEGRAS, 2015, p. 15)

Após o 18 de novembro de 2015, a ancestralidade, “força – motivo”, base de motivação para o caminho de busca pela dignidade, continua a mover as mulheres negras que vêm promovendo várias ações cotidianas por todo o Brasil. Todas sob o ritmo de uma proposição: “Estamos em Marcha”. Em novembro de 2020, o contexto da pandemia provocada pelo Novo Coronavírus, torna-se problemático para todas as situações e alterando as relações sociais presenciais diante do isolamento social determinado pelo vírus, passou-se para o uso da ferramenta das tecnologias de comunicação e, assim, os eventos decorrentes da Marcha, aconteceram de forma virtual em diversas plataformas digitais.

Além de eventos para debates, reflexões, muitas organizações acompanham o “Estamos em Marcha”, enfrentando a pandemia promovendo ações de “socorro”, sobretudo, no que se refere a alimentação, álcool em gel e máscaras faciais. E assim, a Marcha das Mulheres Negras Brasileiras consolida a constituição da autonomia em 1985 e exercita a irmandade negra enquanto o Estado brasileiro não reconhece que este país é desigual social e racialmente. Sem a mudança de postura do Estado assumindo o racismo e desenvolvendo estratégias de enfrentamento, não haverá democracia racial real.

Considerações finais

O artigo traz parte da abordagem realizada na mesa redonda *História e movimentos sociais: saberes e afetos*, evidenciando que a constituição do protagonismo das mulheres negras se faz fora do movimento feminista, uma vez que este não conseguiu avançar na ruptura com o seu modelo branquicêntrico.

Nos anos de 1970, no Brasil ditatorial, movimentos sociais se levantam e nessa dinâmica há a organização do movimento negro, todavia ainda sem a representatividade da mulher negra, embora Lélia Gonzalez já propunha a interseccionalidade dos termos raça, classe e sexo.

Os anos 1980 assistem a organização das mulheres negras, marcando o espaço do seu protagonismo social. Foi um passo forte e bem dado e que culminou na organização e realização da Marcha das Mulheres Negras, um dos maiores protestos que foi para “a rua”, reivindicando no ano de 2015, no espaço que é o lugar das decisões nacionais (Brasília), congregando neste ato quase 100 mil mulheres negras.

A Marcha das Mulheres Negras que se constituiu como um movimento social é fruto de um processo no qual em diversas ocasiões as mulheres negras reconheciam e afirmavam que a pauta racial conjugada ao gênero e classe social só seria assumida se formatada por elas próprias. Em 2015, além da exposição de fraturas sociais históricas determinadas pelo racismo (na saúde, na educação, na opressão estética, no mercado matrimonial etc) as protagonistas negras anunciaram que o fim do racismo e da violência e a política do Bem Viver devem ser agenda do Brasil para estabelecer um novo marco civilizatório.

Referências

ARTICULAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS BRASILEIRA, Disponível em: <http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/01/e-bookMMnegras200916.pdf> Acessado em 20 de outubro de 2020.

AVELINO, Daniel. **Marcha das Mulheres Negras 2015** –contra o racismo, a violência e pelo viver. IPEA .Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/noticiasmidia/participacao-institucional/movimentos-sociais/1310-marcha-mulheres-negras-2015>

AZEVEDO, Maíra. **Afro XXI**: Documento vai orientar ações contra o racismo, 2011 Disponível em:<https://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1245290-afro-xxi:-documento-vai-orientar-acoes-contra-o-racismo> Acesso em:09 dez,2020

BAIRROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez, 1935 -1994 , **Afro-Ásia**, UFBA, n.23, 1999.

BELIEVE EARTH; OMS, Carolina. **Nilma Bentes**: visibilidade às mulheres negras. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/nilma-bentes-visibilidade-as-mulheres-negras/> Acessado em: 20 de junho de 2020

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, 17(49), dez 2003 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/?lang=pt> Acesso em: 26 de nov de 2020

CFEMEA, **1º Encontro Nacional de Mulheres Negras**, 1988. Disponível em: https://www.cfemea.org.br/plataforma25anos/_anos/1988.php?iframe=enmn_1988 Acesso em: 09 de dez de 2020

DIMAMBRO, Nadiesda. Mulheres do Brasil dos anos 1970: militância, mídia e padrão de beleza, **Extraprensa**, São Paulo, v.12, n.2, p.157-178, jan/jun.2019 Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/155487>. Acesso em: 20 de out de 2021

HOOKS, Bell. Mulheres negras : moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp. 193-210. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-335220151608> Acesso em: 15 de março de 2021

INSTITUTO ODARA. **Odara realiza seminário “Tecendo a Rede de Mulheres Negras do Nordeste”**, 2013 Disponível em: <https://institutoodara.org.br/odara-realiza-seminario-tecendo-a-rede-de-mulheres-negras-do-nordeste-2/>) Acesso em: 20 de jul de 2020

MARCHA CONTRA O RACISMO, A VIOLÊNCIA E PELO BEM VIVER: documento analítico e declaração, Brasília, nov, 2015) Disponível em: <http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Carta-das-Mulheres-Negras-2015.pdf> Acesso em: 10 de dez de 2020

RIBEIRO, Matilde. Mulheres Negras Brasileiras de Bertioga a Beijing. **Revista Estudos feministas**, vol 3, n. 2, IFCS/UFRJ, 1995, p.446-456 Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16441> Acesso em: 23 de dez de 2020

RIOS, Flavia. O protesto negro no Brasil contemporâneo (1978-2010). **Lua Nova**, São Paulo, [online], n.85. 2012 ,pp. 41-79. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/GZGfkVrFDVQyzs7XgXpG83D/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 18 de jun de 2021

SILVA , Joselina da. I Encontro Nacional de Mulheres Negras : o pensamento das feministas negras na década de 1980. In: SILVA, Joselina da ; PEREIRA, Amauri Mendes (orgs). **O Movimento de Mulheres Negras**: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala, 2014.p. 13-39

Nas encruzilhadas de Clio: as comemorações da abolição na Paraíba e o ensino de história

Lucian Souza da Silva¹

Exu é o senhor dos caminhos. A ele foi dado o poder das encruzilhadas, tornando-se o responsável por receber os *ebós*. Foi a convite de *Olodumare* que todos os orixás se reuniram para lhe reverenciar. Ao chegar, *Exu* era o único que respeitava o *euó*. Por isso, tornou-se o decano, o mais velho, aquele que é saudado primeiro². Por essa razão, peço *Agô* à divindade do movimento, da linguagem e da comunicação, que me dê caminho, sabedoria e proteção para caminhar nas confluências do Tempo e da História.

Duas questões foram os guias, tão qual *Exu*, a abrirem os caminhos desse artigo: o que caberia a um professor da Educação Básica e um principiante historiador da atuação da população negra sob escravidão? O que competiria a um cidadão negro que vive em uma sociedade estruturalmente racista abordar para a comunidade de historiadores e historiadoras? Foram nas encruzilhadas do fazer historiográfico e daquilo que nos move como sujeito, que optei por tratar das comemorações da Abolição da escravidão na Paraíba e como isso está relacionado ao Ensino de História.

Vamos então às comemorações. Desde que ocorreu a fala ao trono da Regente, a Corte se viu envolvida em festejos e celebrações. No dia em que o projeto de lei que pôs fim a escravidão foi apresentado na sessão do dia 08 de maio de 1888, vários festejos também foram realizados. A rapidez da tramitação no parlamento, seguida da sanção da princesa criaram um clima adequado para as celebrações populares. Por todo império ocorreram missas, passeatas, comícios e festividades para comemorar o feito. Uma vez aprovado o projeto, foram realizadas corridas no *Derby Club* e passeios gratuitos na Estrada de Ferro D. Pedro II,

1 Doutor em História pela Universidade Federal da Paraíba e docente da Educação Básica de João Pessoa.

2 PRENDI, Reginaldo. **Mitologia dos orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

além de apresentações de música e teatro por toda Corte para celebrar o esmagamento da Hidra da escravidão³.

A notícia da aprovação da lei que colocaria fim a escravidão, correu por todo Império, e na Paraíba do Norte não foi diferente. O aviso, por meio de telegrama, chegou no mesmo dia. Prontamente foi organizada uma “passeata que correndo algumas ruas da Cidade Alta”, na Capital da província. O cortejo festivo, não deixou de fazer uma parada em frente ao palácio da presidência da província, onde foram realizados “eloquentes discursos”. Era na Cidade Alta, ficavam os prédios da administração pública, as igrejas e as residências de parte da elite provincial. Na Cidade Baixa, ficavam os comércios e a população pobre da localidade. Essa primeira passeata foi organizada pelos jornalistas da *Gazeta da Parahyba*, repentinamente ainda no dia 13 de maio, que distribuíram um boletim dando notícias do ocorrido⁴.

O evento reuniu uma grande “massa popular” em frente à redação do referido jornal. O jornalista, advogado e abolicionista Antônio Bernardino dos Santos falou em nome do referido periódico homenageando a liberdade, “erguendo frenéticos vivas que foram correspondidos pelos presentes”. Em frente ao palácio da presidência da província, o discurso foi realizado pelo comendador Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, uma vez que o presidente estava a “guardar o leito da sua consorte”. Em seguida, tomou a palavra novamente Antônio Bernardino para “cumprimentar o Gabinete 10 de março na pessoa do sr. Presidente”⁵. Pelo visto as velhas disputas políticas entre conservadores e liberais representadas pelos oradores nos festejos haviam sido deixadas de lado naquele momento festivo.

A passeata teve prosseguimento em direção a redação do jornal *Arauto Parahybano*, na Rua Duque de Caxias n. 68, onde o jovem jornalista Francisco Cleto Toscano de Brito⁶ discursou mencionando que o periódico “sentia-se ufano por ter durante três longos anos defendido a nobre causa da abolição”. Discursaram ainda Alfredo José do Nascimento e o Dr. Luiz, este em nome da redação do jornal *Despertador*.

A passeata seguiu pela Rua Visconde de Pelotas, onde ocorreu o pronunciamento do Dr. Eugênio Toscano de Brito, que anunciou o recebimento de telegramas da Corte informando que a Princesa Regente havia sancionado o projeto da abolição, foi que “uma salva de palmas rompeu d’entre a multidão e calorosos vivas foram dados, e fogos fendiam os ares de todos os

3 CONRAD, 1975. Sobre as festas em comemoração à assinatura da Lei Áurea na Corte, ver: MORAES, Renata Figueiredo. *As festas da Abolição: O 13 de Maio e seus significados no Rio de Janeiro (1888-1908)*. Tese de doutorado em História, PPGH-PUC-Rio, 2012. Sobre as festas na Província da Bahia, ver: MATA, Iacy Maia. “Os treze de Maio: Polícia e libertos na Bahia Pós-abolição (1888-1889)”. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2002 e FRAGA FILHO, Walter. *O 13 de maio e as celebrações da liberdade, Bahia, 1888-1893*. **História Social**, (19), 63-90. Disponível em: <https://www.ífch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/316>. Acesso em: 07/07/2020

4 Hemeroteca Digital. **Diário da Parahyba**, 15 de maio de 1888. Sobre a caracterização da capital em Cidade Alta e Cidade Baixa, ver: LIMA, 2010.

5 Hemeroteca Digital. **Arauto Parahybano**, 20 de maio de 1888.

6 Filho de Felizardo Toscano de Brito, o abolicionista deveria ter nesse período, cerca de 17 anos de idade. Em junho de 1888 seguiu para Recife com a finalidade de cursar direito, tendo concluído em 1891, ver: Hemeroteca Digital. **O Parahybano**, 23 de fevereiro de 1892; **Arauto Parahybano**, 28 de junho de 1888. **Revista do IHGB**, Vol. 262, Jan-Mar de 1964.

recantos d'esta capital"⁷. Assim como na corte, a imprensa abolicionista ou simpatizando – pois naquela altura dificilmente haveria um jornal contrário, e mesmo se o fosse após a aprovação converteu-se – foi responsável pela organização da maioria dos festejos em comemoração à “Lei de 13 de maio”.

Novas comemorações haviam sido organizadas para o dia 14 de maio, no entanto, em decorrência da “copiosa chuva que caiu no correr do dia mencionado, não permitiu o saimento da passeata” e por isso foi reorganizada para o dia seguinte⁸. Na edição do dia 15 de maio de 1888 do jornal *Diário da Parahyba* trouxe, em sua primeira página, em letras grandes a ocupar todo o espaço, os seguintes dizeres: “Honra à Pátria, homenagem à princesa imperial regente S. A. D. Izabel, vitória a abolição, exultemos!”, na página seguinte em letras de tamanho comum à editoração do periódico, foi publicado o texto legal, informando que o senado havia aprovado a “lei da abolição do elemento servil”. A maneira com qual foi publicado a notícia sobre o fim da escravidão pelo referido periódico, foi uma forma de expressar em palavras aquela efusão social que se manifestou por todo o Império.

Na página seguinte exibiu um boletim recebido pela redação do referido jornal informando que a “sereníssima princesa regente, dominada pelo imenso júbilo de declarar livre o país que lhe foi berço e cujo sceptro um dia empunhara, sancionou incontinenti o decreto legislativo que passou a ser lei repelindo a única exceção do direito pátrio”⁹. A euforia das ruas era expressada na imprensa provincial. Na mesma edição, alguns membros da Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais (1881-1892) também expressaram suas felicitações em decorrência do fim da escravidão¹⁰.

No dia 15 de maio, às redações dos jornais *Despertador* e *Jornal da Parahyba* organizaram juntas e sem “caráter político”, uma passeata em comemoração à assinatura da Lei Áurea. Iniciou às seis horas da tarde em frente à redação do jornal *Despertador*, na Rua Duque de Caxias n. 85. A banda de música particular, contratada pelos jornais para celebrar aquele momento foi posta em frente à oficina do *Despertador*, executando “escolhidas peças de seu repertório e o povo apinhava-se no ponto mencionado”¹¹. Tendo o Dr. Luiz como orador, “d’ahi saindo a grande massa popular, tendo a sua frente a banda de música particular” em direção ao escritório da *Gazeta da Parahyba*. Ao chegar a referida redação, discursou o abolicionista Antonio Bernardino dos Santos, que “saudou o povo por aquela festa da liberdade”. A multidão seguiu para o Largo de São Francisco, no caminho ao passar pela rua Duque de Caxias fez-

7 Hemeroteca Digital. **Arauto Parahybano**, 20 de maio de 1888.

8 Hemeroteca Digital. **Arauto Parahybano**, 20 de maio de 1888.

9 Hemeroteca Digital. **Diário da Parahyba**, 15 de maio de 1888.

10 Idem. Assinaram a publicação os artistas: Manoel R. de Carvalho, Adolpho Nóbrega, Eugenio A. C. Nóbrega, Manoel F. Chagas, José A. de Farias e Manoel A. Bezerra. Destes apenas Manoel Rodrigues e Adolpho Ferreira faziam parte da referida Sociedade. De acordo com Márcio Tiago de Figueirêdo (2016), quando se deu o fim da escravidão, houve uma divisão dentro da associação na qual, parte dos associados eram favoráveis a adesão as comemorações do “13 de maio” e outra contrária. Ver, FIGUEIRÊDO, Márcio Tiago de. **Solidário nos demos as mãos**: as associações mutualistas de trabalhadores na Parahyba do Norte (1881-1910). Dissertação de mestrado – PPGH/UFPB, João Pessoa, 2016.

11 Hemeroteca Digital. **Arauto Parahybano**, 20 de maio de 1888.

se parada na redação do *Arauto Parahybano*, havendo os discursos do estudante do Liceu e redator do *Arauto*, Sebastião Apolônio de Siqueira e do professor Lucas Pires de Souza Rangel¹².

Ao chegar no Largo de São Francisco aguardava a multidão o comendador Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, com outro grande número de pessoas animadas com a banda de música do corpo policial da província. Dirigiram-se então para o palácio do governo a fim de cumprimentar o presidente da província. Passando pela rua da Mangueira fez-se parada na residência do Srs. Verano de Almeida, onde a multidão foi recebida com foguetes e fogos cambiantes, sendo saudada pelo estudante Júlio Villela.

Na Rua das Mercês houve uma parada no Teatro Santa Cruz, onde falaram o Dr. Rabelo e o Dr. Luiz, este em nome da companhia de teatro e continuou por diversas Ruas da Capital da província. Seguindo pela Rua da Lagoa falou em casa de sua residência, ainda o Dr. Luiz, que leu dois telegramas do Recife de moços acadêmicos que pediam que em nome deles se “associassem aos festejos da liberdade”, em seguida discursaram Cleto, Leovigildo Santos e o professor Silva¹³.

O comendador Silvino Elvídio, representante do *Jornal da Parahyba*, o Dr. Chefe de Polícia, Matos Dourado, Salustino de França, Ferreira Barbosa, Ribeiro Pessoa, os drs. Rabelo em nome do *Diário da Parahyba* Rangel e Antônio Alfredo da Gama e Melo, “dissolvendo-se a imponente festa, subindo a duas mil o número de pessoas”¹⁴. De acordo com a imprensa que noticiou o evento “não temos lembrança de uma manifestação popular tão imponente, majestosa e ordeira, festas iguais só vimos por ocasião de terminação da guerra do Paraguai, também só a liberdade merecia uma apoteose semelhante”¹⁵.

No dia seguinte, 16 de maio, uma nova manifestação festiva ocupou as ruas da Capital da província, desta vez organizada pela “classe escolástica”. A passeata teve início às sete horas da noite em frente à redação do jornal *Arauto Parahybano* – jornal dos estudantes do Liceu Paraibano. O primeiro orador foi o estudante Cleto Toscano que “rendendo homenagem ao dia 13 de maio fez ver que a mocidade paraibana não podia ser indiferente ao grande movimento que se operava no Império”. A frente dos festejos estava uma banda de música particular dos maestros Plácido César e Vercelêncio B. de Alcântara César, uma “grande quantidade de lanternas a giorno” iluminavam as ruas por onde passavam chamando a atenção da população, uma verdadeira *marche aux flambeaux*.

Um grande estandarte no qual estava inscrito: “Homenagem ao 13 de maio” era erguido

12 Hemeroteca Digital. **Arauto Parahybano**, 29 de abril de 1888; 20 de maio de 1888; **Jornal da Parahyba**, 09 de outubro de 1889. Na edição de 20 de maio de 1888 do *Arauto Parahybano*, o Dr. Lucas Pires de Souza Rangel publicou um longo artigo no qual tratava sobre o fim da escravidão.

13 O professor Silva ocupou-se especialmente da educação dos ingênuos, oferecendo-se para dar aulas noturnas, desde que tivesse casa e cômodos necessários, o que seria fácil gastando a diminuta quantia de 300\$000, bem como pretendia pôr em prática um método, do qual há colhido os melhores resultados, ver: **Arauto Parahybano**, 20 de maio de 1888.

14 Hemeroteca Digital. **Arauto Parahybano**, 20 de maio de 1888.

15 Hemeroteca Digital. **Gazeta da Parahyba**, 16 de maio de 1888. Foi publicada na edição do dia 18 de maio o poema escrito por Luiz Figueiredo e recitado na passeata do dia 15.

na frente da passeata. Ao passar pela rua Duque de Caxias, recebeu saudações do Chefe de Polícia Cândido Freire que disse “ser a mocidade o coração da pátria, que era justo a festa da mocidade e que ele, a ela com prazer associava-se”. Ao chegar em frente ao Liceu a multidão se assomava a cada passo. Lá discursaram o comerciante Antonio Dias Pinto, o estudante do Liceu Júlio Vilella que recitou “uma bonita poesia de sua própria lavra”, Alfredo do Nascimento, o funcionário da tesouraria Balduino José Meira, Coutinho Moura, Heráclito Cavalcante Carneiro Monteiro, João Manoel Casado e César¹⁶.

Ao chegar em frente ao palácio provincial, houve nova parada acompanhada de novos discursos, o então presidente da província, Francisco de Paulo Oliveira Borges, “saudou a mocidade paraibana e a lei de 13 de maio”. Com um “grande concurso do povo que a acompanhava”, a passeata seguiu pelas residências de José Lourenço Júnior, Capitão Carlos Augusto e Dr. Rabello, chegando até a redação da *Gazeta da Parahyba*, onde houve o discurso do médico Antônio da Cruz Cordeiro Júnior¹⁷ em nome dos integrantes do referido jornal. Em sua fala, exaltou o “grande batalhador de todos os tempos em prol da liberdade, ao eminente cidadão que colocou se à frente do movimento quando falar em liberdade era acumular sobre sua cabeça milhares de ódios”. Esse “grande batalhador” era José do Patrocínio. E continuou “à José do Patrocínio que não podia ser esquecido, quando a abolição é um fato porque ele, no tempo em que era um crime advogar a causa do escravo, afrontava resolutamente a indignação dos retrógrados e até mesmo o punhal do escravocrata”¹⁸.

A multidão seguiu ainda para a rua do Marquês de Herval onde foi saudado pelo advogado João Alfredo da Gama e Melo e na rua Duque de Caxias pelos senhores Gonzaga, Adolfo Camará e Cléto. Na redação do *Despertador*, o Dr. D. Luiz e Odilon falaram em nome desta e Alfredo José do Nascimento na redação do *Arauto*. No Varadouro, passaram pela Rua da Areia, na qual o Sr. Ribeiro Pessoa recitou um poema, na rua Conde d’Eu pelos srs. Ferreira Barbosa, Antônio Espínola, Hermenegildo Dias.

Na redação do jornal *Diário da Parahyba*, falou em nome deste uma de seus redatores, o farmacêutico Franklin Rabello¹⁹, passando pela rua da Viração, foram saudados pelo juiz de paz da Capital, Capitão Manoel Odorico Cavalcante de Albuquerque e os irmãos Martins Figueiredo. No quartel a saudação foi feita pelo Tenente Lydio Porto, encerrando a passeata em frente ao Liceu Paraibano²⁰.

16 Hemeroteca Digital. **Gazeta da Parahyba**, 17 de maio de 1888; **O Publicador**, 02 de maio de 1867; **Gazeta da Parahyba**, 29 de junho de 1889

17 Ainda como estudante do 5º ano de medicina na Bahia, Cruz Cordeiro Júnior escreveu um livro intitulado Bosquejo Literário em homenagem ao decenário do poeta abolicionista Castro Alves, no qual fazia uma análise da produção do homenageado e trazia a publicação de dois poemas inéditos.

18 Hemeroteca Digital. **Gazeta da Parahyba**, 17 de maio de 1888.

19 Além de farmacêutico, Franklin Cavalcante de Barros Rabelo, formou-se também em direito na Faculdade de Recife, naquele ano de 1888. Deputado provincial na última legislatura da monarquia, ver: Hemeroteca Digital. **Gazeta da Parahyba**, 21 de novembro de 1888.

20 Hemeroteca Digital. **Gazeta da Parahyba**, 17 de maio de 1888.

No dia 20, ocorreu uma passeata promovida pela classe militar. Teve início às seis e meia da tarde “depois de uma imensa girândola de fogos e da elevação de um lindo balão” em frente ao quartel de linha, que se havia embandeirado. No centro da multidão, uma coluna iluminada “em que se liam os nomes dos principais propugnadores da idéia abolicionista”²¹. Cada cadete segurava uma lanterna e um arco de flores sobre o ombro esquerdo e uma elegante charola em forma de pirâmide era carregada por um pelotão de 4 soldados²². Caminharam inicialmente até o palácio da presidência e posteriormente a residência do 1º vice-presidente, ambos não puderam recebê-los. Seguiu-se então para as ruas da Mangueira e Visconde de Pelotas, mais especificamente na sede da redação do *Jornal da Parahyba*, onde foram recepcionados pelo seu redator-chefe comendador Silvino.

Percorreram ainda a rua Duque de Caxias na residência do juiz de direito, na do Capitão Paes Barreto e na redação do *Despertador*, do *Arauto*, da *Gazeta da Parahyba* e do *Diário da Parahyba*, foram saudados pelos Chefe de polícia, encerrando de onde haviam saído “aos sons harmoniosos da música do corpo policial”²³. No calor das festividades ainda houve proprietário que teria libertado seus escravizados “entre discursivas e vivórias” como se isso foi fruto de sua própria filantropia, talvez o fosse o “cúmulo da filantropia, conceder liberdade a cativos depois da aprovação da lei de 13 de maio”²⁴.

As manifestações públicas em comemoração à assinatura da Lei de 13 de maio na província, não se restringiram a Capital. Aconteceram também em outras localidades, como as “passeatas com música e foguetes” que ocorreram em Lagoa do Monteiro – na região do Cariri – e a organização de uma jantar realizado pelos libertos para os abolicionistas em Mamanguape, com músicas e passeatas, na ocasião foi registrado que “o povo em verdadeiro delírio continua ainda a festejar a Lei de 13 de maio”²⁵.

Como vimos, as “festas da liberdade”, como eram noticiadas tais celebrações, foram organizadas por indivíduos vinculados à imprensa provincial, como a *Gazeta da Parahyba*, *Despertador* e *Jornal da Parahyba*, além dos estudantes ligados ao *Arauto Parahybano* e os militares, ou seja, funcionários públicos, intelectuais, profissionais liberais e setores intermediários da sociedade paraibana compunham o perfil dos organizadores.

Poucos políticos com influência tiveram uma participação ativa, à exceção de Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, que mesmo não possuindo uma atuação antiescravista tratou logo de tomar destaque em tais festejos, como abolicionista de oportunismo e conveniência. Além disso, as passeatas foram sempre acompanhadas de “grande massa popular” ou com “grande concurso do povo”, entre estes, certamente trabalhadores livres e libertos, alguns dos quais os que foram libertados pela legislação que celebravam. O que torna evidente que

21 Hemeroteca Digital. **Gazeta da Parahyba**, 17 de maio de 1888.

22 Hemeroteca Digital. **Arauto Parahybano**, 27 de maio de 1888.

23 Hemeroteca Digital. **Gazeta da Parahyba**, 22 de maio de 1888.

24 Hemeroteca Digital. **Gazeta da Parahyba**, 20 de maio de 1888.

25 Hemeroteca Digital. **Gazeta da Parahyba**, 22 de maio de 1888; 10 de junho de 1888.

em um momento como aquele as distinções de classe e não mais as condições jurídicas foram suavizadas.

Passadas a euforia das festas pela abolição a *Gazeta da Parahyba*, fez questão de informar aos seus leitores que havia sido a primeira a noticiar o acontecimento, pois do contrário, só se saberia no dia posterior através do vapor do sul²⁶. Dentro das comemorações que marcaram a assinatura da Lei Áurea, entre “expansivas festas em homenagem a deusa da liberdade”²⁷, alguns paraibanos demonstraram suas felicitações através da imprensa. Como fez Aquilina Amélia de Oliveira publicando o poema “Saudação” na edição comemorativa do jornal *Arauto Parahybano*, no dia 20 de maio de 1888.

Em seu poema, a referida autora destacou o dia 13 de maio como o “dia em que o santo brado da liberdade ecoou por todo o Brasil”, ao tentar transpor em palavras a profusão daquele momento e movida pelo mesmo, encerrou “nas tuas plagas já não encontra eco esse, lúgubre vocábulo escravidão! Salve! Pois oh! Brasil! Livre!”²⁸. A referida autora, fez parte da primeira turma de mulheres que concluíram o Curso Normal no início daquele ano²⁹.

A escrita feminina também pode ser destacada nesse processo. De acordo com Angela Alonso, as mulheres tiveram um papel relevante no Movimento Abolicionista brasileiro. Inicialmente a inserção das mulheres se deu por via das ações filantrópicas ou acompanhando uma figura masculina de seu círculo familiar, como o marido, o pai ou o irmão. Posteriormente, elas foram ocupando seu próprio espaço, se apresentando em peças teatrais e saraus ou mesmo organizando associações abolicionistas apenas de mulheres³⁰.

Norma Telles, em *Rebeldes, escritoras, abolicionistas*, analisou as trajetórias e produção literária das escritoras abolicionistas Maria Firmina dos Reis e Narcisa Amália. Para Telles, as mulheres ao escreverem agiram com “rebeldia e desobediência aos códigos culturais vigentes”, porque estavam inseridas em uma “cultura que define a criação como dom exclusivamente masculino”³¹.

Ainda na edição de 20 de maio de 1888, outra poetisa identificada apenas como “Anonyma Parahybana”, publicou em prosa curta intitulada “Liberdade ou morte”:

26 Hemeroteca Digital. **Gazeta da Parahyba**, 20 de maio de 1888.

27 Hemeroteca Digital. *Arauto Parahybano*, 20 de maio de 1888.

28 *Idem*.

29 Aquilina Amélia de Oliveira, ainda no mês de maio de 1888 ocupou o cargo de professora na escola pública do sexo feminino de Bananeiras, ao ser noticiado sua nomeação foi descrita como “uma professora inteligente e zelosa”. Em junho, foi nomeada para a segunda cadeira do sexo masculino da capital da província, mais uma foram destacadas seu “talento e inteligência fecunda”. Sobre a trajetória da professora, ver: Hemeroteca Digital. *Arauto Parahybano*, 20 de maio de 1888, arquivo IHGP; Hemeroteca Digital. *Arauto Parahybano*, 28 de junho de 1888; ARAÚJO, Rose Mary de Souza. **Escola Normal na Parahyba do Norte**: movimento e constituição da formação de professores no século XIX. Tese de doutorado em Educação. João Pessoa, PPGÉ-UFPB, 2010.

30 A autora argumenta ainda que a participação de mulheres no Movimento Abolicionista não era sinônimo de igualdade de gênero. A sociedade brasileira oitocentista continuava marcada pelas hierarquias entre homens e mulheres, contudo, a introdução de temas como o fim da escravidão no ambiente doméstico, fez com que houvesse uma maior politização, à priori restrito aos homens, da vida privada, ver: ALONSO, 2015.

31 TELLES, Norma. *Rebeldes, escritoras, abolicionistas*. **Revista de História**, São Paulo, n. 120, p. 73-83, jan./jul. 1989.

É o grito que deve soar em todos os âmbitos do Império do Cruzeiro; é o brado levantando milhões de vezes por milhões de povos. Semelhante aquele, alevantando nas margens do Ipiranga, ele repercutirá sempre e sempre nas páginas da brasileira história, aparecera escrito no livro de todos os povos, de todas as nações.

Liberdade! Por tua causa houve mártires que se imortalizaram pela ação e pelo efeito, vultos que são apontados como paladinos baluartes, pela linguagem animadora e adeptos que somos todos nós, dispostos a vingar a afronta do carrasco que mil vezes tentou abater-se.

Deixe-se os mártires, não se lembre a ingratidão dos homens. Num dia festivo e de tamanha glória. Deixe-se os vultos rouquinhos, já pela força com que atirava as palavras convencedoras: não se os nomeie. E adeptos que fomos da sublime causa, não nos cansemos, triunfemos, regozijemo-nos.

Associei-me convosco, grandes lutadores, e bati-me pela causa, associo-me hoje e saúdo a deusa que chega prenunciando as palavras de alguém no dia 25 de março;

Ave! Baqueou e sem mais razões a treva se abriu para o sol da liberdade.

Luz animadora que (posso dizer) penetrou em todos os corações, tocando todos as fibras sensíveis, que fulgiu no cérebro das crenças modernas, alumando um futuro risonho e cheio de glória, que apareceu brilhante e ofuscadora no Império americano; salve! A ti que és também a redenção!

Desmoronados foram os castelos, onde te queriam prender, quebrados foram os grilhões, onde te queriam jungir, abafadas foram as vozes com que te queria enganar, e tu surgiste dourada, como a aurora dentre as trevas da madrugada, dentre as trevas de prepotências que eram nuvens em céu azul, salve a ti! Salve!

Salve! Que outra causa tão sublime, tão difícil não se terá que saudar!

Salve ao grito da Liberdade que ecoa em todo o Brasil e repercute pelas nações do globo!

Viva ao 13 de maio de 1888!

Viva ao Parlamento Brasileiro!

Em uma comparação entre a expressão que se tornou síntese da Independência do Brasil e a abolição da escravidão, pois como a mesma escreveu, o grito de liberdade “era semelhante aquele, alevantado nas margens do Ipiranga, ele repercutirá sempre e sempre nas páginas da brasileira história”³². Segundo Iris Helena Guedes de Vasconcelos e Silvana Vieira de Sousa, a referida poetisa “constrói um discurso épico da abolição que redime o trágico da realidade escravocrata”, como uma forma de se opor ao passado escravista³³.

Outras escritas em prosa e em poesia em homenagem ao fim da escravidão foram publicadas na imprensa provincial como o intitulado “Finalmente” escrito por Cleto Toscano; “O Brasil livre!” de autoria do estudante Balduino José Meira Hardman; O poema “Liberdade” de

32 Hemeroteca Digital. **Arauto Parahybano**, 20 de maio de 1888, arquivo IHGP.

33 VASCONCELOS, Iris Helena Guedes de; SOUSA, Silvana Vieira de. *Ventre Livre e razão emancipadora: Mulher e abolição na Parahyba do Norte*. In: FERREIRA, Luzilá Gonçalves et al. **Suaves amazonas: Mulheres e abolição da escravatura no Nordeste**. Recife: Ed. Universitária, UFPE, 1999, p. 141-170.

autoria de Elyseu Elias César; “O Brasil livre!” cuja autoria foi atribuída a J. M.; “Ave, libertas!” de autoria do estudante Júlio Bandeira Vilella; “Viva a liberdade” de A. D. Pinto; “Brasil, salve!” de Carlos Castor de Araújo; “Hosana” de A. Camillo, “Ave! Libertas!” de Abel da Silva³⁴ e ainda a poesia intitulada “Aos libertadores parahybanos” escrita pelo advogado João Maximiano de Figueiredo³⁵.

Entendendo a festa também como um espaço de resistência e liberdade, Maria da Vitória Barbosa Lima, procurou estudar as Festas Negras na Paraíba do Norte e principalmente na Capital, identificando que havia diversos lugares em que a população negra – escravizada, livre ou liberta – festejavam, por motivações profanas e sagradas. Havia sambas, batuques, entrudos, maracatus que eram espaços de celebrações da população negra paraibana³⁶. Levando em consideração a indicação feita por José Lins do Rego e os estudos de Maria da Vitória, podemos supor que houve celebrações por parte da população negra paraibana³⁷.

As comemorações da morte da hidra da escravidão, foram momentos de reafirmação da liberdade para muitos daquelas pessoas. Passada a euforia das festas da abolição, a liberdade não estava conquistada. Muitos foram os senhores que não quiseram cumprir a legislação seus ex-escravizados. Os jornais denunciaram a resistência de antigos proprietários da capital e do interior da província em tornar a Lei Áurea efetiva. É por esse conservadorismo que caracterizamos a Paraíba do Norte como uma província escravista sem escravizados. É consenso que no Brasil, como na Paraíba, o trabalho compulsório estava no alicerce sob o qual, a sociedade foi construída. Contudo o reduzido número de pessoas cativas que marcaram as relações escravistas provincial, nos leva ao quão aferrada ao mando e ao domínio do outro era aquela sociedade.

Não tivemos acesso a nenhuma documentação que nos possibilitasse perceber as comemorações dos ex-escravizados da província, talvez pelo elevado número das libertações particulares tenha chegado ao 13 de maio com número ainda menor do que apontado pela historiografia. Contudo, o mais conhecido expoente da literatura paraibana, o escritor José Lins do Rego, ao rememorar suas vivências de menino no engenho de seu avô, mencionou que “quando veio o treze de maio, fizeram um coco no terreiro até alta noite. Ninguém dormiu no engenho com zabumba batendo”³⁸.

34 Abel da Silva era filho de Joaquim José Henrique da Silva e sobrinho de Manoel da Silva, abolicionistas areienses.

35 Hemeroteca Digital. **Arauto Parahybano**, 20 de maio de 1888. Sobre a trajetória Elyseu Elias César, autor do poema “Liberdade”, ver: SANTOS., 2019.

36 LIMA, 2010. p. 115

37 Há indícios sobre comemorações realizadas nos dias seguintes em comemoração ao 1º aniversário da lei, contudo não tivemos acesso a fontes substanciais. O que conseguimos identificar foi a realização pelos libertos de missa e lapinha na Igreja do Rosário e a entrega do estandarte utilizado pelos estudantes em sua passeata ao Barão de Abiaí, ver: Hemeroteca Digital. **Jornal da Parahyba**, 18 de maio de 1889.

38 REGO, José Lins do. **Menino de engenho**. 94ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008 [1932].

Passadas a euforia das festas da abolição, restou à população egressa do cativo, os desafios impostos por uma sociedade que não se atentou para sua inserção social³⁹. A nossa Cultura Histórica e Historiográfica diminuiu o papel desempenhado pela população negra, negando uma construção positivada desse grupo étnico-racial. Nessa perspectiva, a crítica feita por Clóvis Moura, importante historiador negro, em “As injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira”, ao apontar, na década de 1980, que a historiografia pode: “transformar-se em instrumento ideológico das nossas elites racistas dominantes”, denunciou a dívida que a História possui com a população negra brasileira.

Por outro lado, o mesmo autor anunciou o surgimento de novos tempos e novos ventos historiográficos que poderiam: “desviar a nossa produção historiográfica desse caminho alienador e repor os acontecimentos históricos no seu devido lugar resgatando com isso o papel social, político, econômico e cultural que o negro desempenhou na formação e desenvolvimento brasileiro”. São esses novos caminhos que precisamos trilhar. A História e o seu Ensino, possuem uma dívida histórica com a população negra. Já passou da hora de quitá-la. No ano em que completamos 20 anos da Lei 10.639-03, temos muito a comemorar, contudo, muito também a fazer. Não seriam esses, os caminhos abertos por Exu? Que ele continue nos guiando, *Laroiê*.

Referências

Fontes

Hemeroteca Digital. **Arauto Parahybano**, 20 de maio de 1888.

Hemeroteca Digital. **Jornal da Parahyba**, 18 de maio de 1889.

Hemeroteca Digital. **Arauto Parahybano**, 20 de maio de 1888, arquivo IHGP.

Hemeroteca Digital. **Arauto Parahybano**, 28 de junho de 1888.

Hemeroteca Digital. **Gazeta da Parahyba**, 22 de maio de 1888.

Hemeroteca Digital. **Gazeta da Parahyba**, 10 de junho de 1888.

Hemeroteca Digital. **Diário da Parahyba**, 15 de maio de 1888.

Hemeroteca Digital. **Jornal da Parahyba**, 18 de maio de 1889.

Hemeroteca Digital. **O Parahybano**, 23 de fevereiro de 1892.

39 FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ARAÚJO, Rose Mary de Souza. **Escola Normal na Parahyba do Norte: movimento e constituição da formação de professores no século XIX**. Tese de doutorado em Educação. João Pessoa, PPGC-UFPB, 2010.

ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas: O movimento abolicionista brasileiro (1877-1888)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho. **Onda negra medo branco: O negro no imaginário das elites – século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

REGO, José Lins do. **Menino de engenho**. 94ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008 [1932].

FERREIRA, Luzilá Gonçalves *et alt.* **Suaves amazonas: Mulheres e abolição da escravatura no Nordeste**. Recife: Ed. Universitária, UFPE, 1999.

FIGUEIRÊDO, Márcio Tiago de. **Solidário nos demos as mãos: as associações mutualistas de trabalhadores na Parahyba do Norte (1881-1910)**. Dissertação de mestrado – PPGH/UFPB, João Pessoa, 2016.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. Campinas: Ed. Unicamp, 2006.

FRAGA FILHO, Walter. O 13 de maio e as celebrações da liberdade, Bahia, 1888-1893. **História Social**, (19), 63-90. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/316>. Acesso em: 07/07/2020.

GALLIZA, Diana Soares. **O declínio da escravidão na Paraíba: 1850-1888**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1979.

TELLES, Norma. Rebeldes, escritoras, abolicionistas. **Revista de História**, São Paulo, n. 120, p. 73-83, jan./jul. 1989.

MORAES, Renata Figueiredo. **As festas da Abolição: O 13 de Maio e seus significados no Rio de Janeiro (1888-1908)**. Tese de doutorado em História, PPGH-PUC-Rio, 2012.

MATA, Iacy Maia. **Os treze de Maio: Polícia e libertos na Bahia Pós-abolição (1888-1889)**. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2002.

MOURA, Clóvis. **As injustiças de Clio**: o negro na historiografia brasileira. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.

FRAGA FILHO, Walter. O 13 de maio e as celebrações da liberdade, Bahia, 1888-1893. **História Social**, (19), 63-90. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/316>. Acesso em: 07/07/2020

LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Liberdade interdita, liberdade reavida**: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX). Tese (Doutorado em História), PPGH/UFPE, Recife, 2010.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos de liberdade**: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista. Campinas: Editora da UNICAMP, 2018.

PRENDI, Reginaldo. **Mitologia dos orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

REGO, José Lins do. **Menino de engenho**. 94ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008 [1932].

RUFINO, Luis. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

ROCHA, Solange Pereira. **Gente negra na Paraíba oitocentista**: População, família e parentesco espiritual. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

SANTOS, Júlio César Pereira dos. **"Preto no branco"**: a trajetória do paraibano Elyseu Elias César no pós-abolição brasileiro (1871-1923). Dissertação (Mestrado em História), PPGH-UFPE, Recife, 2019.

SILVA, Lucian Souza da. **Esmagando a cabeça da Hidra**: escravidão, liberdade e abolição na Paraíba do Norte, 1877-1888. 2021. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

SILVA, Lucian Souza da. **Nada mais sublime que a liberdade**: O processo de abolição da escravidão na Parahyba do Norte (1870-1888). Dissertação (Mestrado em História), PPGH/UFPB, João Pessoa, 2016.

SILVA, Lucian Souza da. *As distintas e ilustres senhoras*: As mulheres e o Movimento Abolicionista na Paraíba. In: MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro; BARBOSA, Janyne Paula Pereira L (Orgs.). **Sociedade e cultura no nordeste oitocentista**: trajetórias de pesquisa II. João Pessoa: Ed. CCTA, 2019, p. 325-342.

TELLES, Norma. Rebeldes, escritoras, abolicionistas. **Revista de História**, São Paulo, n. 120, p. 73-83, jan./jul. 1989.

200 anos de independência: a constrangedora celebração do silenciamento histórico de mulheridades e feminilidades no Brasil

Marta Gouveia de Oliveira Rovai¹

Procurro fazer aqui uma discussão a partir dos lugares que tenho “visitado” na História, principalmente aqueles que tratam de questões de gênero. Tenho pesquisado sobre as mulheridades e feminilidades² diversas e convidado discentes e docentes a perguntarem sobre a colonialidade hegemônica que permanece movendo nossos estudos e práticas didáticas, muitas vezes sem atentar para as formas de violência de gênero, sejam elas simbólicas, patrimoniais, morais, memoriais ou físicas. Embora a efeméride predominante de 2022 tenha sido a celebração de 200 anos da chamada independência brasileira, diante das estatísticas relativas às relações de gênero no Brasil, estamos longe de comemorar a autonomia, o respeito à alteridade e às vidas plurais de mulheres cis, transgêneras e de travestis. Utilizo os dados do Fórum de Segurança Pública e da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) para denunciar, desde já, uma história de 200 anos de silenciamento das inúmeras formas de violações cuja herança ainda é intensamente presente:

Em 2021, ocorreram um total de 1.319 feminicídios no país, recuo de 2,4% no número de vítimas registradas em relação ao ano anterior. No total, foram 32 vítimas de feminicídio a menos do que em 2020, quando 1.351 mulheres foram

1 Professora Adjunta da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) e docente colaboradora na Universidade de São Paulo.

2 Utilizo os termos mulheridades e feminilidades a partir da intelectual negra e travesti Letícia Carolina Nascimento (2020), com a finalidade de chamar a atenção para as múltiplas experiências de mulheres (em suas interseccionalidades de raça, gênero, classe, religiosidade e território) e de pessoas que vivem a feminilidade sem se entenderem como mulheres, em diversos tempos, espaços e culturas.

mortas. Em 2021, em média, uma mulher foi vítima de feminicídio a cada 7 horas.

A taxa de mortalidade por feminicídio foi de 1,22 mortes a cada 100 mil mulheres, recuo de 3% em relação ao ano anterior, quando a taxa ficou em 1,26 mortes por 100 mil habitantes do sexo feminino. (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022, p. 3)

Em relação ao transfeminicídio, o Dossiê de Assassinatos organizado pela Antra aponta que no ano de 2021 houve, pelo menos, 140 assassinatos de pessoas trans, sendo 135 travestis e mulheres transexuais (BENEVIDES, 2022, p. 30). São informações (ou ainda subnotificações) que devem nos afetar e nos mover em busca de questionamentos acerca da maneira como temos pensado, registrado e compartilhado certa história nas universidades e nas escolas, cuja narrativa é forjada por concepções de masculinidade hegemônica que não se restringem à sala de aula e que circulam nas inúmeras formas de representar e mover o mundo, em instituições e meios de comunicação que afetam nossas subjetividades e nossa relação com o mundo.

A escolha pela construção de uma história única em que as mulheridades não estão presentes ou só estão presentes quando associadas a uma história dos homens (brancos, cristãos e cisheterossexuais) torna qualquer comemoração, no mínimo, constrangedora e perpetuadora das relações hierárquicas e violentas de gênero. Precisamos refletir sobre os modos com que podemos contribuir a fim de promover rupturas, a começar pelos espaços em que atuamos mais diretamente como profissionais, formadores/as e provocadores/as de debates históricos em nossos estudos e na atuação em sala de aula. Precisamos nos posicionar em torno da descolonização de nossos currículos, recursos didáticos, práticas e discursos com os quais fomos constituídos. Nesse sentido, o que proponho nesta breve reflexão é o compartilhamento sobre alguns incômodos que essa efeméride celebrativa deve nos provocar quando atuamos como pesquisadores/as e docentes, para que não permaneçamos inertes às violências ao longo do processo histórico brasileiro e também às inúmeras re-existências contra o sexismo e o racismo, marcas de nossa história.

O que celebrar quando a História ainda omite e violenta?

Nesta curta reflexão, não pretendo tratar dos 200 anos de nossa história, o que seria impossível e prepotente, mas busco questionar sobre o que temos para comemorar e rememorar; ou o que é que nós temos para denunciar não só na pesquisa, mas no ensino de História em relação às omissões, apagamentos, silenciamentos e produções de estigmas quando tratamos das relações de gênero, raça, sexualidade e das tantas diferenças que nos atravessam interseccionalmente. Shara Jane Holanda Costa Adad, Letícia Carolina Pereira do Nascimento e Lucivando Ribeiro Martins (2020) nos falam do perigo dos usos da palavra diversidade sem nenhum tipo de problematização ou reconhecimento do direito à existência,

mas apenas como uma forma de tolerância que transforma diferenças em desigualdades e formas de segregação, culpabilizações e discriminações:

E esse modo de pensar nos faz questionar e perceber as instituições educativas, a exemplo da escola, como uma das mais eficientes para fixar quem nós somos e quem são os outros, estabelecer uma cisão entre os normais e os anormais produzidos nela. E esta cisão é produzida pelas tecnologias de normatização – parte de um sistema de saber-poder em que certas representações são autorizadas e outras invisibilizadas, proibidas e invalidadas, produzindo a cada enunciado heteroterrorismo cultural (Bento, 2012) – reiteraões que produzem os gêneros e a heterossexualidade marcadas por incentivos ou inibições de comportamentos a cada piada lgbtfóbica, por exemplo. (ADAD; NASCIMENTO; MARTINS, 2020, p. 10)

Essas tecnologias de normatização incluem os currículos, os recursos pedagógicos e a própria linguagem que usamos em nossas escritas e nos modos como selecionamos os conteúdos e conceitos, ou com que conduzimos nossas aulas, normalizando condutas, valores, eventos e experiências, e transformando em curiosidade, exotismo ou detalhe aquelas diferenças e narrativas que nos parecem dissidentes. Nossas abordagens, muitas vezes, reproduzem o que os/as autores/as chamam de heteroterrorismo, um jogo que normatiza os corpos numa ordem binária de gênero, legitimando inúmeras formas de medo, culpabilização, vergonha e indiferenças ao sofrimento no processo histórico, e mais do que isso, no presente de determinada ciência ou cultura escolar.

Fui professora da educação básica durante 27 anos e posso dizer que nem sempre compreendi a diferença como algo a ser pensado, uma vez que havia aprendido a máxima racionalista e liberal “somos todos iguais”. Afinal, bastava afirmar que todos éramos humanos para acreditar que uma história narrada levando em conta categorias universalistas de humanidade poderia explicar toda a história, abarcar toda a diversidade e representá-la sem perceber o recorte abissal que legitimava determinadas experiências em prejuízo de outras não consideradas “tão humanas” a ponto de serem vistas, percebidas e valorizadas. Minha formação e prática profissional, inicialmente, ignorava que, como mulher branca, cisgênera e heterossexual, eu também colaborava para este heteroterrorismo, selecionando conteúdos, disciplinando e envergonhando corpos em nome de uma História que colonizava nossos saberes e condutas. Nos anos 1980 e 1990, quando eu começava minha trajetória em escola pública em São Paulo, vivenciei junto a milhares de educadores/as o desafio de, diante do período de transição democrática, pensarmos coletivamente sobre os novos (des) caminhos do ensino de História. As questões que pautávamos, nas discussões que fazíamos nos encontros promovidos pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP), pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) e pela Fundação Para o Desenvolvimento da Educação (FDE), eram norteadas pela preocupação com as concepções de História que estaríamos trazendo e construindo em sala de aula; que temáticas, abordagens, sujeitos e sujeitas, metodologias e recursos, inclusive livros

didáticos, seriam selecionados e colocados no centro dos debates sobre e pelo ensino de História.

Influenciados pelas discussões teórico-metodológicas da chamada Nova História, produzimos materiais didáticos, documentos e exigimos políticas públicas voltadas ao ensino que fizessem referências aos conceitos de cotidiano, mentalidades, história “dos excluídos” e dos “de baixo”. Falamos muito sobre o processo de “dar voz” a grupos invisibilizados nas propostas de ensino que perduraram pelos governos ditatoriais, marcadas por uma visão positivista e eurocêntrica. No entanto, mantivemos certa arrogância acadêmica, expressa inclusive no vocabulário salvacionista, para nos referir a indivíduos e comunidades consideradas por nós como passivos, vítimas e subalternos, como que aguardando nossa ação, de mão única, para mover a história e a História. Continuamos, também, a tratar de categorias binárias, universais e fixas para tratar da diversidade: homens e mulheres, brancos e negros, civilizados e bárbaros, dominados e dominadores, cultura e natureza, heróis e vítimas; todas abordadas por uma linguagem em que as adjetivações, os verbos e os substantivos se orientavam pelo sexismo e pela branquitude, ambos naturalizados.

Mesmo quando vimos os livros didáticos se transformarem quanto aos temas tratados, buscando romper com o que considerávamos “a história do dominador”, mantivemos os protagonismos de coletivos, de classes sociais, tratadas no masculino universal e desprovidas de cor, raça, gênero, sexualidade e desejos e, muitas vezes, sem nos perguntarmos sobre as diferenças dentro das diferenças, ou das desigualdades a serem problematizadas, reconhecidas e enfrentadas. Joana Maria Pedro e Rachel Soihet, ao tratarem da História das Mulheres e dos estudos de gênero no Brasil, nos anos 1990 e 2000, apontaram semelhanças ao que Michelle Perrot e Joan Scott já percebiam como problemática na forma como as mulheres eram representadas, narradas e descritas na historiografia europeia e estadunidense, sempre de forma secundária, complementar e “coroadora” de uma história masculina universal:

Scott ressalta, ainda, que as análises do gênero, no seu uso descritivo, têm incidido apenas nos trabalhos sobre temas em que a relação entre os sexos é mais evidente: as mulheres, as crianças e as famílias, por exemplo. Aparentemente, temas como a guerra, a diplomacia e a alta política não teriam a ver com essas relações. O gênero parece não se aplicar a esses objetivos e, portanto, continua irrelevante para a reflexão dos historiadores que trabalham sobre o político e o poder. O resultado é a adesão a uma visão funcionalista baseada na biologia, e a perpetuação da ideia das esferas separadas na escrita da história: a sexualidade ou a política, a família ou a nação, as mulheres ou os homens. (PEDRO; SOIHET, 2007, p. 290)

Essa visão dicotômica e universal sobre homens e mulheres, atribuindo-lhes papéis históricos a partir de uma visão biologizante e funcionalista, tem sido questionada desde então pelos feminismos negros e LGBTQIA+, direcionando suas críticas também a um feminismo hegemônico branco e cisheterossexual, apresentado, ainda, como universal na produção acadêmica e nos livros didáticos, continuando a invisibilizar o que não cabe

nesse universal. A historiografia e a educação brasileira comprometidas com os estudos de gênero têm avançado nos debates sobre as diferenças, poderes e colonialidades de saber, ser e de gênero (LUGONES, 2008) que orientaram visões hegemônicas e lineares da nossa história e cada vez mais têm procurado romper com essa leitura de uma história das mulheres complementar ao já narrado/estudado. O diálogo com os movimentos sociais e identitários vem lapidando um olhar interseccional sobre as relações de poder que atravessam a macro e a micro-história de mulheridades e masculinidades plurais.

Boa parte deste posicionamento de(s)colonial é influenciado pelo pensamento de María Lugones acerca da história da América Latina (2008). A filósofa afirma que desde o processo de colonização o homem europeu utilizou de estratégias e práticas discursivas não apenas para explorar e dominar economicamente, mas para colonizar condutas, normas e valores que qualificaram e legitimaram existências em detrimento de outras. Este padrão era determinado pelos critérios de gênero, classe e raça, transformando os homens nativos em inferiores ao homem europeu. Mulheres indígenas e negras foram tratadas como inferiores aos homens nativos, numa visão hierarquizante, patriarcal e dicotômica que afetou a maneira como nos entendemos e nos relacionamos ainda hoje. Também a forma como escrevemos, aprendemos e ensinamos, já que os padrões da colonialidade ainda não foram superados. Lugones convida a nos posicionarmos no sentido de desconstruir a colonialidade a partir de um processo que chamou de “viajar entre mundos”:

Através da viagem para os mundos das outras pessoas, descobrimos que existem mundos nos quais essas pessoas que são vítimas de percepção arrogantes são sujeitos, seres viventes, resistentes, construtores de visões, mesmo que na construção dominante eles sejam animados apenas pelo percebedor arrogante e sejam classificáveis. (...) Conhecer os “mundos” das outras mulheres é parte de conhecê-las e conhecê-las é parte de amá-las. (LUGONES, 1987, p. 17, tradução livre da autora)

Aproprio-me da ideia de “viajar entre mundos” para dizer que ainda precisamos habitar mais de um desses “mundos” quando produzimos e ensinamos História. Embora tenhamos avançado na procura pelo deslocamento histórico por outras experiências, ainda não conseguimos modificar a forma como temostrado a história das mulheridades e feminilidades em nossas pesquisas e práticas didáticas, uma vez que as relações hierarquizadas entre e intergêneros prevalecem dentro da academia e nas escolas de educação básica, nas relações entre docentes, na prioridade de currículos e planos de ensino ainda colonizados. Precisamos ainda nos questionar sobre como temos pensado as mulheridades quando escolhemos os livros/textos a serem lidos por nossos/as discentes levando em conta a autoria não apenas masculina; quando abordamos eventos históricos sem perguntar sobre sujeitas ausentes; quando apontamos a presença de mulheres negras, indígenas e LGBTQIA+ a partir de sua eterna e passiva vitimização, numa visão ainda dicotômica entre homens dominadores e mulheres dominadas.

É justo que olhando para trás e refletindo sobre nossos 200 anos de racismo e de

patriarcado, possamos celebrar certos avanços que temos dentro da academia a partir dos debates de uma História Pública preocupada não apenas com a divulgação de uma ciência branca, cisnormativa, hétero, sexista. Nós temos que comemorar, também, que as mulheres sejam 50% do corpo docente e chegando ainda a ser metade do corpo docente das universidades públicas. Podemos lembrar, ainda, que as mulheres são a maioria no ensino básico como discentes; e que comecem a ocupar os cursos de direito, odontologia, engenharia, matemática, até pouco tempo não pensados para a presença das mulheres; que corpos feminilizados estejam em cargos políticos ou de direção. Isto se deve a uma série de lutas que são provocadas pela presença e ações dessas sujeitas na história, o que muitas vezes ainda permanece invisibilizado e não reconhecido. E estas conquistas ainda são pequenas quando vemos os índices de violência contra as mulheres, os (trans)feminicídios, as discriminações de gênero, as relações racistas e de classe perpetradas por mulheres hegemônicas, a pobreza de famílias, o racismo contra as mulheres negras e indígenas, os números reduzidos de corpos transexuais nas escolas, universidades e mercado de trabalho, os discursos e piadas estigmatizantes que continuam a ferir, inclusive em espaço onde nós estamos e que contam, muitas vezes, com nossa passividade e omissão.

É urgente desnaturalizar, de(s)colonizar, e queerizar os currículos, denunciando uma ciência que não é neutra e uma cultura escolar que privilegia sujeitos, direitos e histórias em detrimento de outros. E isto implica em falar dos livros didáticos. Podemos comemorar a história que eles contam?

A escrita da história, o ensino de História: ainda um universal masculino

Os movimentos sociais feministas, indígenas e negros, os debates trazidos pelos estudos de gênero e os encontros pela formulação de novos documentos e políticas públicas sobre o ensino de História, nos anos 1980, foram importantes norteadores para a Constituição de 1988. A partir dela, outros documentos voltados às relações de gênero e educação sexual ganharam força, implicando na inclusão desses temas em currículos. Só para citar importantes documentos pelos quais essas preocupações ficaram evidentes, aponto a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em 1997, embora gênero e sexo fossem tratados como sinônimo e ficassem limitados à concepção dicotômica e cisheteronormativa.

Claudia Vianna lembra que as demandas em torno da defesa dos direitos de gênero e sexualidade e sua inserção nos currículos da educação básica pautaram a criação da Secretaria de Direitos Humanos e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, em 2004, tendo continuidade em várias outras ações como o Programa Brasil Sem Homofobia, em 2014:

Essas reflexões também se desdobram nos debates e nas deliberações da VI Conferência Nacional de Educação (Conae/2010), inserindo questões da inclusão e da diversidade na pauta das políticas educacionais do Brasil. Na

proposição das metas para elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE), é relevante o eixo que teve como título Justiça Social, Educação e Trabalho: Inclusão, Diversidade e Igualdade. O projeto de lei do Plano Nacional de Educação para o decênio 2011- 2020, encaminhado ao Congresso Nacional em dezembro de 2010 e ainda em discussão, propõe uma série de diretrizes para planejar e organizar a educação. Três conceitos fundamentam a sua décima diretriz: a equidade, o respeito à diversidade e a gestão democrática da educação. (...) Uma das estratégias para tal finalidade é prevenir a evasão motivada por preconceito e discriminação à orientação sexual ou à identidade de gênero. (VIANA, 2012, p. 136)

Nós sabemos, no entanto, o quanto boa parte dessas ações não resultou em práticas efetivas de garantia de defesa dos direitos das mulheres, em especial negras, indígenas e LGBTQIA+. Pressões reacionárias nos últimos anos, representadas principalmente pelo Programa Escola Sem Partido que procurou fiscalizar, controlar, denunciar e incriminar docentes, currículos e planos de ensino, levaram à redução na ênfase a esses temas, devido ao medo por parte de docentes; processo reacionário que culminou com um documento como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que extinguiu a palavra gênero de sua proposta e reduziu a questão da sexualidade a questões biologizantes e patológicas. Em 2018, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) defendia que currículos e livros didáticos devessem valorizar a história das mulheres:

- 1.1.1 promover positivamente a imagem da mulher, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder, reforçando sua visibilidade e protagonismo social;
- 1.1.2 abordar a temática de gênero, visando à construção de uma sociedade não-sexista, justa e igualitária, inclusive no que diz respeito ao combate à homo e transfobia;
- 1.1.3 proporcionar o debate acerca dos compromissos contemporâneos de superação de toda forma de violência, com especial atenção para o compromisso educacional com a agenda da não-violência contra a mulher [...](BRASIL, 2015, p. 32).

No entanto, a eliminação de qualquer orientação por parte da BNCC para o desenvolvimento, principalmente do item 1.1.2, esvaziou mudanças significativas que promovessem rupturas com o padrão binário, branco e cisheteronormativo; ou seja, com a colonialidade que segue predominante em documentos. O mesmo parece acontecer com currículos e planos de ensino na maioria das universidades, que continuam a valorizar material didático, leituras e pesquisas como tecnologias a reproduzir relações desiguais de gênero, seja no conteúdo, seja nas relações dentro da instituição.

Chamo a atenção do/a leitor/a para que comecemos a pensar, coletivamente, os lugares e dispositivos com que temos contribuído para invisibilizar ou tornar lacunar, exótica e detalhista a história das mulheres; o que implica em considerar também formas hegemônicas de masculinidades como fixas e universais, eliminando outras possibilidades de

existências masculinas subalternizadas. Precisamos denunciar onde estão as mulheridades e feminilidades nos currículos, como elas são apresentadas e representadas; ou, ainda, como e por que elas não estão nas transversalidades de programas universitários, em projetos de pesquisa, na escolha de livros acadêmicos ou nos livros didáticos.

Há algumas semanas, perguntei aos meus alunos e alunas quantas historiadoras eles haviam lido em todo o seu curso de História, o que foi seguido de um silêncio constrangedor e, depois, da lembrança do nome de Michelle Perrot, uma europeia. Em seguida, perguntei-lhes sobre o nome de historiadoras brasileiras; de historiadoras ou qualquer outra intelectual que fosse negra, lésbica, transexual, indígena. Questionei se em seus programas de curso, os colegas docentes haviam discutido com eles/as sobre as mulheridades na História enquanto sujeitas de tempos diversos. Todas as perguntas foram respondidas com silêncios e mesmo com expressões de espanto e perplexidade a pensarem nisso pela primeira vez. Nem mesmo Lélia Gonzalez ou Beatriz Nascimento, ou Joana Maria Pedro, ou Rachel Soihet, grandes referências da historiografia entre tantas outras, foram apontadas, demonstrando não apenas um silenciamento da/na história, como denunciou Michelle Perrot, mas um silenciamento da historiografia, como diz Maria da Glória de Oliveira (2018).

Oliveira afirma que é inegável que a “escrita feminina” da História tenha avançado e que as temáticas sobre as mulheres tenham se ampliado. Porém, diz ela, no conjunto de estudos, o “feminino” aparece ainda “vinculado, de modo majoritário, às temáticas do corpo, da sexualidade, da maternidade, da família e do cotidiano e, raramente, às atividades letradas e intelectuais” (2018, p. 115). Não se deve à ausência de fontes produzidas pelas mulheridades, pela falta de escritas, de experiências ou dos corpos na história. Deve-se, na verdade, às relações desiguais de gênero, a um posicionamento político em relação àquilo que a Academia entendeu sobre o que vale a pena contar, o que é história e o que é historiografia. Sobre isso, a autora diz que é preciso avançar mais:

na avaliação da efetividade da noção de gênero como aparato conceitual crítico dos fundamentos epistêmicos da disciplina e da própria escrita da história, a começar pela “irrelevância” dos marcadores de sexo, de raça e de classe social do narrador, ou seja, do sujeito da operação historiográfica, em nome de critérios supostamente neutros, objetivos e universais de racionalidade. (...) Para tanto, uma opção seria tomar o conceito fora de qualquer presunção identitária essencialista ou, para usar os termos de Butler (2016), como uma espécie de dispositivo regulador histórica e temporalmente construído por meio de performances sociais repetidas que, de modo contínuo, tendem a constituir e a naturalizar um esquema binário sobre o que é ser feminino e o que é ser masculino. (OLIVEIRA, 2018, p. 117)

A naturalização do esquema binário e da irrelevância atribuída aos marcadores de gênero, sexualidade e raça também se repetem em sala de aula, na educação básica, omitindo e ignorando nome e trajetória das autoras, recebendo passivamente a organização dos livros, sem se perguntar sobre o poder de editoras, de documentos como a BNCC, das relações

de gênero na Academia e na sociedade, além dos movimentos reacionários que procuram enquadrar um padrão para a escrita da História.

Somente como exemplo, quero chamar a atenção para os momentos históricos em que as mulheridades “aparecem” nos livros didáticos, muitas vezes em complemento a uma história masculina. Em geral, abordamos as ações de mulheres para falar do feminismo no final do século XIX e início do XX, como se antes disso os processos históricos não coubessem a elas. E tratamos, neste momento, de um grupo muito específico, ligado à branquitude e a uma classe que não é, necessariamente, a trabalhadora.

As indígenas são praticamente invisíveis, tendo sua existência restrita à chegada dos homens portugueses, quando suas experiências se diluem numa relação que envolve homens indígenas guerreiros, resistente, enquanto a elas resta a violência do estupro e das doenças trazidas pelo dominador europeu. Os e as indígenas desaparecem no primeiro capítulo do livro didático, no primeiro contato que eles/as têm com os portugueses, porque as suas existências só são reconhecidas em sala de aula quando nos referimos ao encontro com os portugueses. É por isso que entendemos um Brasil de 200 anos; porque nós não entendemos um Brasil que se alarga com uma história para trás, muito antes da chegada dos europeus, muito além dos valores cristão e dicotômicos da cultura europeia. Ao estudar as narrativas sobre feminilidades e masculinidades, Susane Oliveira observou como os livros didáticos mantêm a colonialidade de ser, saber e gênero e o quanto as imagens sobre as mulheres se referem ao reforço da virilidade masculina contra a vitimização e submissão do corpo feminino, reduzindo-as a um destino cujo discurso se perpetua fora da escola, pois os livros não apenas ensinam conteúdos, mas comportamentos:

A narrativa silencia uma série de fatores, especialmente, os efeitos colaterais das guerras de conquista, onde os estupros sistemáticos inseminavam as mulheres indígenas, engravidando-as forçadamente, promovendo genocídios sem derramamento de sangue. O estupro, novamente, emerge com a função de destacar a normalidade dos modos de atuação dos homens europeus nas guerras e, por conseguinte, nas relações de dominação dos indígenas na América. (OLIVEIRA, 2019, p. 9)

Falamos aqui da construção discursiva de um corpo passivo, receptor do sofrimento, vítima de uma violência, do estupro, da doença, da dominação naturalizada do masculino sobre o feminino (ambos universalizados), e não de uma história de mulheridades e feminilidades dotadas de saberes, detentoras de epistemologias importantes, de fazeres, de culturas, de artimanhas de resistência; de trabalhadoras, de intelectuais, de religiosas, de festeiras, militantes e militares. A guerra, inclusive, é temática exclusiva dos homens. Pouco assistimos a historiadoras serem entrevistadas para falar sobre a guerra da Ucrânia, por exemplo; ou sobre qualquer guerra, assunto privilegiado das masculinidades viris. Menos ainda vemos registros de mulheres participando das guerras e das guerrilhas (no Brasil, elas chegaram a 20% dos grupos armados), pois aprendemos na escola, na família, na escola, na religião e ainda na universidade que este não é o lugar das mulheridades.

Nós pouco perguntamos aos/às nossos/as discentes onde estavam as mulheres negras na história do Brasil, para além da escravização, como amas-de-leite ou objetos sexuais de seus senhores. Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez ainda não ganharam o devido espaço nas aulas, seja na universidade ou na educação básica, para que possamos questionar por que seus corpos são “naturalmente” tratados como receptáculos da violência masculino; objetificados e fetichizados, corpos não passíveis do amor, não portadores de força, de resistência, de conhecimentos e de direitos. E isso, porque não colocado em debate, não denunciado por nossos currículos, nossas aulas e nossas práticas cotidianas, contribuem para reforçar representações que continuam a legitimar as discriminações, o racismo e o sexismo sobre as mulheridades negras:

Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Daí, ela ser o lado oposto da exaltação; porque está no cotidiano. E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas. Melhor exemplo disso são os casos de discriminação de mulheres negras da classe média, cada vez mais crescentes. Não adianta serem “educadas” ou estarem “bem vestidas” (afinal, “boa aparência”, como vemos nos anúncios de emprego é uma categoria “branca”, unicamente atribuível a “brancas” ou “clarinhas”). (GONZALEZ, 1984, p. 230)

Gonzalez chama a atenção sobre as permanências dessa violência na forma como ainda representamos as mulheridades negras e como a História ainda omite o que a memória guarda e revela: “a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção” (GONZALEZ, 1984, p. 225). A memória também denuncia a história cisheteronormativa que procura silenciar, apagar e omitir as trajetórias das mulheridades e feminilidades LGBTQIA+. Trajetórias que apesar de sofrerem processo de silenciamento nunca foram silenciosas e que cada vez mais fazem-se ouvir e visibilizar nos estudos, pesquisas e práticas pedagógicas dissonantes e desobedientes aos padrões que prevalecem em grande parte da historiografia e das práticas escolares.

Nós já perguntamos aos nossos alunos e alunas sobre a presença dessas mulheridades e feminilidades LGBTQIA+ na História? Já lhes questionamos sobre essas memórias, se elas aparecem nos currículos, ou nos livros, ou nos debates sobre a história? Deixamo-nos provocar pelas presenças dos corpos desviantes das normas dentro de sala de aula, nos projetos de pesquisa, de extensão ou de ensino? Convidamos discentes e docentes a “viajar entre mundos” de experiências diversas, como de Thereza de Benguela, da escravizada travesti Xica Manicongo, de Marielle Franco, das mulheridades do feminismo comunitário, de intelectuais como Sueli Carneiro e Conceição Evaristo. Ou ainda, de tantas e tantas mulheridades cujos nomes não foram lembrados, ou que desconhecemos, mas que ainda assim fizeram história com seu trabalho, sua luta, seus desejos e resistências?

Considerações finais

Procuro encerrar este texto sem a pretensão de concluir a conversa, a provocação. Quero enfatizar a ideia de que embora nós tenhamos hoje a presença de corpos, que chamarei aqui de feminilidades (na sua diversidade de raça, de sexualidade, de território e de gênero) ocupando a escola e universidade em sua maioria, nós ainda temos pouco a comemorar nos 200 anos da criação europeia do Brasil. Temos que denunciar, ainda, as inúmeras violências e silenciamentos que permanecem nas pesquisas, no ensino de história e nas relações de gênero que as envolvem. Embora possamos encontrar estudos e didáticas preocupados em desconstruir e de(s)colonizar a universidade e o ensino de História, posicionando-se contra uma pseudoneutralidade que, na verdade, hierarquiza, discrimina, estigmatiza, omite e, muitas vezes, naturaliza o dolo e a morte, continuamos aceitando, majoritariamente, os currículos e os livros como produtos acabados, que não devem ser questionados em seu conteúdo, em sua autoria e em seu agenciamento na produção de masculinidades e feminilidades.

Precisamos abrir espaço para este tipo de debate se queremos contribuir para desmontar noções essencialistas de gênero que movem nossas existências e justificam violências. Precisamos, também, construir espaços para as escutas atentas de experiências das mulheridades e feminilidades presentes onde atuamos, colocando-nos como nos mediadores/as de histórias outras que não se reduzem a grandes vitimizações ou a exceções. Que sejamos mais sensíveis às histórias do cotidiano, às histórias presentes em sala de aula; aos processos de produção e compartilhamento de conhecimento sem generalizar nossos públicos e nem entendê-los como passivos e massa

Que sejamos capazes de questionar o conceito de independência num país em que grande parte da população (dentro e fora das instituições de educação) continua a reproduzir heranças do racismo, do sexismo e da LGBTfobia. A pesquisa, o ensino e todas as relações que os atravessam devem fornecer elementos para que nossos/as discentes compreendam que as diferenças não devem ser toleradas ou condenadas e que nenhuma ofensa, violações ou preconceito; nenhuma tentativa de apagamento da experiência, nenhum desdém a qualquer forma de existir possa ser admitida como natural, mas fruto de ações e efeitos de seres humanos em conflito, em disputa e em desigualdades econômicas, raciais e de gênero. Se em vez de comemorarmos, transformarmos efemérides como essa sobre a qual fomos convidados/as a pensar - 200 anos de independência - em denúncia, abriremos frestas para que aquilo que foi apagado emerja com força; aquilo que foi violado seja reparado; tudo isso pela narrativa daquelas sujeitas que durante muito tempo foram narradas, contadas, objetificadas e destinadas por outros, mas que cada vez mais demandam contarem a sua própria história. E nós, como mediadores/as, precisamos estar atentos/as ao que temos feito e ao que ainda podemos fazer para nos de(s)colonizar, percebendo que somos também construções.

Referências

ADAD, Shara Jane Holanda Costa; NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira; MARTINS, Lucivando Ribeiro. Aprendizagens em educação e as diferenças: resistências ao heteroterrorismo cultural: que só os beijos te tapem a boca. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 8, 2020.

BENEVIDES, Bruna G. (org.). **Dossiê Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. ANTRA, Brasília, 2022. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2018**: guia de livros didáticos. Brasília: Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica, 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência contra mulheres em 2021**. 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf>.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. **Tabula Rasa**. Bogotá, n. 9, 2008, p. 73-101.

LUGONES, María. Playfulness, "World-Travelling" and Loving Perception Source. **Hypatia**, v. 2, n. 2, 1987, p. 3-19.

LUGONES. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 2014.

NASCIMENTO, Letícia Carolina. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

OLIVEIRA, Maria da G. de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à História da historiografia. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 11, n. 28, 2018. DOI: 10.15848/hh.v11i28.1414. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1414>

OLIVEIRA, Susane. Violência contra mulheres nos livros didáticos de História (PNLD 2018). **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n.3, 2019.

PEDRO, Joana M.; SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, n. 54, 2007, p. 281-300.

VIANNA, Cláudia Pereira. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2, 2012, p. 127-143.

Visões de uma *Era Nova*: imprensa e modernismos na Paraíba (1921-1926)

Alômia Abrantes¹

Apresentar uma breve narrativa histórica sobre a *Era Nova* (1921-1926), considerando seus contributos como revista ilustrada, que buscou ampliar a visibilidade das artes e da cultura produzida na Paraíba, constitui o objetivo central deste texto. Trata-se de um recorte sobre sua trajetória, como forma de melhor conhecer as motivações que a idealizaram e que, apesar de uma vida relativamente breve, a assinalam como marco na história da imprensa no país, tendo participado do conjunto de produções culturais que deram cara à pluralidade das expressões modernistas nas primeiras décadas do século XX. Parto em princípio de um contexto mais geral sobre a imprensa na Paraíba na década de 1920, para em seguida pensar a emergência da *Era Nova*, seu projeto e marcas editoriais atreladas a um ideário moderno, destacando suas estratégias de formação de um público de leitores e, em especial, de leitoras, e ainda seu diferencial como álbum social e fotográfico.

Antes destes enfoques mais ajustados, é necessário falar da importância da pesquisa sobre a história da comunicação, em termos mais amplos, e da imprensa, de modo particular, que torna-se cada vez mais premente mediante a intensa presença dos meios de comunicação em nossa vida contemporânea, incluindo a rapidez do fluxo de informações, da sofisticação de técnicas de promoção e apresentação desses meios, da rápida transformação de seus formatos; tudo isso, aliás, vem ao longo dos últimos anos suscitando as mais variadas análises e preocupações por parte de pesquisadores de diferentes áreas das Ciências Humanas e Tecnológicas. Certamente, os desafios e o caráter sedutor e conflituoso dessa intensa convivência, que faz cada vez mais dos *media* nossas extensões, inspiram a perscrutar o passado à procura de rastros e indícios que façam mais compreensíveis essas relações.

Tão marcadas tornam-se as nossas existências por tais presenças, que a história, que

¹ Professora Associada do Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/CH/Campus III); Pesquisadora da Fundação Casa de José Américo (FCJA).

mais largamente vinha desde o século XIX pensando e fazendo uso da imprensa como fonte documental, tomada na maioria das vezes como autêntica narradora dos “fatos”, comprometida com a “verdade”, ainda no Oitocentos e ao longo das primeiras décadas do século XX, tratou de compilar dados sobre as trajetórias dos periódicos, das pessoas e organizações a eles relacionados, seus editoriais e redatores. (LUCA, 2010)

Mas, foi sobretudo após os anos 1960, com todas as discussões que colocaram em questão o estatuto de verdade das narrativas jornalísticas, bem como do próprio discurso historiográfico, que os meios de comunicação em geral, e a imprensa de modo mais privilegiado, posto que ainda dominante enquanto *mass media*, passou a ser mais expressivamente objeto de estudo, na mira da análise de uma produção que foi se especializando no tema. No Brasil, pode ser destacado, por exemplo, as obras *História da Comunicação*, de Marcello e Cybelle Ipanema (1967), e *História da Imprensa no Brasil*, de Nelson Werneck Sodré (1999), considerada por muitos, ainda hoje, uma espécie de “história geral” sobre o tema.

Contudo, as possibilidades de pensar a escrita da história trazidas pela emergência de uma nova história, em especial de uma nova história cultural, trouxe o desafio de se pensar a imprensa como *maquinaria de encarnação*, instauradora de sentidos, que como nos coloca Certeau (1994), torna-se partícipe de uma economia escriturística na cultura ocidental, passando a instaurar maneiras de inscrição e leituras de mundo, de maneiras e artes de fazer no cotidiano.

Ao ampliar as conceituações de interpretação e análise das representações, constituintes das formas narrativas, a história cultural veio, então, aproximar criativamente as dimensões da história e da comunicação. No lastro dessas possibilidades, além da ampliação dos usos e análises da imprensa enquanto fonte documental, outras abordagens sobre história da imprensa em solo brasileiro vêm sendo produzidas, trazendo à tona novos enfoques e mesmo o conhecimento de periódicos antes pouco ou não conhecidos pela nossa historiografia. Entre estes, só para exemplificar, lembro de *Palavra, imagem e poder*, de Marco Morel e Mariana Monteiro de Barros (2003), sobre o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX; dos volumes de *História Cultural da Imprensa: Brasil (1900-2000) e (1800-1900)*, de Marialva Barbosa (2007, 2010); as coletâneas: *Mídia e Memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*, organizada por Ana Paula G. Ribeiro e Lúcia Maria A. Ferreira (2007); *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*, organizada por Lúcia Maria Neves e outros (2006); e, uma outra versão de uma *História da Imprensa no Brasil*, organizada por Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca (2008).

Porém, sem muito esforço, se percebe que o escopo dessas publicações não abarca as diversas espacialidades do país, e assim como naqueles trabalhos de maior projeção no passado, a imprensa desenvolvida nos estados do Nordeste e, de modo mais particular na Paraíba, em contraste com a pluralidade e vivacidade de sua produção, ainda é pouco contemplada nessas discussões.

Em face a um campo vasto de possibilidades, ainda pouco explorado, é sabido que existe uma produção que há algumas décadas voltou-se para a preocupação de registrar a existência e perfil editorial de jornais, revistas e práticas de imprensa na Paraíba. Inventários

importantes foram feitos, como *Paraíba: Imprensa e Vida*, de Fátima Araújo (1985), além de alguns trabalhos mais contextualizados em questões de ordem política ou social, como *Santa Cruz e o Jornal do Povo: uma contribuição à história das lutas sociais na Paraíba*, de João Batista Barbosa (1985) e *A União: jornal e história da Paraíba*, de Eduardo Martins (1978). Trabalhos mais recentes, destaco a pesquisa de Thayná Cavalcanti Peixoto (2017) sobre o tipógrafo José Rodrigues da Costa, entre 1848 e 1866, e o lançamento de *História da Imprensa na Paraíba: jornais e revistas*, de Gilson Souto Maior (2023). Para além das publicações, importante ressaltar o trabalho coordenado por Socorro de Fátima Pacífico Barbosa, que tem empreendido esforços de reunir, digitalizar e tornar acessível jornais e folhetins literários da Paraíba no século XIX² e, ainda, o desenvolvimento de projeto pela Fundação Casa de José Américo (FCJA) para digitalizar, fomentar a pesquisa e produções sobre a história da revista *Era Nova* e outros impressos³, que encontra-se em curso. Também, podem ser encontradas ricas contribuições à história dos impressos paraibanos em diversas dissertações e teses que adotam os periódicos como fontes, algumas das quais menciono ao longo deste texto.

A imprensa como “arauto” do moderno na Paraíba no início do século XX

Semelhante ao que ocorreu em outros estados brasileiros, a Paraíba experimentou na transição dos séculos XIX para o XX um efervescente momento de mudanças sociais e culturais, vivenciadas particularmente em seus núcleos citadinos, envoltos num clima de tensão e entusiasmo com a chegada da República e dos projetos modernizadores então preconizados. Projetos estes que no estado ganharam força ainda maior entre os anos de 1900 a 1930, com as várias transformações urbanísticas da capital e das maiores cidades do interior, e o convívio cada vez mais presente com os signos do moderno e as ideias liberais atreladas ao progresso (CHAGAS, 2010; ARAÚJO, MENESES, 2010).

Entre tais signos do moderno, e também artífices de muitos outros, podemos perceber o desenvolvimento de uma imprensa atuante, preocupada em diminuir distâncias e atualizar os habitantes de toda Paraíba, especialmente a uma elite urbana, sobre o que acontecia no país e no exterior, assim como difundir gostos literários, ideários artísticos e, neste fluxo, valores estéticos, morais e regras de condutas, participando ativamente da construção de uma cultura educacional.

Muito do que fica implicado nesta cultura educacional é definido por uma racionalidade

2 Trata-se do projeto *Jornais e folhetins literários da Paraíba no século XIX*, com acervo de cartas sobre instrução pública, diversos folhetins literários e exemplares da *Era Nova* digitalizados, além de microfilmes com jornais paraibanos. Acesso em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/sobre.html>

3 Como parte do Projeto *Preservação da memória e difusão educativa e cultural do acervo da Fundação Casa de José Américo*, com apoio da FAPESQ/PB, o subprojeto *O modernismo na Paraíba: a revista Era Nova e a novela Reflexões de uma cabra*, coordenado por Luiz Mário Dantas Burity, dedica-se atualmente a garantir uma digitalização mais completa da revista *Era Nova*, buscando promover sua divulgação e assim garantir acesso aos pesquisadores(as). Ver: <https://fcja.pb.gov.br/>

associada ao moderno, por sua vez intensamente ligado a uma expectativa de modernização, que constitui a cidade como locus principal da dinâmica destas mudanças ou palco central de suas performances. Como diz Rezende (1997), a modernização torna as cidades o império das seduções, uma espécie de moeda mais atrativa e envolvente que vem acelerar mais ainda as trocas. Para este autor, a prevalência do urbano, transformando a própria relação humano-natureza, abalou as percepções sobre o sagrado e o profano, e a cidade foi assim se constituindo como cenário de encenações inesperadas e surpreendentes, embora não sem a perplexidade e a resistência de muitos.

Ainda como coloca Rezende (1997), neste cenário, marcado pelas tensões entre o tradicional e o moderno, traçam-se os projetos dos higienistas, eugenistas, que balizam as diretrizes da República e definem as marcas e fronteiras dos espaços citadinos no Brasil do início do século passado; o contraste entre o que é central e periférico também aumenta ao gosto de modos e modas importados, sobretudo da Europa, que inscrevem mudanças nas paisagens humanas e urbanas. Encantadas com as luzes advindas com a eletrificação de suas paisagens mais centrais, as cidades se constituem como locus, por excelência, de uma formação e expressão intelectual e artística, que encontrará e fará da imprensa um espaço através e em torno do qual também se constroem significados e imagens para tal cenário. Assim, a cidade é também construída pela imprensa, que não apenas divulga, informa, mas forma visões e institui valores, dando corpo e expressão a faces plurais das concepções modernistas ou que a estas resistem.

Na Paraíba, esta presença da imprensa, especialmente nas primeiras décadas do século XX, demonstra sua força e entusiasmo em participar de tais construtos. Foram muitos os periódicos produzidos a partir das diversas cidades, sendo a maioria na capital, Parahyba do Norte, que circularam no estado e mesmo estabeleceram comunicação entre este e outras regiões. Desde o órgão oficial do Estado ou representante de alguma categoria ou instituição, ainda como literários e noticiosos, jornais e revistas informavam e discutiam em suas páginas acerca dos mais variados assuntos, da política internacional às tramas cotidianas da vida em sociedade. Alguns destes, ilustrados, intensificavam com o uso da fotografia e/ou do desenho a estética de uma nova época, ancorada em novidades técnicas, que também introduziam cores e estilos de diagramação ainda pouco usuais para os padrões da época, entre os quais a revista *Era Nova* se distingue.

É, inclusive, nas páginas da *Era Nova*, em sua edição comemorativa do Centenário da Independência⁴, que vemos em duas grandes fotografias, uma reunião dos principais periódicos que então faziam a imprensa paraibana. Entre os jornais: *A União*, *A Imprensa*, *O Educador*, *A Tarde*, *Jornal do Commercio da Parahyba*, *Correio da Manhã*, *A Tribuna*, *O Norte*.

4 Em 1922, segundo ano da revista, os editores anunciaram um exemplar extra, comemorativo do Centenário da Independência do Brasil, que esperavam lançar em setembro daquele ano, mas que só veio a público meses depois, em 1923. Sendo uma edição de luxo, com quase 300 páginas, rica em fotos e ilustrações, reúne textos sobre as comemorações em alusão à data comemorativa, mas também um balanço do que seria a modernização da Paraíba sob o governo de Sólon de Lucena e a Presidência da República de Epitácio Pessoa.

Entre as revistas: *Era Nova*, *O Além*, *A Aurora*, *Parahyba Agrícola*, *A Novella*, *Universal Club*, *Almanach da Parahyba* e a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Parahybano*.

Entre tais periódicos, considerando uma facilidade maior de acesso, e/ou pela sua importância quanto aos aspectos inovadores, assinalo alguns para dar uma mínima noção do que seja esta pluralidade, a exemplo dos jornais *A União*, *O Norte*, *O Educador*, as revistas *Flor de Liz*, *A Novella* e a *Era Nova*. Parto do pressuposto de que as linhas editoriais de cada um destes periódicos compõem um conjunto representativo da pluralidade e mesmo da aproximação de propostas que então caracterizavam a produção de impressos na Paraíba, bem como se tornam “arautos” de projetos políticos e culturais que pretendiam criar para e na região imagens da “ordem e progresso”.

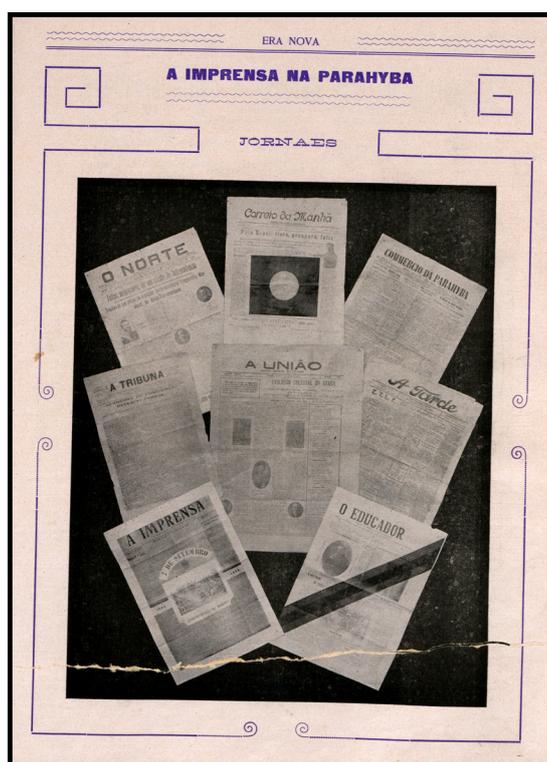


Fig. 1: Página que reúne os jornais do momento na Paraíba.
Era Nova, Ed. Especial do Centenário da Independência, 1922-23.

Fonte: acervo da FCJA.

O jornal *A União*, fundado em 1893, destaca-se como órgão republicano, tornado periódico oficial do Estado, em circulação diária até os dias atuais. Embora envolto nos interesses da política de governo, este jornal compôs uma tradição marcada pela literatura, desde os seus tempos iniciais e teve ao longo dos anos em sua redação muitos dos conhecidos nomes da intelectualidade paraibana. No período a que nos reportamos, tinha à frente o comando do jornalista e poeta Carlos Dias Fernandes, mantendo colunas assinadas por colaboradores também estrangeiros, abordando e discutindo sobre as mudanças comportamentais no exterior e nos grandes centros brasileiros.

Considera-se que *O Norte*, semanário lançado em 1908 e que circulou até 2012, já surgiu

dentro dos moldes do jornalismo moderno, ou seja, com uma linha editorial que apresentava um noticiário abundante, muitos colunistas e intensa atividade literária, decerto influenciada pelos talentos do seu primeiro diretor, Orris Soares. Chama atenção a variedade de matérias assinadas, bem como até mesmo anúncios assinados em seus primeiros anos, comumente pelos donos dos próprios estabelecimentos comerciais.

O jornal *O Educador*, apresentando-se como “órgão do professorado primário”, circulou entre 1921 e 1922. Foi criado pela Sociedade dos Professores Primários da Parahyba, com a proposta de divulgar as conquistas teórico-práticas das ciências pedagógicas e reivindicar a elevação e o reconhecimento do trabalho do professorado. Em seus breves, mas significativos dez meses de existência, apresentou colunistas, artigos e notas assinadas por docentes quanto a questões educacionais, tendo a Instrução Pública como alvo privilegiado de sua atenção (NUNES, MACHADO, SOUSA, 2021). Em especial, publica artigos sobre o projeto de educação para mulheres, assinado pelo pouco entusiasta da ideia, Francisco Barroso.

Junto com os jornais, figuram com cada vez maior destaque as revistas, e aqui quero assinalar, antes de falar da *Era Nova*, duas delas, que marcam projetos arrojados para aquele contexto. Por exemplo, a revista *Flor de Liz*, lançada em 1926, como revista da Ação Católica Feminina da cidade de Cajazeiras, exemplar na função de ampliação de um público leitor no interior do estado, fomentando, no caso, um projeto de imprensa feminina, de base cristã. Apresentava, sobretudo, artigos voltados às questões de costumes, família, educação e vida religiosa; possuía também inovador projeto gráfico, com capa em policromia, tendo circulado até 1937. Em que pese seus aspectos de veículo ligado a uma base conservadora, foi um periódico pensado por e dirigido às mulheres, que usavam ali de táticas para, muitas vezes, enunciar suas resistências e deslocamentos frente a posturas oficiais da Igreja (SANTANA, 2013). Abriu espaço para a publicação da escrita de muitas, a exemplo da médica e “historiographa” Eudésia Vieira, além de diversas(os) colaboradoras(es).

A *Novella*, por sua vez, apresenta-se em 1922 como uma revista mensal, de caráter literário, com o propósito de, como sugere seu título, publicar uma coleção de novelas. Sob a direção de Adhemar Vidal, um dos nomes vinculados à *Era Nova*, e coordenada por Antenor Navarro, iniciou com a ousada tiragem de cinco mil exemplares e teve em seu primeiro número a publicação de *O algoz de Branca Dias*, de Carlos Dias Fernandes. Em sequência, *Reflexões de uma Cabra*, de José Américo de Almeida, *Maria da Glória*, de Alcides Bezerra, e *A Fome*, de Adhemar Vidal (BURITY, 2022). Não vigorou para além desta quarta edição, mas sua iniciativa inspirou adiante a revista *Era Nova* a publicar uma sequência de novelas na forma de suplemento literário.

Cada um destes periódicos, com suas especificidades, abarcava naquele contexto uma pluralidade de intenções e olhares sobre sua própria época, que muito diz dos interesses, inquietações e desafios que ora se colocavam para uma Paraíba que se pretendia moderna sem, entretanto, romper com aspectos da tradição. Jornais e revistas que compõem uma rede mais ampla da imprensa local, não só pelo número, mas também pela diversidade de suas propostas; elementos contrastantes numa sociedade de maioria iletrada e/ou com

pouco acesso aos impressos, mas na qual se investia a certeza de projetos modernizantes, dos direcionamentos para o caráter civilizatório e de progresso que seus editores(as) preconizavam. É, pois neste contexto, e dentro desta circularidade de leituras, que a *Era Nova* marcará presença.

A *Era Nova*: uma revista para um “novo” tempo?

Por que uma revista para traduzir a *Era Nova*? Em um contexto em que se amplia o conjunto de um público leitor da imprensa em todo país, Mônica Velloso lembra que, sendo originárias de projetos mais amplos, de cunho coletivo, as revistas se colocam como ponto de encontro de itinerários individuais, reunidos em torno de uma ideia comum. Segunda a autora, elas vão funcionar como um verdadeiro microcosmo, no interior do qual os intelectuais organizam suas redes de sociabilidades, difundem ideias e garantem (ou buscam garantir) seu sustento:

De forma vibrante e criativa, as revistas comunicam o que é ser moderno: como proceder, reagir, pensar e sentir, situando os leitores na correnteza viva dos acontecimentos e na vida mental da metrópole. É uma estratégia comunicativa que vai se inspirar em tradições compartilhadas pela cultura cotidiana. Além do forte apelo à visualidade moderna – gravuras, desenhos, caricaturas e fotos –, essas revistas contêm um expressivo apelo à oralidade. (VELLOSO, 2010, p. 81)

Com tais apelos, a *Era Nova* apresentou-se ao público leitor em 27 de março de 1921 como “órgão literário e noticioso” e, ao longo do seu percurso, até 1926, constituiu-se também como uma espécie de álbum social, publicando e promovendo as imagens em retratos da elite paraibana, além de um amplo registro fotográfico enunciador das reformas urbanas, de personalidades políticas e de aspectos da vida interiorana e agrícola da região. De circulação quinzenal, a revista prometia com seu projeto gráfico fazer jus ao que enunciava em seu título: papel *couchè*, ilustrações, fotografias, técnicas de tricomia, pictorialismo, largo uso de clichés gravando em metal imagens e textos na prensa, além da variedade nas formas de diagramação. Um projeto que procurava assim materializar a sua estética de inovação, de signo do progresso, como desejavam seus idealizadores.

Emergindo no mesmo contexto em que muitas outras revistas no país ganhavam projeção, a *Era Nova* pode ser tomada como uma revista cultural, divulgadora de concepções modernistas forjadas nas relações de conflito entre o tradicional e o moderno, combinando notícias, entretenimento, opiniões, espaços de divulgação de expressões artísticas, como de gênero literários, desenhos, caricaturas, fotografias, publicidade, etc.

Para compreender melhor este designativo de revista cultural e seu papel na dinâmica dos impressos nas primeiras décadas, notadamente nos anos 1920, é importante saber da sua convivência e interação com aquelas que, embora não deixando de ser culturais, são

conceituadas mais estritamente como revistas literárias, às quais se reputa, por uma dada perspectiva de análise, a ação de colocar as vanguardas modernistas em movimento.

Esta é a perspectiva de Ivan Marques, que no seu *Modernismo em Revista* (2013) aborda a efervescência dessas vanguardas, que encontraram nas revistas literárias do início do século XX, espaços privilegiados de expressão e alcance⁵. Para o autor, o papel desempenhado por estas na Europa e em outros países americanos, também será marcante no Brasil, estampando “a ação quase sempre demolidora de seus mentores e adeptos, guardando em suas páginas a centelha dos manifestos, o alarido das provocações, o momento eufórico em que se produz o choque, o escândalo em ato” (MARQUES, 2013, p. 14-15).

De acordo com Marques (2013, p. 14) a organização da batalha modernista de 1922 no Brasil teve como principal veículo os periódicos literários; estes, teriam dado então o suporte material para a divulgação das concepções de vanguarda, aferindo também “corpo à sociabilidade e à vivência gregária da arte e da literatura, tão características daquele momento”. Até por conta do exercício de crítica comum aos seus idealizadores, essas revistas também se tornaram espaço das reflexões das novidades que, por seu turno, já se encontravam e tinham a tendência a crescer como ensejo maior dos projetos editoriais das chamadas revistas culturais, aproximando-as.

No vasto campo das chamadas revistas culturais, encontram-se, por sua vez, as revistas de circulação periódica mais regular, muitas delas semanais, recheadas em suas páginas de conselhos, entretenimento, lazer, buscando cumplicidade e envolvimento do leitor, que rapidamente tornaram-se uma tradição na imprensa brasileira na Primeira República. Embora com um leque mais amplo de temas, que decerto as tornam mais abertas e convidativas ao patrocínio publicitário, estas também incorporaram o interesse pela divulgação literária, compreendendo, inclusive, o jornalismo como um exercício forjado neste âmbito. Com muita frequência são notabilizadas neste lugar as revistas *Kosmos* (1904-1909), *Fon-fon!* (1907-1958), *A Careta* (1908-1961), *O Malho* (1902-1954), *O Piralho* (1911-1919) e *Para todos* (1919-1932), a maioria editadas no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Como nos coloca Velloso (2010), as revistas culturais propunham assim uma estética moderna para traduzir a época moderna. Para tanto, lançaram mão de estratégias comunicativas, como capas atraentes, cores, ilustrações, padrões de diagramação diversos, editores e colaboradores de prestígio. Ensejaram, como já dito, também em sua materialidade, oferecer aos seus receptores a ideia de fluidez, de rapidez, associadas à novidade, ao que então se apresentava ao gosto do moderno. Sendo por si um objeto relativamente novo a circular no país, suas páginas iriam ensaiar formas de linguagem e de expressão novas.

Assim, compreendo que embora de modo diverso das revistas literárias, as marcas

5 Marques (2013) analisa as revistas literárias *Klaxon* (São Paulo, 1922-23), *Estética* (Rio de Janeiro, 1924-25), *A Revista* (Belo Horizonte, 1925-26), *Terra Roxa e outras terras* (São Paulo, 1926), *Verde* (Cataguazes, 1927-29), *Festa* (Rio de Janeiro, 1927-28), *Revista de Antropofagia* (São Paulo, 1928-29) que tiveram, ao seu ver, papel preponderante na fase chamada “modernismo heroico”.

editoriais das revistas culturais também colocarão nas várias regiões do país os modernismos em movimento. Isto, considerando, como também nos lembra Velloso (2010), que no interior do debate modernista, o significado de moderno é amplo e polissêmico. Contudo, observam-se valores recorrentes, como o apelo à modernização, no sentido de uma materialização técnica-científica; da valorização da vida urbana, cidadina; da educação literária e artística como chave para abertura de caminhos civilizatórios. Logo, define ao sabor das especificidades de cada região e da pluralidade do perfil dos grupos de literatas e intelectuais ali motivados, propósitos e características próprias que iriam ganhar corpo na materialidade destas revistas.

Neste contexto rico de expressões culturais, a *Era Nova* é celebrada pelos seus idealizadores como um projeto editorial híbrido, que a aproximava do perfil das revistas semanais acima citadas, ao tempo em que se propunha ser um lócus de expressão literária, em torno do qual gravitava um grupo de intelectuais, ávido por ampliar o circuito de interlocutores. Apresentava-se, assim, como um espaço de convergência para as ideias de “jovens intelectuais”, como se automeciam muitas vezes, em que o fascínio pelo moderno, pelo cosmopolita, ou a recusa do que nele pudesse representar a ruína de um mundo alicerçado nas tradições de uma cultura de traços rurais, ainda marcadamente oligárquica, encontram expressão e conseguem interagir na construção de suas concepções modernistas. Como explica Burity:

Tratamos, afinal de contas, de um movimento intelectual que, embora inserido em um cenário global de mudanças, se enraíza em uma localidade específica – a Paraíba. Portanto, é sobre as tradições locais que ele se investe e se inventa. A originalidade dessa construção, conforme Walter Mignolo (2020), está exatamente na mistura das referências tradicionais e modernas e na maneira como elas são agenciadas. Rafael Cardoso (2020, pp. 15-16), nesse sentido, aponta para os riscos de se limitar o entendimento do modernismo à definição muito estrita de ruptura radical com o passado, o que impediria a compreensão dos muitos hibridismos possíveis – jogados, dessa forma, para o “outro lado da divisa” – na construção desse discurso sobretudo estético que deseja e produz a modernização. (BURITY, 2022, p. 236)

Este agenciamento próprio do moderno, encontra-se presente na *Era Nova*, desde as narrativas que contam sobre a fundação da revista e investem na definição de quais seriam seus propósitos. Em texto comemorativo do exemplar sobre o Centenário da Independência (*Era Nova*, Edição do Centenário da Independência do Brasil, 1922-1923), a história da origem da *Era Nova* é contada como fruto do encontro de jovens sonhadores, com afinidades literárias e laços de amizade. Conta-se que em um dos rotineiros serões literários, entre palestras e cafés, seis jovens amigos, Severino Lucena, Guimarães Sobrinho, J.J. Gomes, José Pessoa, Epitácio Vidal e Horácio de Almeida na propriedade de um dos moços, conversaram animadamente acerca da condição intelectual da Paraíba e defenderam a necessidade de um órgão de imprensa, uma “revista de letras”.

O sugestivo nome do periódico é explicado como uma homenagem a um periódico

homônimo, que já existira na cidade de Bananeiras⁶; por outro lado o nome também remetia aos propósitos de elevar a revista “ao mais feliz destino”, a fim de assim contribuírem para uma “Era Nova, ao seu meio, em que se concentrassem seus ideais e aspirações de arte, letras e civismo em prol da moral e ordem paraibana” (*Era Nova*, Edição do Centenário da Independência do Brasil, 1922-1923). Observa-se, assim, a construção de um sonho de inovação artística, literária, mas também cívica, comprometida com a ordem e a moral.

Já no número inaugural da revista, os editores alertavam para o caráter ativista do veículo de comunicação que é a imprensa: “A imprensa, quando livre e sobranceira, é o braço forte e recto que conduz os povos, domina as insurreições e aos governos democráticos aponta a aurora de uma existência nova” (*Era Nova*, n.º 01, 27 de março de 1921). Também, marcando o lançamento, a capa trazia em seu centro uma grande foto em sépia, em que se vê uma jovem mulher ao volante de um carro, com vestes que se associavam ao masculino. Os signos aí trabalhados, ressaltando a ideia de novidade, de moderno, como a presença do carro, da mulher ao volante, da própria representação destes em uma fotografia emoldurada por elementos gráficos, decerto procuravam impactar os(as) leitores(as) com as concepções de inovação que a revista enunciava.

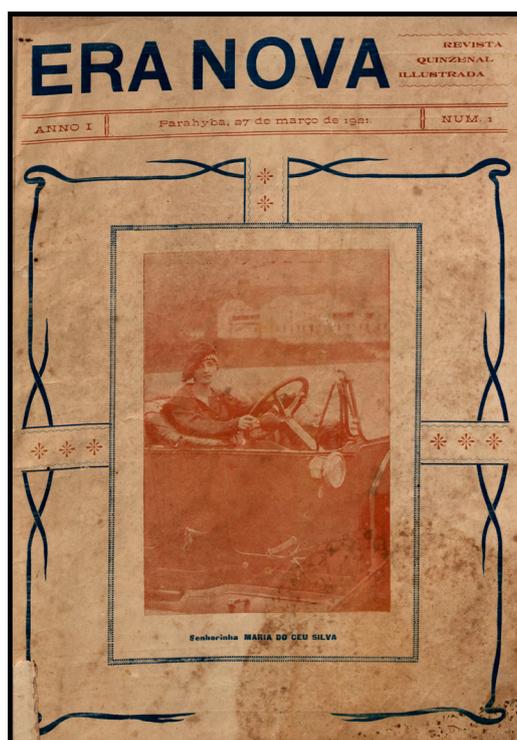


Fig. 2: Capa da Era Nova, n.º 01, 27 de março de 2021.

Fonte: acervo da FCJA.

6 No acervo digital do projeto sobre *História da Educação em Bananeiras*, vinculado à Universidade Federal de Campina Grande, campus daquela cidade, encontram-se digitalizados dois exemplares do jornal *Era Nova*, de agosto e setembro de 1916. No de agosto, vê-se tratar do número 28, sob a direção de Ascendino Filho. Disponível em: <http://www.cchsa.ufpb.br/heb/contents/arquivos/jornais/jornal-era-nova>.

Neste seu número de lançamento, os editores informam que a *Era Nova* contava com 23 colaboradores e 52 correspondentes em todo o interior da Paraíba. Até onde podemos perceber, trata-se de um grupo de literatas que sustenta a dinâmica da produção da revista, se revezando entre as funções. A pesquisa de Alzira de Cássia Rodrigues (2013) informa que a primeira formação da revista contava com Severino Lucena como diretor, Guimarães Sobrinho como secretário e os redatores Horácio de Almeida, Adhemar Vidal, além de Pessoa e Gomes na parte comercial. Essa formatação, contudo, sofrerá variações, tendo depois Mardokêo Nacre como diretor técnico, Edgar Dantas na direção comercial e Vieira de Alencar também na redação. Nesta última, aliás, muitos vão se somar com o passar do tempo, além dos(as) vários(as) colaboradores(as), com algumas colunas fixas, como José Américo de Almeida, que assinava as crônicas que abriam a revista até 1923. Estes homens, em que pesem particularidades de suas participações, estilos e ideais, aproximavam-se no gosto pela literatura, nos valores comuns a jovens pertencentes a elite açucareira ou comercial, aspirantes ou já formados como bacharéis, alguns deles oriundos ou relacionados a famílias que detinham projeção política no estado. O caso exemplar é o do próprio diretor, Severino Lucena, filho e também oficial de gabinete de Sólon de Lucena, então presidente do estado da Paraíba.

Esta literal familiaridade de Severino Lucena com o governo local decerto facilitou a parceria da revista com a Imprensa Oficial, que publicava o jornal *A União*. Este tipo de “parceria” não era incomum à época e certamente foi crucial para a manutenção do magazine, que era de cara manutenção pelos seus aspectos materiais e gráficos, sendo vendida a um custo considerado alto⁷. Na própria revista, em 1925, o assunto é abordado pelos editores, dizendo que embora fosse paga pelos cofres da revista, a impressão da *Era Nova* na gráfica da Imprensa Oficial não era “reputada, para este efeito, pelo seu verdadeiro valor” ou seja, o que costumeiramente era cobrado, mas que este “desconto” era compensado com a propaganda do Estado que o periódico fazia recorrentemente em suas páginas. (*Era Nova*, n.º 76, 1 de abril de 1925). E, de fato, ao longo dos anos se pode atestar as estratégias para esta promoção, com destaque às fotos do presidente de Estado e seus aliados, dos projetos e obras associadas ao governo, em especial aquelas relativas às reformas urbanas. Este apoio parece ter sido fundamental, pois se observa que após o término da gestão Sólon de Lucena, em 1924, a revista passará por momentos de irregularidade em sua publicação, chegando a ter, o mais das vezes, apenas um exemplar mensal em 1925 e findando sua edição, ao que tudo indica, nos primeiros meses de 1926.

Com este perfil híbrido, de literatura e notícias, como uma revista cultural que pretende divulgar um ideário moderno, que aposta na modernização, inclusive em sua materialidade, o projeto de existência da *Era Nova* acolhe e representa em si mesmo a relação conflituosa com

7 Segundo Burity (2022, p. 257), “as assinaturas anuais custavam 14\$000 (catorze mil réis) na capital e 18\$000 (dezoito mil réis) no interior, as semestrais saíam por 7\$000 (sete mil réis) na capital e 10\$000 (dez mil réis) no interior e o número avulso custava \$600 (seiscentos réis) na capital e \$700 (setecentos réis) no interior”. Valores considerados bastante elevados para acesso da população em geral.

o “novo” naquele momento. Ao passo em que há de se inscrever a Paraíba neste cenário de mudanças, alia-se a isso também elementos da tradição, inclusive a de recorrer às relações políticas comuns no seio das elites, para assim garantir sua possibilidade de existência.

E o que há de mais “novo”? As mulheres e o fotográfico na *Era Nova*

Necessário se faz pensar um pouco no papel desempenhado pela imprensa do período na constituição de um público leitor e no seu impacto na formação deste. Eliana Dutra (2005, p. 21), no seu trabalho sobre o Almanaque Brasileiro Garnier, lembra que a preocupação com a existência de leitores é uma constante no início do século XX. Aliás, já viria em curso, segundo a autora, desde pelo menos os anos 40 do século XIX, “um processo de fortalecimento das condições sociais, culturais e técnicas que desde então vinham propiciando a formação de um público leitor e o comércio de edições” no Brasil, no caso, especialmente, de livros e jornais.

Apesar de um quadro ainda escasso de leitores para estes, que não permitia que seus idealizadores vivessem do ofício literário, muitos destes se direcionaram ao jornalismo, que se constituía “em um espaço paralelo da atividade política dos intelectuais e um expressivo canal de divulgação de seus textos e ensaios”, o que só tornava cada vez mais os leitores necessários (DUTRA, 2005, p. 22). Daí, apesar do restrito circuito de leitores, ser constante a expansão de iniciativas editoriais nas maiores cidades brasileiras, inclusive apostando em formatos diversificados e atraentes como os almanaques e revistas.

As revistas, como já colocado, destacavam-se neste cenário pela sua pluralidade, maior flexibilidade de linguagem, agregando recursos variados, de gêneros textuais, verbais ou visuais, o que ampliava a possibilidade de perfis diversos de leitores, ao passo que deixava mais confortável seus editores e colaboradores a ali registrarem suas letras, fosse na forma de artigos, poemas, crônicas, cartas, entrevistas, ilustrações, fotografias. Toda essa diversidade de gênero textual, verbal ou visual, encontramos na *Era Nova*, que demonstra preocupação tanto com a diversificação de temas, como de autores/as e de leitores/as, além de um investimento no uso de imagens.

Esta dinâmica de se constituir como espaço de expressão, mas também promotor da interação entre os intelectuais locais e não-locais, acompanhado da constante preocupação em ampliar o círculo de leitores/as, é patente em todas as fases da *Era Nova*. Além de textos assinados por seus editores, são muitos os(as) colaboradores(as), entre os mais permanentes, além dos já citados, figuram nomes como Carlos Dias Fernandes, Eudes Barros, Américo Falcão, Peryllo Doliveira. No seu amplo leque de seções, algumas foram mais duradouras como *Notas Sociais*, *Echos de Arte*, *Cartas de Mulher*, *Trovas da Roça*, *Vida Alheia*, *Álbum de Mlle. Analice Caldas*, *Quinzena Agrícola*, etc. Muitos também são os/as autores/as pontuais, alguns já nomes conhecidos no circuito literário nacional, como José Lins do Rego, Joaquim Inojosa, Mário de Andrade, Humberto de Campos, Gilka Machado, entre outros(as).

Semelhante ao que se vê no perfil de outras revistas culturais no país, a revista *Era Nova* agrega as forças criativas destes autores/as, constituindo-se decerto em um motivo

de renovação das discussões, conversas, projeções sociais de literatas que aspiram ou já se encontram conquistando um lugar de inscrição no seletivo mundo dos reconhecidos escritores nacionais, debatendo ali, inclusive, o presente e o futuro da literatura no país, o mais das vezes reclamando uma face emancipada ou própria de uma literatura moderna. Não me cabe aqui este debate, entretanto, necessário se faz dizer que aí reside grande parte dos seus esforços e que, em grande medida, estimulam seu consumo e faz crescer sua circulação.

O que, entretanto, considero de maior novidade na constituição da revista em sua inscrição de veículo moderno são, entre suas estratégias de inscrever-se num circuito maior de leitura, a inserção das mulheres e suas imagens, e ainda neste território imagético, o largo uso de fotografias. Temáticas ligadas às mulheres e/ou ao que então se considerava de interesse feminino se fazem fortemente presentes nos textos assinados na revista. Aqui chamo atenção que o esforço da *Era Nova* em dar o tom do moderno, reflete-se muito na inserção de autoras, ainda que em número significativamente menor que o de nomes masculinos, tais como Albertina Correia Lima, Eudésia Vieira, Analice Caldas, que tem uma seção permanente com seu nome por um certo período, Palmyra Wanderley, Rosalina Coelho Lisboa, Wanda Novaes, entre outras, publicando ensaios, crônicas, poemas ou notas de opinião⁸.

Importante sempre ressaltar que, em diversos estudos sobre a imprensa nas primeiras décadas do século XX, a figura feminina é destaque no que se refere à modernidade, aparecendo como um dos seus símbolos mais comuns. “A mulher destaca-se como verdadeira protagonista da modernidade (...)”, afirma Velloso (2010, p. 87), lembrando da presença constante das mulheres nas revistas ilustradas, indícios e registros da crescente inserção do feminino no cenário público.

Muito atrelado a este aspecto, inclusive, enuncia-se também nas páginas da mesma revista, as resistências e mesmo recusas ao que implicaria ser moderno. Adhemar Vidal, Horácio de Almeida, são alguns dos nomes que ao fazerem crônicas sobre o conflito de um “passado” que não passou e um novo que parece avassalador, colocam em suas narrativas as mulheres em cena pública como indício de mudança, muitas vezes vistas com certo receio ou temor.. Não apenas as mulheres, mas o feminino que parece se revelar nos corpos dos homens através da moda, por exemplo, preocupam, ao ponto de Almeida temer o “aniquilamento da nossa raça”, a ameaça do que nomeia de “hermaphroditismo social”. (*Era Nova*, n.º 03, 01 de maio de 1921)

Além desta inserção de textos de mulheres e sobre elas, ainda como parte das estratégias para alcançar um número maior de leitores/as, se expressam, de modo particular e, pelo visto, bastante eficiente, a publicação corrente de fotografias, especialmente retratos de pessoas da sociedade paraibana, especialmente de jovens mulheres, muitos destes ilustrando as capas, como a aqui já mencionada, ou em páginas com destaque especial.

8 Uma discussão mais contextualizada sobre a presença das mulheres na revista *Era Nova* e os impressos do período realizei em minha dissertação de mestrado, **As escritas femininas e os femininos inscritos: imagens de mulheres na imprensa paraibana** (SILVA, 2000).

Para se ter uma ideia da recorrência deste recurso, em um trabalho de amostra com 70 capas da *Era Nova*, de 1921 a 1925, a pesquisa de Maria Stella Luna (2013) constatou que 48 destas destacavam fotografias de mulheres, sendo duas delas fotos de mulheres em meio a paisagem natural, e 07 contendo ilustrações de figuras femininas; totaliza assim 55 capas compostas com imagens relacionadas às mulheres, ou seja, cerca de 78,6% nesta amostragem. Vale ressaltar que a maioria das fotos era de jovens pertencentes a famílias conhecidas na sociedade paraibana, o que funcionava como uma espécie de atrativo para um álbum social. Estas, decerto, eram estratégias de sedução para o público em geral, e buscava fomentar nas moças o desejo de ver sua foto publicada na revista, o que por sua vez, adquiria o *status* de um evento social, sendo compartilhada e comentada pelo círculo de leitores/as, e participando de uma construção estética da imagem de si, atravessada ainda pelos códigos designativos de gênero.

Como já tive antes a oportunidade de observar em outros textos, esta publicação corrente de retratos de homens e mulheres, especialmente de jovens mulheres, com indícios de que enviavam suas fotos de acervos particulares ou, em alguns casos, feitas em estúdio com tal propósito, possibilita pensar os aspectos culturais e subjetivos que então participavam da criação de uma imagem de si, projetadas também num diálogo conflituoso entre a tradição e o moderno, buscando uma “feição de corpo” ou “fabricação de corpo” que melhor se adequasse à cena pública e ao registro de memória, possibilitados pela fotografia. São modos de relacionar-se com o fazer maquínico da câmera fotográfica, “que se populariza nos usos da imprensa, tornando-a uma espécie de vitrine de valores estéticos que comportam toda uma multiplicidade de elementos sociais e culturais, marcada sobremaneira pelas identidades de gênero naquele contexto” (ABRANTES, 2011, p. 04).



Fig. 3: Página com foto-retrato, com uso de tricomia.

Era Nova, n. 83, 15 de julho de 1925.

Fonte: Acervo FCJA.

Percebe-se, assim, que a existência da revista *Era Nova*, com seu caráter “literário e noticioso”, foi marcada também pela difusão da fotografia como recurso frequente. E este é ao meu ver mais um elemento que a torna um periódico inovador no cenário de imprensa e cultura da época. O seu primoroso projeto gráfico, nada deixa a dever às revistas editadas nas grandes cidades do país, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, onde se concentravam o maior número de periódicos, com maior número de gráficas e facilidade de acesso aos recursos de impressão. Nota-se, em alguns editoriais, o registro dos esforços empreendidos para oferecer este cuidado gráfico, expresso no número variado de clichês, de cores, de trabalhos de ornamentação e destaque das fotografias, da presença de detalhes e ilustrações a tornarem as páginas mais atraentes, que dependia de ilustradores de diferentes lugares e, em especial, do trabalho e da disponibilidade de “photo-gravadores”.

Derval Gozio (2012) aponta a possibilidade de a *Era Nova* ser precursora do que vem a constituir o gênero de reportagem fotográfica nas revistas brasileiras, observando as características e o uso de 50 fotografias em uma reportagem sobre o saneamento na Paraíba, relacionada ao governo Solón de Lucena, em 1925. (*Era Nova*, n.º 72, janeiro de 1925). Afirma também, que o dado mais curioso em todos os anos em que foi publicada é que seus editores mantiveram basicamente um mesmo padrão de formato e estilo de capa, além de utilizar as cores negro, magenta, azul, vermelho e amarelo para impressão das fotografias. Também menciona o registro de fotografias publicadas com o processo de tricromia, com alguma semelhança com as fotografias em cor. Tal recurso, para Gozio, indicaria assim a tentativa de aproximar ainda mais a publicação da imagem fotográfica na semelhança com o objeto ou personagem fotografado. A técnica, segundo ele, ainda que utilizada de forma mais rara, aponta para a tentativa de tornar mais atrativa e crível a revista.

Ao caráter literário, noticioso, acrescentaria então à *Era Nova*, o fotográfico, vindo compor um lócus de expressão não somente aos literatas, mas aos fotógrafos, que naquele contexto participavam ativamente da construção do que se constituía como moderno, sendo a própria fotografia signo da modernização, ampliada ainda mais neste aspecto quando incorporada à publicação impressa.

Não se tratava ainda, na maior parte dos casos, de um uso correlato entre o conteúdo do texto escrito publicado e a fotografia que dividia a página com este. Muitas vezes ela é um texto visual completamente autônomo em relação aos textos verbais que a circundam, especialmente no caso de foto-retratos de pessoas e paisagens. Entretanto, há vezes, como aquela observada por Derval Gozio, em que além da correspondência com o tema abordado, a fotografia é a que mais narra, sendo usada numa sequência que registra, como forma de atestar, as reformas urbanas. Esta forma de uso fotográfico, ainda novidade no Brasil do início do século XX, tende a se tornar cada vez mais comum, instaurando outras maneiras de leitura e definindo-se como uma estratégia de sedução do leitor/a, que pouco a pouco torna-se também indispensável para aferir um sentido de realidade e credibilidade ao enunciado.

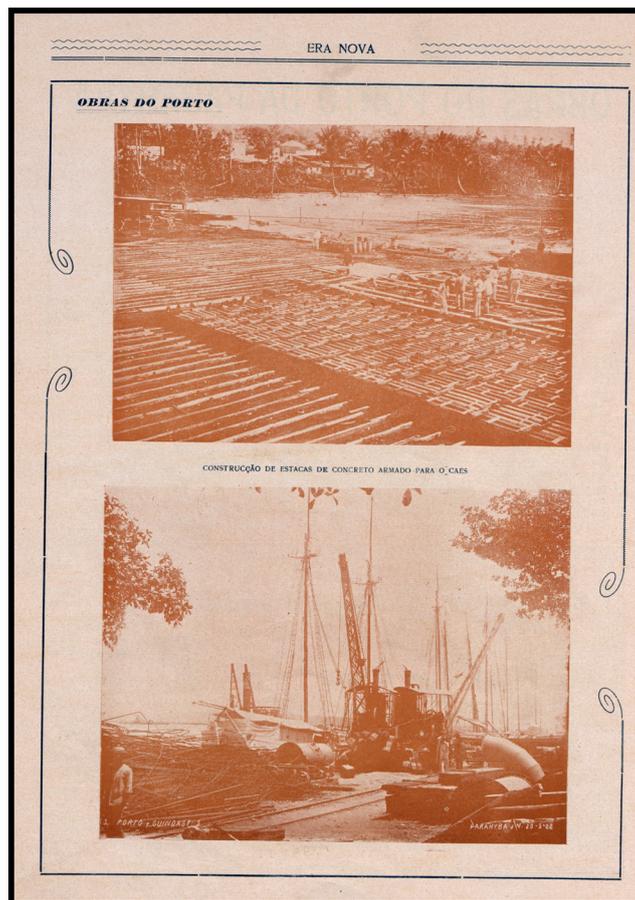


Fig. 4: Exemplo de uso fotográfico como parte de propaganda governamental:
Obra do Cais do Porto de Cabedelo. *Era Nova*, Ed. Especial do Centenário da Independência. 1922/23.
Fonte: Acervo FCJA.

Como coloca Rouillé (2009, p. 128), o jornalismo ocidental no ano de 1920 foi atingido por uma grande mudança, quando os leitores de jornais começam a querer “ver, mais do que ler”, e a “preferir a informação veiculada pela foto àquela veiculada pelo texto”. Observa-se que nas revistas, pelas suas características editoriais e gráficas, isto se dará ainda de forma mais rápida e, possivelmente, explica em grande medida ao sucesso rápido alcançado pelo seu formato. Lido e olhado simultaneamente, como explica o autor, este tipo de periódico ilustrado fotográfico caracterizou, a partir de então, o jornalismo moderno, marcado por uma transformação das relações entre texto e imagem, entre o legível e o visível. Vê-se, pois, ainda que de maneira experimental, que a *Era Nova* se revestiu desta mudança, convidando seus leitores/as à estas novas formas de leitura.

Assinalado este conjunto de características, aqui pretendi apresentar, em linhas gerais, aspectos da história da *Era Nova* e o que penso que seriam as marcas que a inscrevem no circuito das revistas culturais brasileiras que dão corpo e fazem circular o ideário moderno e concepções modernistas de linguagem e expressão. Não bastasse agregar criações literárias, reunir propósitos e opiniões de um grupo de intelectuais que desejava ser lido e interagir com uma rede maior de literatas, contribuindo para visões sobre o moderno, suas relações

com o passado, suas aspirações de progresso e futuro, o faz em sintonia com as mudanças vivenciadas, especialmente na vida cidadina, em que as mulheres ganham o espaço público e se constituem como agentes dessas mudanças. Ali é possível vê-las, lendo, escrevendo, sendo registradas em suas faces, tornadas cada vez mais públicas também pelas fotografias.

Assim, o agenciamento destas mudanças pelo periódico, embora represente os limites de uma sociedade ainda tão resistente a elas, me parece um elemento crucial do novo que emerge com a *Era Nova*. E é preciso ler estas novidades com outros olhos, aqueles ajustados em ângulo pela fotografia, que na página impressa da revista ainda ganha cor, intervenções de recortes, ornamentos, legendas, instituindo práticas de leituras que o século XX exigirá cada vez mais.

Referências

ABRANTES, Alômia. **Imagens de si**: inscrições de corpo e gênero nas imagens da “Era Nova” (1920). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300686204_ARQUIVO_IMAGENSDESI.SNH2011.pdf. Acesso em 05/03/2023.

ARAÚJO, Edna Maria N. MENESES, Joedna R. Tessituras da Modernidade. In: ABRANTES, Alômia. SANTOS NETO, Martinho G.(Orgs.) **Outras Histórias**: Cultura e Poder na Paraíba (1889-1930). João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2010.

ARAÚJO, Fátima. **Paraíba**: Imprensa e Vida. João Pessoa: Grafset, 1986.

BARBOSA, João Batista. **Santa Cruz e o Jornal do Povo**: uma contribuição à história das lutas sociais na Paraíba. João Pessoa: Gráfica Santa Marta, 1985.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa** (Brasil -1800-1900). Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa** (Brasil -1900-2000). Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BURITY, Luiz Mário Dantas. “A vocação das grandes velocidades”: um modernismo na Paraíba através das crônicas e da novela de José Américo de Almeida. Dossiê – Modernismos. **Revista Brasileira de História**, 42 (90), maio, agosto 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/CDvqR9qGbPMTLkVgJpQNCzg/abstract/?lang=pt>. Acesso em 30/02/2023.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: artes de fazer. Trad. Ephraim F. Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. Urbanidade, Modernidade e Cotidiano na Parahyba do início do século XX. In: ABRANTES, Alômia. SANTOS NETO, Martinho G.(Orgs.) **Outras Histórias: Cultura e Poder na Paraíba (1889-1930)**. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2010.

DUTRA, Eliana de Freitas. **Rebeldes literários da República**: História e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005,

GOZIO, Derval Gomes. A reportagem fotográfica e a publicidade governamental: o caso da revista Era Nova, 1925. **Revista Ícone**. PPGC:UFPE. Recife, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/icone/article/view/230658>. Acesso em: 01/03/2023.

IPANEMA, Marcello de. IPANEMA, Cibelle de. **História da Comunicação**. Brasília: Editora da UNB, 1967.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010. P. 111-153.

LUNA, Maria Stella Nunes de. **Moda e modo de ser**: uma leitura do moderno através das capas da Revista Era Nova (PB, 1920). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Centro de Humanidades, UEPB. Guarabira, 2012.

MAIOR, Souto Gilson. **História da Imprensa na Paraíba**: livros e revistas. Campina Grande: ADUEPB, 2023.

MARQUES, Ivan. **Modernismo em revista**: estética e ideologia dos periódicos dos anos 1920. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.

MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tania Regina. **História da Imprensa no Brasil**. (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Eduardo. **A União, jornal e História da Paraíba**: sua evolução gráfica e editorial. João Pessoa: A União, 1978.

MOREL, Marco. BARROS, Mariana Monteiro. **Palavra, imagem e poder**: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEVES, Lúcia Maria B. MOREL, Marco. FERREIRA, Tania Maria B. da C. (Orgs.) **História e Imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A, FAPERJ, 2006.

NUNES, Maria Lúcia da Silva. MACHADO, Charlinton José dos Santos. Sousa, Débia Suênia da Silva. "Ensinar as creanças é o sacerdócio que conduz ao bem": educação, docência e escola no jornal *O Educador*. **Revista Educação e Formação**. PPGE, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, v. 6, n. 1, e1485, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/1485/3530>. Acesso em 05/03/2023.

RIBEIRO, Ana Paula G. FERREIRA, Lucia Maria Alves (Orgs.). **Mídia e Memória**: a produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

Revista Era Nova. Parahyba do Norte, 1921-1926. Acervo da Fundação Casa de José Américo (FCJA).

PEIXOTO, Thayná Cavalcanti. **José Rodrigues da Costa:** Um tipógrafo na cidade da Parahyba (1848-1866). João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora, 2017.

REZENDE, Antonio Paulo. **(Des)Encantos modernos:** Histórias da cidade do Recife na década de vinte. Recife: Fundarpe, 1997.

RODRIGUES, Alzira de Cássia. **Tessituras de uma Era Nova:** a Paraíba em 1920. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História. 2011. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363888362_ARQUIVO_ARTIGOANPUH-TessiturasdeumaEraNova.pdf. Acesso em 10/03/2023.

ROUILLÉ, André. **A fotografia:** entre documento e arte contemporânea. São Paulo: Senac, 2009.

SANTANA, Raquel Alexandre de. **"A dama do sertão":** analisando as relações de gênero a partir da revista Flor de Liz em Cajazeiras nas décadas de 1920- 1930. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, 2013.

SILVA, Alômia Abrantes. **As escritas femininas e os femininos inscritos:** imagens de mulheres na imprensa paraibana dos anos 20. Dissertação de Mestrado. PPGH/UFPE. Recife, 2000.

SODRÉ, Nelson W. **História da Imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

VELLOSO, Monica Pimenta. As distintas retóricas do moderno. in: OLIVEIRA, Cláudia; VELLOSO Monica Pimenta; LINS Vera (Orgs.) **O Moderno em Revistas:** Representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

O PCB e os impasses da Revolução Nacional

Eurelino Coelho¹

Entrego à crítica dos leitores uma reflexão sobre o tema da revolução nacional na estratégia do PCB dos anos 50. Começando por aqui, esbarramos logo em um problema metodológico importante. Entre as formulações gerais de uma linha política, formatadas nas esferas decisórias mais altas, e a atividade cotidiana dos militantes, que são os que fazem o partido acontecer de fato nos espaços sociais concretos, há muitas mediações e seria um erro perigoso se a pesquisa histórica as desprezasse. É preciso dar razão a Gramsci: a história de um partido não se reduz à de seus círculos dirigentes, há mais a investigar do que o conteúdo das definições sobre estratégia e programa ou os embates que levaram àquelas definições.

Dito isso, é forçoso admitir que toda pesquisa avança passo a passo e que um tema pode ser observado a partir de ângulos diferentes. Reconhecer a exigência de uma visão totalizante sobre a história dos partidos, na perspectiva dialética proposta por Gramsci, não significa decretar de antemão a inutilidade de abordagens mais modestas e parciais, desde que elas não deixem de reconhecer estes seus limites. Ao ajustar o foco para a estratégia do PCB e, nela, para o tópico específico da questão nacional, não pretendo mais do que dar um passo num terreno enorme, complexo e já mapeado por grandes investigações que me precederam. Se for bem-sucedido, este passo pode conduzir a uma posição a partir da qual algumas sutilezas se tornem mais visíveis. Neste caso, estamos tratando de um tema estreitamente ligado a um dos mais instigantes problemas com que se ocuparam intelectuais marxistas no Brasil, isto é, os caminhos do desenvolvimento do capitalismo aqui.

Tal como a entendem os comunistas, a questão nacional diz respeito à configuração do Estado nacional e às contradições sociais que nele se expressam como relações de poder em países postos em posição subalterna pela colonização e pelo imperialismo. Significa dizer que a assim chamada questão nacional possui uma dimensão internacional que lhe é intrínseca.

1 Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana, coordenador do Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais - LABELU.

A formulação de uma estratégia revolucionária adequada para tais países, requeria um programa de estudos que subsidiasse o conhecimento daquelas formações sociais, e Marx não havia dedicado a isso mais do que umas poucas linhas. A tarefa foi assumida pelos partidos comunistas, que tinham posição dominante no campo marxista, mas também por intelectuais e organizações marxistas que a eles se opunham e que produziram críticas e interpretações alternativas. No Brasil, a despeito de importantes estudos com bases empíricas sólidas, a maior parte do debate se manteve no nível teórico, exatamente o que foi mais impactado pela circulação das teses pecebistas que queremos examinar.

Como em caminhadas comuns, quando a cada passo precisamos erguer o pé, deslocá-lo no ar e finalmente reassentá-lo no solo, o pequeno passo que daremos aqui se compõe de três movimentos. Primeiro esboçaremos as sutilezas que queremos destacar, localizando-as no debate mais geral dos comunistas sobre a questão nacional. Os dois movimentos seguintes correspondem à observação do que há de significativo, do ponto de vista do que foi destacado, nas duas posições diferentes assumidas sucessivamente pelos comunistas brasileiros sobre o tema na década de 50.

As referências internacionais do debate comunista sobre revolução nacional

Partidos comunistas são entes históricos nacionais, mas suas histórias não estão completas sem levar em consideração fatores internacionais que interferem em várias dimensões de sua existência, especialmente nas definições programáticas mais gerais. A referência primária das definições programáticas dos partidos comunistas a respeito da questão nacional é a resolução aprovada no II Congresso da Internacional Comunista, em 1920. Após um debate acirrado entre delegados de vários países a plenária aprovou, na verdade, dois documentos que haviam sido elaborados e aprovados unanimemente por uma comissão com membros de vários países: as *Teses sobre a Questão Nacional e Colonial*, escritas por Lenin, e as *Teses Suplementares sobre a Questão Nacional e Colonial*, cujo autor era o indiano Manabendra Nath Roy.² Alguns desencontros entre aqueles textos foram apontados em intervenções duras no plenário, mas o próprio Lenin, no *Informe* que apresentou aos congressistas no início da discussão do tema, valorizou o consenso construído na comissão e expresso em ambos os documentos a respeito dos pontos cruciais, alguns dos quais merecem atenção aqui. Em primeiro lugar, apontado por Lenin como o ponto mais importante, está o reconhecimento da existência de relações de opressão entre países, levando a distinguir entre os países imperialistas (ou nações opressoras) e as nações oprimidas, colônias e semicolônias também chamadas de “dependentes”.

2 A edição inglesa de 1977 dos anais do Congresso (*Second Congress of the Communist International. Minutes of the Proceedings. Volume one and two. Trad. Bob Archer. Londres, New Park, 1977*), incluindo ambas as Teses, o Informe de Lenin, mencionado a seguir, e as intervenções dos delegados durante o debate está disponível em <https://www.marxists.org/history/international/comintern/2nd-congress/htm>. Acesso em 03/01/2023.

As lutas de libertação nacional e anti-imperialistas nos países “atrasados”, de maioria camponesa, teriam caráter democrático-burguês, mas as duas teses convergem quanto à necessidade de distinguir, nos países coloniais e dependentes, os movimentos nacional-revolucionários, que deveriam ser apoiados pelos comunistas, dos movimentos reformistas caracterizados genericamente como democrático-burgueses. Este é o segundo ponto a destacar, o reconhecimento de que certo grau de “entendimento” existe entre as burguesias imperialistas e as burguesias dos países explorados que quase nunca hesitam em atacar qualquer movimento revolucionário. Em consequência, os comunistas somente apoiarão movimentos democrático-burgueses que assumam caráter revolucionário e que permitam não apenas a organização independente dos comunistas, mas também o trabalho de organização revolucionária do campesinato através da construção de conselhos (soviets).

O terceiro ponto apontado como consensual por Lenin que merece nossa atenção é a rejeição explícita da ideia de que o desenvolvimento econômico capitalista seria um “estágio necessário” para os países que estão em luta por sua libertação. Ao contrário, com assistência do Estado Soviético “com todos os meios de que dispuser”, propaganda massiva do proletariado revolucionário vitorioso e

com o apoio do proletariado dos países avançados, os países atrasados podem chegar à organização através de soviets e, através de uma série de etapas, até mesmo evitando o sistema capitalista, podem chegar ao comunismo.³

A rigor, Lenin endossava em seu informe uma ideia que aparece apenas no texto redigido por Roy. O papel da Internacional seria fazer com que a consciência de classe nascida do engajamento revolucionário de proletários e camponeses na luta contra a dominação colonial e imperialista “seja direcionada para a derrubada do capitalismo estrangeiro”, o que implica no confronto com as políticas democrático-burguesas reformistas. Por esta via, “as massas populares nos países atrasados serão ganhas para o comunismo não pelo desenvolvimento capitalista, mas pelo desenvolvimento da consciência de classe sob a liderança do proletariado dos países avançados.”⁴

É também no texto escrito por Roy que encontramos uma tese que se tornaria pedra fundamental da abordagem da questão nacional pelos comunistas ao longo do século, e um dos mais sérios pontos de discórdia: a constatação de que a dominação colonial e imperialista “impediu o desenvolvimento econômico e social [dos países dependentes] e tirou deles a oportunidade de alcançar o nível de desenvolvimento atingido na Europa e Estados Unidos.”⁵

3 LENIN, V. I. **Report on National and Colonial Question**. Disponível em <https://www.marxists.org/history/international/comintern/2nd-congress/ch04.htm>, acessado em 04/01/2023.

4 **Supplementary Theses on the National and Colonial Question**. Disponível em <https://www.marxists.org/history/international/comintern/2nd-congress/ch04.htm#v1-p115>, acessado em 05/01/2023.

5 **Supplementary Theses on the National and Colonial Question**. Disponível em <https://www.marxists.org/history/international/comintern/2nd-congress/ch04.htm#v1-p115>, acessado em 05/01/2023.

Uma das derivações desta tese que não contaria com a simpatia dos partidos comunistas nas décadas seguintes era que, de acordo com o texto, ambas as pontas da relação são afetadas pela dinâmica que realiza, nos países opressores, acumulação, e nas colônias e países dependentes, exploração. Uma dialética, portanto, que no futuro viria a ser estudada a fundo por intelectuais marxistas críticos dos partidos comunistas estalinistas. Bens de consumo produzidos pelo trabalho barato nas colônias permitiam reduzir o custo da força de trabalho nos países imperialistas, enquanto os superlucros obtidos nos negócios coloniais bancavam a corrupção da aristocracia operária, fator essencial na desmobilização da classe trabalhadora dos países opressores. Sem os domínios coloniais um país como a Inglaterra não poderia impedir o colapso da ordem capitalista, mas o reverso da medalha também vale: “A classe operária europeia só terá sucesso na derrubada da ordem capitalista quando aquela fonte [de superlucros] estiver definitivamente interrompida.” As lutas acontecem simultânea e articuladamente nos dois espaços descritos por Lenin (países opressores e oprimidos) e envolvem as forças revolucionárias que atuam em ambos: “A colaboração entre essas duas forças é necessária para o completo sucesso da revolução mundial.”⁶

O tema voltaria a figurar com destaque na pauta do VI Congresso, em 1928. Mudanças muito importantes vinham se acumulando na Internacional em fina sintonia com os desdobramentos internacionais da luta interna no partido russo, que ficava cada vez mais acirrada desde a morte de Lenin e que, no momento do congresso, evoluíra para a derrota da “oposição unificada” (grupos liderados por Trotsky, Zinoviev e Kamenev) diante do bloco chefiado por Stalin e Bukhárin. Ao deslocamento na correlação de forças correspondia, evidentemente, a reformulação da linha política em vários pontos: a adoção, já no V Congresso (1924), da tese do “socialismo num só país”, a avaliação pessimista da estratégia de frente única, adotada em 1921, e sua substituição pela política de “classe contra classe” e a caracterização do chamado “terceiro período” da revolução na Europa, no VI Congresso, foram, provavelmente, as alterações mais impactantes. O problema da “questão nacional” não tinha como escapar da zona de conflito. A discussão foi longa, estendendo-se por várias sessões, abrangeu um amplo espectro de temas que foram abordados em perspectivas significativamente diferenciadas e foi muito acirrada, com participação ativa de delegados de partidos asiáticos e sul-americanos.

O texto base foram as *Teses sobre o Movimento Revolucionário nas Colônias e Semi-colônias*, escritas por Otto Kuusinen, do partido russo, e seu parágrafo inicial afirmava que as teses aprovadas no II Congresso conservavam plena validade mas, sintomaticamente, se referia abertamente apenas àquelas que foram escritas por Lenin. Com efeito, Roy estava entre os que caíam em desgraça diante dos novos chefes e terminaria expulso da Internacional alguns meses depois do congresso, condenado ao fim de um processo em que o principal acusador foi o próprio Kuusinen. Roy chegou a elaborar o esboço de uma tese sobre o tema

6 **Supplementary Theses on the National and Colonial Question.** Disponível em <https://www.marxists.org/history/international/comintern/2nd-congress/ch04.htm#v1-p115>, acessado em 05/01/2023

voltada para o caso específico da Índia mas, ausente do congresso por razões de saúde, não teve oportunidade de defendê-la perante os representantes dos partidos comunistas de dezenas de países. No entanto, a ausência dele e a não circulação oficial de sua tese no congresso não impediu que algumas de suas ideias fossem esgrimidas vigorosamente nas discussões, polarizando a oposição ao texto base. Uma rápida olhadela em algumas dessas polêmicas nos dá uma amostra significativa não somente do que causava dissenso, mas também do que mantinha ligadas às posições divergentes.

Em seu longo e fundamentado esboço, Roy descrevia uma mudança importante na relação entre a Índia colonial e a metrópole inglesa, processo que ele nomeou recorrendo a um termo que complicou muito a discussão de sua tese e que ele mesmo depois reconheceu ter sido uma escolha infeliz: “descolonização”. Assumindo os riscos inerentes a toda simplificação de um pensamento sofisticado, seu argumento central pode ser resumido assim: novas condições de competição interimperialista após a guerra mundial, que ele examina detidamente, teriam forçado a Inglaterra não só a remover os entraves à industrialização de sua principal colônia mas a criar condições favoráveis ao crescimento de vários setores industriais subordinados ao capital financeiro inglês; alteravam-se, assim, tanto o modo de exploração imperialista, que agora se apropriaria do excedente colonial na forma de cotas privilegiadas da mais-valia produzida localmente, quanto as relações políticas entre a potência exploradora e a burguesia indígena: “A burguesia indiana, ao invés de ser mantida na condição de potencial rival, teria garantida sua parceria no desenvolvimento econômico do país sob hegemonia do imperialismo.” (ROY, 1990, p. 87) A essa parceria, que era “tudo o que a burguesia indiana desejava” (ROY, 1990, p. 90), correspondiam a interesses políticos que implicavam no cancelamento de qualquer perspectiva de eventual mobilização revolucionária da burguesia nacional na luta contra o imperialismo e contra os grandes latifundiários, aliados de primeira linha da potência colonial. Essas lutas imprescindíveis teriam de ser feitas não somente sem a burguesia, mas contra ela, a luta antiimperialista se desenvolverá como luta de classes e sua vitória, que significa a derrota da burguesia, não leva à construção de uma “hipócrita democracia burguesa” (ROY, 1990, p. 96), máscara da ditadura da propriedade privada, mas de uma democracia superior, das classes populares (campepinato, pequena-burguesia) hegemônicas pelo proletariado.

A abordagem desenvolvida na tese que foi aprovada no Congresso era muito diferente. Ficava liminarmente excluída a hipótese de desbloqueio do desenvolvimento industrial na Índia ou nos demais países coloniais ou dependentes, já que “as formas coloniais específicas de exploração capitalista realizadas pelas burguesias britânica, francesa ou qualquer outra, *travam* ao fim e ao cabo, o desenvolvimento das forças produtivas das respectivas colônias.”⁷ Era, assim, cancelada a possibilidade de estudar a fundo a tessitura de vínculos de tipo novo entre as burguesias locais e o imperialismo e o impacto dessas mudanças sobre a luta

7 Tesis sobre el movimiento revolucionario en las colonias y semicolonias. **VI Congreso de la Internacional Comunista**. Primera parte. Tesis, manifiestos y resoluciones. Trad. María Teresa Poyrazián e Nora Rosenfeld de Pasternac. México, Pasado y Presente, 1977, p. 197-8. (itálico no original).

revolucionária. A traição das burguesias coloniais a todas as iniciativas antiimperialistas revolucionárias era reconhecida e, conseqüentemente, o fato de que o protagonismo naquelas frentes de combate teria de recair sobre o proletariado, que deveria ser a força hegemônica, e o campesinato dos países coloniais e dependentes. Contudo, a burguesia local não deveria ser vista como um bloco coeso, mas ambíguo e politicamente oscilante entre os interesses de seus segmentos mais conectados ao imperialismo e daqueles outros, voltados para o mercado interno: “A independência do país perante o imperialismo, que corresponde aos interesses do povo do país colonial, também corresponde aos interesses da burguesia nacional”⁸. Essa burguesia somente viria a capitular totalmente diante do imperialismo quando defrontada com a emergência do movimento revolucionário. A estratégia comunista, por isso, teria que evitar dois erros fatais: a “incompreensão da diferença entre as orientações nacional-reformista e nacional-revolucionária” que “pode levar a uma política de seguidismo da burguesia”, e o “menosprezo da diferença fundamental que possui o nacionalismo reformista burguês diante do campo feudal-imperialista” que “pode levar a uma política sectária, de isolamento dos comunistas das massas laboriosas”.⁹ Libertação nacional e “revolução agrária” eram os eixos fundamentais da revolução democrático-burguesa nos países coloniais e dependentes.

Malgrado as significativas divergências, que ainda encontravam algum espaço para serem expressas e debatidas nos fóruns comunistas, não podem ser negligenciados os pontos de consenso entre as duas perspectivas. Os principais eram o caráter revolucionário da estratégia de combate ao imperialismo e a hegemonia do proletariado no interior de um bloco com as classes trabalhadoras (campesinato e pequena-burguesia) como condição necessária para aquela revolução. Um terceiro ponto comum era a exclusão de qualquer aliança duradoura com o nacionalismo reformista burguês, seja por compreender sua aversão a qualquer agitação revolucionária, seja por duvidar da própria viabilidade histórica de movimentos com este caráter. Juntos, esses tópicos garantiam um patamar comum sobre o qual se moviam todas as divergências entre comunistas a respeito do problema da revolução dos países coloniais e dependentes. No entanto, o isolamento de Roy, já evidente por ocasião do VI Congresso, era mais um indicador de que o movimento comunista estrangulava cada vez mais o debate interno e dava ao grupo dirigente o controle absoluto sobre as definições estratégicas. E foi num ambiente quimicamente imunizado contra críticas e divergências internas que foram desmontados os eixos da estratégia da revolução nos países coloniais e dependentes.

8 Tesis sobre el movimiento revolucionario en las colonias y semicolonias. **VI Congreso de la Internacional Comunista. Primera parte. Tesis, manifiestos y resoluciones.** Trad. María Teresa Poyrazián e Nora Rosenfeld de Pasternac. México, Pasado y Presente, 1977, p. 208.

9 Tesis sobre el movimiento revolucionario en las colonias y semicolonias. **VI Congreso de la Internacional Comunista. Primera parte. Tesis, manifiestos y resoluciones.** Trad. María Teresa Poyrazián e Nora Rosenfeld de Pasternac. México, Pasado y Presente, 1977, p. 210.

No dia 15 de maio de 1943, o Comitê Executivo da Internacional enviou a todos os partidos comunistas do mundo a declaração de dissolução da Internacional Comunista. As palavras “revolução” e “imperialismo” não aparecem uma vez sequer ao longo de todo o texto e a Internacional é apresentada como o centro mundial de “organizações operárias”, sem qualquer especificação.¹⁰ Stalin, que não fazia parte do Comitê, não é signatário deste documento, mas vieram dele várias contribuições decisivas para a obra de demolição. Numa entrevista concedida em 1947 ao político republicano estadunidense Harold Stassen e publicada no *The New York Times*, ele se declara favorável à “cooperação” entre a União Soviética e os Estados Unidos, a despeito de serem “sistemas econômicos” diferentes: “Deve-se respeitar os sistemas que foram escolhidos pelo povo, e se o sistema é bom ou ruim é problema do povo Americano. Para cooperar não é necessário que seja o mesmo sistema.”¹¹ Em 1951, numa entrevista publicada pelo *Pravda*, Stalin reafirma a possibilidade da paz mundial uma vez que, embora existam “forças agressivas”, “bilionários e milionários” que necessitam da guerra para “obter superlucros, pilhar outros países”, eles podem ser contidos se prevalecer a vontade da maioria, que é de paz.¹² Muitas outras evidências poderiam ser acrescentadas, mas o que temos deve ser suficiente para justificar a pergunta sobre o que acontecia com a luta contra o imperialismo quando o governo da URSS se dispunha a colaborar com os Estados Unidos e a respeitar o “sistema econômico” que tinha sido “escolhido pelo povo”, isto é, o capitalismo imperialista, e quando a pilhagem dos países coloniais e dependentes deixa de ser considerada como a característica essencial do período imperialista e passa a ser vista como uma opção de grupos minoritários que poderia ser revertida pela vontade de paz da maioria.

Por isso, não deveria causar estranhamento a sistematização desta nova linha política dos comunistas que foi publicizada pelo sucessor de Stalin, Nikita Khrushchev. No mesmo XX Congresso do Partido Comunista da URSS em que foi apresentado o relatório secreto denunciando os crimes de Stalin, Khrushchev foi responsável pelo Informe do Comitê Central aos delegados. É um documento muito menos famoso, talvez porque seu conteúdo não causasse estranheza nos meios comunistas, mas muito mais interessante como exposição da orientação política prevalescente no partido. Lá está a reiteração do compromisso dos comunistas com a coexistência pacífica com os países imperialistas, tal como ensinara Stalin e, logo abaixo, uma resposta enfática para uma pergunta incômoda, a questão de saber “se é possível chegar ao socialismo empregando por meio do parlamento”.

A conquista de uma maioria parlamentar estável sustentada por um movimento revolucionário de massas do proletariado e demais classes trabalhadoras pode

10 **Dissolution of the Communist International.** Disponível em www.marxists.org/history/international/comintern/dissolution.htm

11 **Transcript of the Interview between Stalin and Stassen on World Cooperation.** *The New York Times*, 4/05/1947. Disponível em <https://www.nytimes.com/1947/05/04/archives/transcript-of-interview-between-stalin-and-stassen-on-world.html>, acessado em 01/02/2023.

12 **When is war not inevitable.** Entrevista ao *Pravda*, 16/02/51, disponível em www.marxists.org/reference/archive/stalin/works/1951/02/16.htm

criar para a classe trabalhadora de vários países capitalistas e ex-colônias as condições necessárias para assegurar mudanças sociais fundamentais.¹³

Nem todos os comunistas aceitaram dar mais esses passos na estrada que vinham percorrendo juntos. No mundo todo houve cisões, expulsões, afastamentos de militantes que atribuíam a Krushev a pecha de revisionista e proclamavam sua lealdade à memória de Stálin, fechando os olhos para as linhas de continuidade entre as políticas de ambos. Para os que permaneceram alinhados a Moscou, no entanto, essa continuidade era perfeitamente nítida e era em nome dela que eles prosseguiram. A abordagem da questão nacional nos anos 50 pelos comunistas brasileiros acontecia num contexto fortemente perturbado por esses acontecimentos.

Comunistas em crise: a questão nacional e o PCB nos anos 50

Diógenes Arruda, João Amazonas, Maurício Grabois e Sergio Holmos foram afastados da direção do PCB em 1957. Era o ponto crítico de uma mudança importante já sinalizada num artigo assinado por Prestes que havia circulado alguns meses antes.¹⁴ Por nove anos, aqueles homens haviam constituído o “núcleo dirigente” do partido e, sob a direção granítica do primeiro, foram executores fiéis da linha política traçada no contexto do retorno à ilegalidade e da cassação dos mandatos parlamentares dos comunistas. O Manifesto de Agosto, de 1950, tinha sido o documento de referência daquela política que, agora, estava para ser considerada como desvio esquerdista e, junto com os dirigentes, excluída. O PCB vivia mais uma guinada tática.

Era pressionado a isto, de um lado, pelos desdobramentos das denúncias contra Stalin feitas no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética por Nikita Krushev, em fevereiro de 1956. O grupo de Arruda, muito a contragosto, teve de abrir algum espaço para as discussões, o que tornou evidente a necessidade de um acerto de contas com as formulações programáticas anteriores, profundamente comprometidas pela lealdade incondicional a Stalin. O próprio Comitê Central confessa, contrito, sua culpa: “infringimos os princípios do marxismo (...) ao deixar de apreciar com espírito crítico tudo que provinha de Stalin, do PC da URSS e da URSS”¹⁵. O pequeno espaço de discussão foi rapidamente fechado, no interior do partido, por certas medidas de força, dentre as quais a famosa “carta rolha” de Prestes,

13 KHRUSCHEV, N. Some fundamental questions of present-day international development. In: KRUSCHEV, N. **On Peaceful Co-existence**. Moscou, Foreign Languages Publishing House, 1961, p. 14. Disponível em <https://www.marxists.org/archive/khrushchev/khrushchevonpeacefulcoexistence.pdf>, acessado em 02/02/2023.

14 O artigo intitula-se “Forjar a mais Ampla Frente Nacional em Defesa da Paz, da Liberdade e Contra o Imperialismo” e é referido por FALCÃO, Frederico José. **Os Homens do Passo Certo**. São Paulo, José Luiz e Rosa Sundermann, 2012, p. 126 ss. As resoluções do IV Congresso do PCB, de 1954, confirmaram a política já aprovada pela direção do partido anos antes.

15 Imprensa Popular, 19/10/1956, *apud* KONDER, Leandro. **A Democracia e os Comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro, Graal, 1980, p. 103.

em novembro de 1956.¹⁶ Quando chegou a hora, nem mesmo o ato de contrição impediu que a direção do partido perseguisse e expulsasse os responsáveis por alguns dos questionamentos mais incômodos – que ficaram conhecidos como “grupo renovador”.¹⁷ Foi o último serviço prestado por Arruda e seus companheiros de núcleo dirigente, antes da queda. Nada disso podia impedir, porém, que os efeitos devastadores do relatório Kruschew continuassem a se propagar descontroladamente, dentro e fora das fileiras partidárias. Um dos canais que se mantiveram abertos ainda por algum tempo foi a revista *Novos Tempos*, uma iniciativa que congregava pecebistas do grupo “renovador” e outros comunistas que viam com boas expectativas a crise no PCB.

Por outro lado, a linha política oficial do PCB era questionada num outro aspecto que, por envolver a questão nacional, nos interessa ainda mais diretamente. Os documentos programáticos posteriores a 1948 eram unânimes quanto à constatação da indigência do desenvolvimento das forças produtivas no Brasil devido ao bloqueio imperialista. Em maio de 1949, em seu informe político ao Comitê Central, Prestes apresentou a seguinte avaliação:

O que é certo é que se acentua cada vez mais o processo de colonização do Brasil, aumenta dia a dia sua situação de dependência econômica, política e militar frente ao império norte-americano (...).

Desse processo de colonização, de penetração crescente do capital ianque, que se faz com conservação dos restos feudais, a conservação no país de uma estrutura econômico-social arcaica e decadente, que entrava de maneira violenta o desenvolvimento das forças de produção, é que decorre a agravação crescente da situação das massas trabalhadoras e sua consequente radicalização.¹⁸

O tom é ainda mais lúgubre no célebre Manifesto de Agosto:

A dominação imperialista assume, dia a dia, em nossa terra, aspectos mais violentos e sombrios. Marchamos no caminho da escravidão colonial e da perda total de nossa soberania nacional. (...)

E dessa forma agravam-se todas as causas da miséria e do atraso em que se debate o nosso povo e que estão fundamentalmente na estrutura arcaica de nossa economia, na miséria da renda nacional, nos restos feudais e no monopólio da terra que impedem a ampliação do mercado interno e o desenvolvimento da indústria nacional¹⁹.

16 Cf. FALCÃO, 2012., p. 219 ss.

17 Cf. SANTOS, 1988.

18 PRESTES, L. C. Informe político ao Comitê Nacional do PCB. In: CARONE, Edgard. **O PCB**, vol 2. São Paulo, Difel, 1982, p. 90.

19 Foi publicado no jornal *A Voz Operária*, em 19 de agosto de 1950. Cito a partir da cópia eletrônica disponibilizada pela Fundação Dinardo Reis. PRESTES, Luiz Carlos. *Prestes Aponta aos Brasileiros o Caminho da Libertação (Manifesto de Agosto)*. https://docs.google.com/file/d/0B8_gvWjrwU3ZQ1hkU2VNZUdfTGc/edit?usp=drive_web&pli=1, acesso em 22/09/2013.

Ora, os fatos, que eram ainda mais eloquentes do que Prestes, não lhe davam razão. A realidade com a qual cotidianamente se defrontavam os militantes comunistas era absolutamente incompatível com a tese do desenvolvimento bloqueado. O conjunto da economia cresceu, entre 1948 e 1958, em média, 7,2% ao ano, um desempenho impressionante. O papel da indústria neste crescimento foi decisivo: no mesmo período, o setor industrial aumentou sua participação na renda nacional de 24,9% para 32,2%, enquanto a agropecuária caía de 23,4% para 19%.²⁰ O desenvolvimento industrial que o PCB não conseguia ver era, no entanto, alardeado em triunfo pelo nacionalismo burguês que exibia seus troféus: em 1941 entrava em funcionamento a Companhia Siderúrgica Nacional e em 1953 era inaugurada a Petrobras.

A vida mudava rapidamente naqueles anos. A população crescia e acorria em massa para as cidades: 45% dos brasileiros moravam nos centros urbanos em 1960, contra 36% dez anos antes. As cidades eram o lar de um jovem e robusto proletariado que se impunha decisiva e definitivamente no cenário político nacional. Vargas, ao reconhecer, inclusive na forma de leis, uma pauta significativa de direitos trabalhistas, deixava claro que ninguém mais poderia pensar em tocar a política nacional sem levar em consideração – de algum modo – aqueles trabalhadores²¹. O Estado brasileiro, tanto por suas formas institucionais quanto por seu conteúdo de classe, havia se modificado substantivamente, mas isso também era ignorado pelo PCB: o segundo governo Vargas é visto, em dezembro de 1953, como “regime de latifundiários e grandes capitalistas ligados ao imperialismo” que servem ao propósito de “impedir o progresso do Brasil” e “condenam a maioria da nação à miséria e à escravidão e o próprio país ao estancamento, ao atraso crescente e à decomposição.”²²

Vê-se que o desencontro da “lógica partidária oficial, daquilo que constava nos documentos”, constatado por Marco Aurélio Santana no âmbito sindical, refletia a apreciação feita pelo partido sobre a realidade brasileira como um todo.²³ Certo, a força daquelas evidências socioeconômicas fez com que a tese do desenvolvimento bloqueado aparecesse nuançada já na resolução do IV Congresso, em 1955: a “dupla opressão, dos imperialistas e dos restos feudais” é responsável por “**retardar** o desenvolvimento do capitalismo no Brasil”. E, logo a seguir: “No entanto, no correr do século XX desenvolveu-se no país a indústria nacional

20 Os dados foram obtidos nas séries históricas disponibilizadas pelo IBGE em seu portal eletrônico: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/default.aspx>, acesso em 22/09/2013.

21 O crescimento da pesquisa histórica mais recente sobre política e movimento operário a partir dos anos 40 tem aberto perspectivas novas ao rever a problemática da manipulação ou controle da classe trabalhadora a partir dos significados que as experiências de luta por direitos assumiram para os próprios trabalhadores. Dentre várias obras significativas vale mencionar, por sua influência: GOMES, Angela de Castro. **A Invenção do Trabalho**. 3ª Ed., Rio de Janeiro, FGV, 2005; FORTES, Alexandre et. AL. **Na Luta por Direitos**. Estudos recentes em História Social do Trabalho. Campinas, UNICAMP, 1999.

22 Projeto de programa. In: CARONE, 1982, p. 114.

23 SANTANA, Marco Aurélio. **Homens Partidos**. Comunistas e sindicatos no Brasil. Rio de Janeiro, UNIRIO – São Paulo, Boitempo, 2001, p. 72. A tese de Santana, como se sabe, é a de que a militância concreta dos comunistas no movimento operário os fez seguir por caminhos que aqueles documentos oficiais nunca previram.

e surgiu a burguesia brasileira como nova classe social, em boa parte ligada aos latifundiários e dependente dos bancos estrangeiros.”²⁴ Mas, de fato, o PCB só desistiu oficialmente de tapar o sol com a peneira no documento que marcaria a virada para a nova linha política.

Comunistas pelo desenvolvimento capitalista

A guinada tática que o expurgo de 1957 demarcou ganharia sua formulação própria com a aprovação pelo Comitê Central, em março de 1958, da “Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro”. O documento havia sido escrito por uma comissão secreta constituída por Mario Alves, Giocondo Dias, Jacob Gorender, Alberto Passos Guimarães e Armênio Guedes e foi apresentado por Prestes como substitutivo ao documento elaborado pela comissão oficial, que tinha sido criada pelo próprio Comitê Central na mesma reunião em que Arruda e seus companheiros caíram em desgraça.

No que diz respeito à questão nacional, a Declaração de Março era particularmente inovadora, para os padrões do PCB. Em plena aceleração dos anos JK, o PCB finalmente se convencia de que, a despeito do latifúndio com suas relações “precapitalistas de trabalho” e da “dependência da economia nacional em relação ao estrangeiro”, o capitalismo se desenvolvia no Brasil:

Nos quadros dessa estrutura atrasada, foi-se processando um desenvolvimento capitalista nacional, que constitui o elemento progressista por excelência da economia brasileira. Este **desenvolvimento inelutável do capitalismo consiste no incremento das forças produtivas e na expansão, na base material, de novas relações de produção, mais avançadas.** (...) O desenvolvimento capitalista nacional já trouxe resultados que modificaram sensivelmente a vida econômica e social do país.²⁵

Segundo a nova linha política, o imperialismo não era mais considerado como um impedimento ao desenvolvimento do capitalismo e sim, ao lado do latifúndio, como um dos “fatores negativos que determinam as características do Brasil como país subdesenvolvido”.²⁶ O documento dava passos na direção de interpretar, nessa nova perspectiva, as formas pelas quais o imperialismo afetava negativamente o desenvolvimento da nação:

A exploração imperialista impõe pesado tributo à nação, transferindo para o exterior considerável parte do valor criado pelos trabalhadores brasileiros, o que reduz, em consequência, a taxa de acumulação capitalista no país, diminui o ritmo do seu progresso e influi no baixo nível de vida da sua população.

24 IV Congresso do PCB. In: CARONE, 1982, p. 126, grifo meu.

25 Declaração Sobre a Política do Partido Comunista do Brasil. In: NOGUEIRA, 1980, p. 4, grifos meus.

26 NOGUEIRA, 1980, p. 5.

A independência política do Brasil sofre sérias restrições em virtude da situação de dependência econômica. **À medida que a nação se desenvolve, aguça-se o seu antagonismo com o imperialismo norte-americano.**²⁷

Eis a questão nacional tal como formulada pela Declaração de Março: a nação se desenvolve graças ao capitalismo mas, nesse desenvolvimento, defronta-se com o imperialismo (e o latifúndio) como antagonista. O PCB mostrava otimismo diante deste confronto:

Enquanto altera a velha estrutura econômica e cria uma nova e mais avançada, o desenvolvimento capitalista nacional entra em conflito com a exploração imperialista e a estrutura tradicional arcaica em decomposição. Este desenvolvimento se processa através de contradições, de avanços e recuos, mas é a tendência que abre caminho e se fortalece.²⁸

O otimismo do documento transparecia, também, na análise das forças sociais e de seus interesses diante dos “interesses gerais da nação”. De um lado, os imperialistas e seus aliados, “setores de latifundiários e setores da burguesia”. Do outro lado, “forças muito amplas” – a rigor, quase a sociedade inteira, convidados para a “frente única”:

o “proletariado, lutador mais consequente pelos interesses gerais da nação; os camponeses, interessados em liquidar uma estrutura retrógrada (...); a pequena burguesia urbana, que não pode expandir suas atividades em virtude dos fatores de atraso do país; a burguesia, interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia nacional; os setores de latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano, derivadas da disputa em torno dos preços dos produtos de exportação, da concorrência no mercado externo ou da ação extorsiva de firmas norte-americanas e de seus agentes no mercado interno; os grupos da burguesia ligados a monopólios imperialistas rivais dos monopólios dos Estados Unidos”.²⁹

Mudava também a visão sobre o Estado, que deixava de ser considerado, como em 1953, um “regime de latifundiários e grandes capitalistas ligados ao imperialismo americano”³⁰ e assumia uma característica nova:

O Estado brasileiro atualmente representa os interesses dos latifundiários, dos setores de capitalistas ligados ao imperialismo, particularmente ao norte-americano, e **também da burguesia interessada no desenvolvimento**

27 NOGUEIRA, 1980, p. 6, grifo meu.

28 NOGUEIRA, 1980, p. 8.

29 NOGUEIRA, 1980, p. 14.

30 Projeto de programa. In: CARONE, 1982, p. 116.

independente da economia nacional. Daí surgem contradições e tipos diversos de compromisso de classe no seio do próprio Estado.³¹

Depois de analisar nesses termos a correlação de forças na sociedade brasileira, não surpreende que a Declaração proclame a

possibilidade real de conduzir, por formas e meios pacíficos, a revolução antiimperialista e antifeudal. Nestas condições, este caminho é o que convém à classe operária e a toda a nação. Como representantes da classe operária e patriotas, os comunistas, tanto quanto deles dependa, tudo farão para transformar aquela possibilidade em realidade.³²

Estão postos os elementos definidores do caráter da revolução no Brasil, segundo o PCB: “antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática”. A questão nacional é equacionada nos termos das necessidades de acumulação de capital, sem meias palavras: **“Nas condições presentes de nosso país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo”**. Não que inexista contradição entre o proletariado e a burguesia “que se expressa nas várias formas da luta de classes entre operários e capitalistas. Mas esta contradição não exige uma solução radical na etapa atual.” Nas condições atuais **“a contradição entre a nação em desenvolvimento e o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos tornou-se a contradição principal na sociedade brasileira”**.³³

Muitos autores sublinham o caráter inovador das formulações propostas pela Declaração de Março, alguns até com certo exagero.³⁴ Nem todos, é bom que se diga, viram com simpatia as mudanças. Foi o caso dos comunistas ligados ao velho núcleo dirigente que se opuseram à nova linha, considerada “oportunismo de direita” e, como tal, um desvio a ser combatido.³⁵ Derrotados na luta interna, viram a linha da Declaração de Março ser consagrada pelo V Congresso do PCB, em 1960, e um ano depois, quando o novo núcleo dirigente mudou o nome da organização para Partido Comunista *Brasileiro*, partiram para organizar o PCdoB. Sua atitude é mais um indicador de que algo mudara. Tratava-se, evidentemente, de uma nova linha política. No entanto, é conveniente não superestimar o alcance das mudanças.

Conquanto reais e bastante rumorosas, as inovações programáticas do final dos anos 50, inclusive a formulação da questão nacional, se mantiveram dentro dos limites estratégicos

31 Declaração Sobre a Política do Partido Comunista do Brasil (CARONE, 1982, p. 8). Esta caracterização do Estado é a base da política do PCB diante do governo Juscelino, visto como resultado de um compromisso frágil entre um setor pró-imperialista (“entreguista”) e outro “nacionalista burguês”. (CARONE, 1982, p. 6-7).

32 CARONE, 1982, p. 22.

33 CARONE, 1982, p. 13, grifos meus.

34 Dentre muitos que poderiam ser citados cf. SEGATTO, José Antonio. **Breve História do PCB**. São Paulo, Ciências Humanas, 1981; REIS FILHO, Daniel Aarão. Entre a reforma e a revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.) **História do Marxismo no Brasil**, vol. V. Campinas, Unicamp, 2002.

35 Cf. GRABOIS, 2000.

que o PCB adotara muitos anos antes no programa de revolução nacional e democrática (anti-imperialista e anti latifundiária).³⁶ Desta perspectiva, há mais continuidades que rupturas entre as distintas linhas políticas. Antes o imperialismo bloqueava o desenvolvimento do país e ameaçava devolver o Brasil à condição de colônia; agora ele é um fator negativo, mas o capitalismo (força progressista) abre caminho apesar dos percalços. Nos dois casos o enfrentamento do imperialismo é concebido como expressão do interesse da nação e, mais importante, nos dois casos o interesse da nação é definido em termos de compromisso com o desenvolvimento do capitalismo. A via pacífica de 1958 é uma novidade e a frente única da Declaração de Março é bem mais ampla que a do Manifesto de Agosto, mas os objetivos finais da revolução pela qual lutavam os comunistas não foram modificados. Mesmo durante a fase considerada “esquerdista”, criticada pela nova linha política, o PCB jamais chegou a excluir a burguesia nacional, ou setores da burguesia, do protagonismo diante da resolução da questão nacional³⁷. A tática foi alterada, não a estratégia.

Como se pode interpretar a longa sobrevivência da estratégia da revolução nacional e democrática? Quartim de Moraes vê aí um “grande mérito teórico”, pois explicaria “o atraso brasileiro em termos de atrofia, bloqueio e frustração da revolução burguesa. (...) O Brasil é atrasado porque o capitalismo brasileiro é atrasado, na medida em que não superou dois bloqueios fundamentais, o latifúndio e a dominação imperialista.”³⁸ Segundo este autor o programa nacional-democrático perdurou porque enfrentava, com mais acertos que erros, as “contradições não resolvidas da revolução burguesa no Brasil”³⁹, enquanto os outros marxistas, que se opunham ao PCB, eram portadores de “uma concepção verbalmente intransigente e ideologicamente messiânica da missão histórica da classe operária”⁴⁰. Mesmo a aliança com a burguesia nacional, apesar de nascer de uma “avaliação demasiado otimista”, não seria um equívoco tão grave quanto seus detratores pretendem:

Não era fatal que o ‘empresariado’ brasileiro optasse pela condição de sócio menor do Império estadunidense. Valia a pena lutar para que não passasse,

36 Para as origens da estratégia pecebista, ainda na década de 20, ver ZAIDAN FILHO, Michel. O Grande Tournant: o VI Congresso da Internacional Comunista (1928-1929). In: REIS FILHO, Daniel Aarão et. AL. **História do Marxismo no Brasil**, vol. 1. São Paulo, Paz e Terra, 1991. Carlos Zacarias estudou os “impasses” dessa estratégia num momento anterior ao que discutimos aqui: SENA JUNIOR, Carlos Zacarias de. **Os Impasses da Estratégia**. Os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil (1936-1948). Salvador, UNEB – São Paulo, Annablume, 2009.

37 No Manifesto de Agosto, carta magna da fase dita “esquerdista”, as “classes dominantes” são considerada “caducas e impotentes, incapazes de resolver qualquer problema nacional”. Mesmo assim, entre as forças agrupadas entre os que querem “paz, liberdade e lutam pela independência da pátria do jugo imperialista” estão os “pequenos comerciantes e industriais”. Prestes aponta aos brasileiros (Manifesto de Agosto), op. cit, p. 7.

38 MORAIS, 2000, p. 160. No trecho citado o autor se refere especificamente à obra de Nelson Werneck Sodrê, considerado por ele um autorizado advogado da estratégia nacional-democrática.

39 MORAIS, 2000, p. 183.

40 MORAIS, 2000, p. 158.

como passou majoritariamente em 1964, para o campo da contra-revolução. As consequências continuamos a amargá-las até hoje.⁴¹

O que significa, exatamente, a expressão “não era fatal”? Afinal, a opção por tornar-se sócio minoritário do império respondia objetivamente aos interesses de classe do empresariado ou foi motivada por um fator de outra natureza? A um autor que condena tão duramente as teses que considera messiânicas se poderia perguntar em que análise materialista de interesses de classe ele se apoia para crer que a burguesia brasileira consideraria que *sua contradição principal* era com o imperialismo e não com os trabalhadores.

Há quem pense de outro modo. Anita Leocádia Prestes registra a “recorrência de posições nacionalistas”⁴² ao longo de toda a história do PCB. Analisando o debate sobre a nova linha política de 1957-58, conclui que os comunistas estavam sob a “influência da ideologia do nacional-desenvolvimentismo (...) segundo a qual caberia um papel destacado à burguesia nacional no processo de conquista da independência nacional. (...) O nacionalismo, mais uma vez, levava a melhor entre os comunistas brasileiros.”⁴³

O quanto a abordagem da questão nacional pelos comunistas brasileiros está referenciada nos circuitos comunistas internacionais e no seu patrimônio teórico deve estar, a essa altura, visível para o leitor. Também deve ter ficado evidente o caráter seletivo da apropriação daquelas referências, a correspondência estreita entre os vínculos e alinhamentos políticos e o aparato conceitual empregado na construção da política dos comunistas no Brasil. O tesouro teórico à disposição da luta comunista, no entanto, é maior do que a fração que dele se apropriam os stalinistas. Vimos que na discussão nos anos 20, fertilizada por polêmicas de alto nível, se apresentaram diferentes alternativas interpretativas e seus respectivos corolários estratégicos. Muito do que foi desprezado pelos stalinistas, como algumas das hipóteses esboçadas por Roy, foi recuperado por intelectuais marxistas e por militantes revolucionários que atuavam em outras organizações. Outras abordagens da questão nacional e da revolução nos países dependentes surgiram a partir do amadurecimento dessas variantes políticas e teóricas que foram derrotadas na luta entre comunistas e condenadas ao silêncio pelos vencedores. O Brasil, aliás, foi palco de algumas dessas experiências dissidentes que, mesmo minoritárias, merecem ser conhecidas.

41 MORAIS, 2000, p. 184.

42 PRESTES, 2010, p. 38.

43 PRESTES, 2010, p. 153.

Referências

- CARONE, Edgard. **O PCB**, vol 2. São Paulo, Difel, 1982.
- FALCÃO, Frederico José. **Os Homens do Passo Certo**. São Paulo, José Luiz e Rosa Sundermann, 2012.
- FORTES, Alexandre et. AL. **Na Luta por Direitos**. Estudos recentes em História Social do Trabalho. Campinas, UNICAMP, 1999.
- GRABOIS, Maurício. Duas concepções, duas orientações políticas. In: **Em Defesa dos Trabalhadores e do Povo Brasileiro. Documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000**. São Paulo, Anita Garibaldi, 2000.
- GOMES, Angela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. 3ª Ed., Rio de Janeiro, FGV, 2005.
- KONDER, Leandro. **A Democracia e os Comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro, Graal, 1980.
- KRUSCHEV, N. **On Peaceful Co-existence**. Moscou, Foreign Languages Publishing House, 1961.
- MORAES, J. Q. e DEL ROIO, M. (orgs.) **História do Marxismo no Brasil, vol. IV**. Campinas, UNICAMP, 2000.
- MORAIS, João Quartim. O Programa Nacional-Democrático: Fundamentos e Permanência. In: MORAES, J. Q. e DEL ROIO, M. (orgs.) **História do Marxismo no Brasil, vol. IV**. Campinas, UNICAMP, 2000.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.) **PCB: Vinte anos de Política (documentos)**. São Paulo, LECH, 1980.
- PRESTES, Anita Leocádia. **Os Comunistas Brasileiros (1945-1956/58)**. Luiz Carlos Prestes e a Política do PCB. São Paulo, Brasiliense, 2010.
- RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.) **História do Marxismo no Brasil, vol. V**. Campinas, Unicamp, 2002.
- ROY, M. N. Draft Resolution on the Indian Question. In: ROY, M. N. **Selected Works vol III**. Ed. Sibnayan Ray. Oxford, Oxford University Press, 1990.
- SANTANA, Marco Aurélio. **Homens Partidos. Comunistas e sindicatos no Brasil**. Rio de Janeiro, UNIRIO – São Paulo, Boitempo, 2001.
- SANTOS, Raimundo. **A Primeira Renovação Pecebista**. Reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957). Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1988.
- SEGATTO, José Antonio. **Breve História do PCB**. São Paulo, Ciências Humanas, 1988.
- SENA JUNIOR, Carlos Zacarias de. **Os Impasses da Estratégia**. Os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil (1936-1948). Salvador, UNEB – São Paulo, Annablume, 2009.

Ana Paula Palamartchuk: uma estrela entre a foice e o martelo

Damião de Lima¹

*Militou na esquerda, Comunista
Desde o tempo de Grêmio Estudantil
Batalhou pra o avanço do Brasil
Onde esteve foi sempre uma ativista
Liberdade e direitos se conquista
Não importa a quem vá causar lundum
Para ela isso era lugar comum
Conquistava quem fosse seu ouvinte
Ana Paula nasceu no século XX
Com a mente no século XXI*

Maiakósviski afirmou que “gente é para brilhar com brilho eterno”, Caetano Veloso na música *Gente* repetiu essa máxima, acrescentando a contraposição com a questão da fome, “Gente é pra brilhar, não pra morrer de fome”. Paulinha era a síntese das duas versões. Ela era pura brilho e utilizou este para ser solidária com quem tinha fome, e não apenas de comida. Utilizou-se das teorias sociais e de sua força individual, assim como das articulações coletivas, para lutar contra todas as formas de fome que assolam nossa pobre e doentia sociedade.

Retornando à música e, dessa feita, a letra da canção *Comida*, dos Titãs, ela levou a sério a frase que diz: “A gente não quer só comida, a gente quer bebida diversão e artes” e, assim pautou sua curta, porém intensa, trajetória de vida na busca e compartilhamento de saberes e conhecimentos; e na batalha pela construção de uma sociedade que garantisse a inclusão, em todos os seus aspectos, respeitando os princípios da democracia e da justiça social.

Conheci essa estrela brilhante, em forma de pessoa, no final dos anos 1990 do século passado. Eu, cursando o doutorado na USP, resolvi fazer uma disciplina optativa na UNICAMP,

¹ Professor Titular do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba.

onde um grande amigo, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de Souza, de saudosa memória, cursava o doutorado. Era a oportunidade de continuar os diálogos com um grande amigo e descortinar outros horizontes acadêmicos e festivos.

Me inscrevi em uma disciplina na Unicamp e no primeiro final de semana de agosto de 1999 resolvi ficar em Campinas para, juntamente com Fábio e alguns amigos e amigas dele, que eu ainda não conhecia, irmos a uma casa de shows localizada no animadíssimo bairro de Barão Geraldo. Entre o pessoal amigo do meu amigo, encontravam-se duas pessoas que também passaram a fazer parte da minha vida, Álvaro Pereira do Nascimento e Ana Paula Palamartchuk. Formamos então um quarteto bastante diverso em vários aspectos, dois nordestinos, um carioca e uma paulista.

A diversidade de origem, correntes historiográficas, objetos de estudos e perspectivas tinham, no entanto, alguns elementos que nos unia, entre eles a perspectiva de buscar aprimoramento na docência, a vontade de aprender e de viver e o sonho de uma sociedade mais democrática, inclusiva e justa. Foi essa argamassa de elementos em comum que traçou nossos destinos e nos manteve próximos, mesmo quando o tempo e as intempéries da vida nos separava geograficamente.

Terminado o doutorado, seria comum termos nos separado e cada um seguido o seu destino. No entanto, não foi o que ocorreu. Aproveitamos todas as oportunidades para nos encontrar e colocar as conversas e sonhos em dia. Ainda, durante o doutorado, no ano de 2000, realizamos o primeiro encontro fora dos domínios da Unicamp, da cidade de Campinas e do Estado de São Paulo. Dessa feita, o encontro ocorreu em terras paraibanas, no “São João” de Campina Grande. Tenho boas recordações e uma foto histórica desse nosso encontro.

Nos encontros seguintes, geralmente nos eventos acadêmicos, nem sempre era possível a presença de todos; mas quem participava levava notícias dos outros e trazia as notícias das conversas e rumos que a vida de cada um ia tomando. Foi assim que soube da gravidez de Paulinha e de que ela seria mãe de gêmeas. A popularização do e-mail e os avanços tecnológicos que se seguiram, facilitaram muito nossos contatos e evitaram que nos desgarrássemos. Estávamos sempre em contato.

Em 2006 passei a trabalhar e morar em João Pessoa e, em 2007, marcamos um encontro do grupo para essa cidade. Esse encontro que Paulinha, por estar muito atarefada, não pode comparecer foi marcado por uma tragédia. No percurso entre Campina Grande, onde residia e João Pessoa, ocorreu um acidente automobilístico que causou a morte do nosso colega Fábio Gutemberg. Essa foi a primeira grande perda que tivemos.

No ano seguinte, voltei a ter um contato mais próximo com Paula. Por uma dessas coincidências da vida, ela fez um concurso e foi aprovada como Professora Visitante no Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba. O curso, recém criado, foi instalado na cidade de João Pessoa. Assim, fui com minha amiga procurar moradia que facilitasse o seu deslocamento para o novo trabalho e que fosse próximo de uma escola para as suas duas meninas.

A estadia dela em João Pessoa durou pouco mais de um ano e nesse período tivemos alguns encontros onde, além dos sonhos antigos, discutíamos novas possibilidades e caminhos. Como eu havia sido professor da UEPB por 12 anos, fiz o mapeamento político da instituição para Paulinha, assim como para os jovens professores e professoras que estavam vindo na mesma situação que ela. Uma das afirmativas que fiz era que o trabalho e os desafios seriam intensos e imensos, o que foi logo constatado por todo o grupo.

O curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, até por ser um curso novo, tinha o quadro docente reduzido, a carga de trabalho em disciplinas era bastante intensa e os conteúdos bem diversificados. Durante a escrita desse texto, ao revisar o currículo lattes da minha amiga, percebi que as minhas previsões foram superadas e que a quantidade de atividades desenvolvidas por ela, durante tão curto espaço de tempo, estava além de qualquer previsibilidade.

Entre 2008 e 2009, conforme consta no currículo lattes, as atividades desenvolvidas por ela foram as seguintes:

Docente das disciplinas História das Relações Internacionais I e II (Moderna/ Contemporânea), Política Externa Brasileira II (República) e História do Brasil República nos cursos de Relações Internacionais e Arquivologia. Foi membro do Programa de Mestrado em Relações Internacionais. Participou do Projeto de Extensão "Cine Clube Internacional". Organizou o I Seminário Paraibano de Relações Internacionais. E formou o Grupo de Pesquisa "História, cultura e relações internacionais".

Em meio a essa roda viva de trabalho e cuidados com a adaptação das meninas à nova realidade, Paulinha tomou a decisão que não voltaria para São Paulo, iria encontrar uma maneira de permanecer no Nordeste. Para tal desiderato precisava ser aprovada em um concurso, já que na UEPB o seu contrato era temporário.

Apoiei e fiquei feliz com essa decisão, não tive dúvidas de que a minha amiga ficaria por perto. Além da competência que sempre demonstrou como pesquisadora, ela havia acumulado experiência na docência. Então, não foi surpresa quando me informou que havia sido aprovada, como professora efetiva, na Universidade Federal de Alagoas.

Na UFAL ela retornou para a área de História e para suas pesquisas originais. Em uma das nossas conversas, via WhatsApp, indaguei como estavam os estudos sobre os intelectuais e a esquerda e ela me afirmou que estava acrescentando mais um fator "complicador" nas análises: a questão de gênero. Fiquei curioso em saber mais detalhes, o que veio a ocorrer no XX Encontro Estadual da ANPUH – PB, ocorrido de forma online em razão da pandemia, em 2020.

Nesse encontro ela nos deu a honra de participar da mesa intitulada, "Brasil: lutas sociais e políticas em 100 anos do PCB", e apresentou sua mais recente pesquisa: *"As mais arrojadas e perigosas": mulheres comunistas e companheiras de viagem no Brasil dos anos 1930*. Fez uma exposição empolgante, firme e envolvente, demonstrando o quanto continuava inquieta, ávida por novos conhecimentos, desejosa de entender e contribuir com as mudanças

no mundo. Percebi ali, mesmo que virtualmente, o mesmo brilho que vislumbrei no nosso primeiro encontro.

Recentemente nos falamos, pelas redes sociais, sobre um acidente doméstico que a estava imobilizando e do qual ela estava em franca recuperação. De repente, veio a triste notícia de sua partida para outra dimensão. Fico triste. Mas, tenho o conforto de saber que a sua luta não foi em vão e que as marcas que ela deixou são fortes o suficiente para mobilizar outros estudiosos. Em síntese, encerro esse emocionado relato com uma certeza, a estrela que:

*Brincava com as palavras
Sendo estas pia ou proscritas
Brilhante pesquisadora
Amiga, Mãe, Professora
Mulher, Historiadora
Inspirará mais escritas.*

Ana Paula Palamartchuk, Presente!

Sobre as organizadoras

Keliene Christina da Silva

Professora de história na rede municipal de João Pessoa desde 2009, atualmente é também coordenadora de área do componente curricular história na Divisão de Anos Finais da DEGEF/SEDEC/PMJP. Mestre em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (2011), com área de concentração em História e Cultura Histórica. Possui Licenciatura Plena em História pela UFPB (2005) e Licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa pelo IFPB (2022). Estuda temas relacionados a histórias em quadrinhos e suas dimensões no ensino e pesquisa em história, representações de gênero nos quadrinhos, análise de discurso aplicada aos quadrinhos, gamificação e suas aplicações pedagógicas e estudos sobre currículo.

Priscilla Gontijo Leite

Professora Adjunta de Pré-História e História Antiga da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutora em Mundo Antigo pela Universidade de Coimbra com a tese *Ética e retórica forense: asebeia e hybris na caracterização dos adversários em Demóstenes, summa cum laude*. Mestre em História pela UFMG com a dissertação *Contra Mídias: a utilização da impiedade por Demóstenes*. Possui graduação em História com habilitação em licenciatura pela mesma instituição. Possui experiência na área de docência, pesquisa, coordenação de projetos e administração pública. Sua pesquisa versa sobre religião grega, democracia ateniense, retórica ática e ensino de História Antiga.

Sobre as autoras e os autores

Thiago Luis Cavalcanti Calabria

Educador e pesquisador com experiência em educação escolar, formação de professores, políticas curriculares e acervos iconográficos. Docente da educação básica desde 2006 e atualmente professor de história da rede pública estadual do estado da Paraíba. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Curriculares - GEPPC. Estudante do doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação na linha de pesquisa em Políticas Educacionais.

Margarida Maria Dias de Oliveira

Professora Titular do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Graduada em História (1988) e Mestre em Sociologia (1994) pela Universidade Federal da Paraíba e Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2003) e Estágio Pós-doutoral no PPGH/UFRJ (2020). Pesquisa sobre ensino de História, História do ensino de História e História dos cursos universitários de História, livros didáticos de História, formação de professores, sempre na interligação com a teoria da História e os temas historiografia, memória e patrimônio cultural (histórico).

Ivonildes da Silva Fonseca

Professora titular na Universidade Estadual da Paraíba. Tem experiência na área de Ciências Sociais, com ênfase em Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: mulher negra; educação e racismo; religiões afro-brasileiras. Possui doutorado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (2011), Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (1995), Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1990), Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1992), Graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal da Bahia (1979).

Lucian Souza da Silva

Professor da Educação Básica desde 2008, atualmente lotado na Rede Municipal de João Pessoa-PB. Coordena a Seção de Direitos Humanos e Projetos Integradores da Secretaria de Educação e Cultura. Graduado em História (2013) e Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba, Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2021). Tem experiência de pesquisa na área de História, com ênfase em História Social da Escravidão no Brasil e na Paraíba, Emancipações e Pós-abolição, História Social e Política do Brasil no século XIX e Educação para as Relações Étnico-raciais.

Marta Gouveia de Oliveira Rovai

Professora Adjunta da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). Pós-Doc pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em História Social, pela Universidade de São Paulo (USP). É professora colaboradora da Pós-Graduação do Diversitas, na Universidade de São Paulo (USP) e professora convidada do Mestrado da Universidade de Montes Claros (Unimontes-MG). Possui Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1998), tendo pesquisado sobre a juventude durante o Estado Novo. É autora de artigos e livros ligados à História Oral, Ditadura Militar, História Pública, relações de gênero, raça e sexualidade, educação e direitos humanos.

Alômia Abrantes da Silva

Professora Associada do Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB- Campus III), onde atua nas áreas de História Medieval e de Estudos de Gênero. Bacharel em Comunicação Social pela Universidade Federal da Paraíba (1992); Licenciada em História pela Universidade Federal da Paraíba (1995); Mestre em História (2000) e Doutora em História (2008) pela Universidade Federal de Pernambuco. Interessa-se especialmente pelas análises que envolvem corpo, gênero, imagens e mídia.

Eurelino Teixeira Coelho Neto

É professor da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), onde atua nos cursos de pós-graduação e graduação em História e coordena o Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais (LABELU). Tem experiência nas áreas de Metodologia da Pesquisa e História Contemporânea, com ênfase em história dos partidos e movimentos de esquerda. Exerce atividades de pesquisa e ensino (inclusive orientação) que abordam prioritariamente os seguintes temas: história do socialismo e dos partidos de esquerda no Brasil, intelectuais e organização da cultura, marxismo e História, história das lutas sociais, teoria da História. Possui doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2005), mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (1997) e Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (1991).

Damião de Lima

Professor Titular da Universidade Federal da Paraíba. Graduado em História pela UFPB. Mestre em Economia pela UFPB e Doutor em História Econômica pela USP. Atua na área de Ensino de História, História Contemporânea e História e Educação. Líder do Grupo de Pesquisa: A Condição Discente. Coordenador do Projeto de Ensino / PROLICEN. Membro do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFPB) e do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA).

Ana Paula Palamartchuk (*in memoriam*)

Historiadora, possuía mestrado (1997) e doutorado (2003) em História pela Universidade Estadual de Campinas. Professora Associada no curso de História - Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e foi coordenadora do Grupo de Pesquisa História Social e Política. Publicou o livro *Os novos bárbaros. Escritores e comunismo no Brasil. 1928-1948*. (Edufal/2014). Realizou estágio de pós-doutorado junto ao Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/UNICAMP (2004) e junto ao Grupo de Estudos sobre Guerra Fria História/FFLCH/USP (2017/2018), este último com financiamento CNPq.



O livro reúne conferências e mesas redondas proferidas nos XIX e XX *Encontro Estadual de História*, realizados em contexto da pandemia da covid-19, cujos temas respectivamente são *História: Liberdades e Direitos e Independências, Revoluções e Modernismos*. Continua, assim, viva a tradição da ANPUH-PB em publicar livros com as conferências após a realização do evento, bem como os Anais Eletrônicos com o conjunto de comunicações apresentadas nos diversos simpósios temáticos.